

UFRRJ

**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

TESE

**Origens e Percursos da Extensão Rural na Argentina
e no Brasil: do Desenvolvimentismo à Fragmentação**

Rafael do Valle Paiva

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL D RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E
INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA**

**ORIGENS E PERCURSOS DA EXTENSÃO RURAL NA ARGENTINA E
NO BRASIL: DO DESENVOLVIMENTISMO À FRAGMENTAÇÃO**

RAFAEL DO VALLE PAIVA

Sob a orientação do Professor
Cezar Augusto Miranda Guedes

e coorientação do professor
Gustavo Cimadevilla

Tese submetida como requisito parcial para
obtenção do grau de **Doutor**, no Programa
de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia
e Inovação em Agropecuária, Área de
Concentração em Políticas Públicas
Comparadas.

Seropédica, RJ
Junho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central/Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
Com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

P142o	<p>Paiva, Rafael do Valle, 1978-</p> <p>Origens e percursos da extensão rural na Argentina e no Brasil: do desenvolvimentismo à fragmentação/Rafael do Valle Paiva. – Seropédica, 2023. 80 f. : il.</p> <p>Orientador: Cezar Augusto Miranda Guedes.</p> <p>Tese (Doutorado). – – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Agronomia Ciência do Solo, 2023.</p> <p>1. Extensão Rural. 2. Agricultura Familiar. 3. Políticas Públicas. I. Guedes, Cezar Augusto Miranda, 1954-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Agronomia-Ciência do Solo III. Título.</p>
-------	---

É permitida a cópia parcial ou total desta Tese, desde que citada a fonte.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM AGROPECUÁRIA



HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO Nº 13 / 2023 - PPGCTIA (12.28.01.84)

Nº do Protocolo: 23083.042266/2023-57

Seropédica-RJ, 03 de julho de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM
AGROPECUÁRIA**

RAFAEL DO VALLE PAIVA

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor**, no Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária, Área de Concentração em Políticas Públicas Comparadas.

TESE APROVADA EM 28/06/2023.

Cezar Augusto Miranda Guedes. Dr. UFRRJ
(Orientador)

Renato Linhares de Assis. Dr. Embrapa Agrobiologia

Luciane da Costa Barbé. Dra. UFVJM

Alberto de Oliveira. Dr. UFRJ

Marcelo Duncan Alencar Guimarães. Dr. UFRRJ

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 12:42)
MARCELO DUNCAN ALENCAR GUIMARÃES
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptCS (12.28.01.00.00.83)
Matrícula: 1111635

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 14:00)
RENATO LINHARES DE ASSIS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 795.249.667-00

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 12:34)
CEZAR AUGUSTO MIRANDA GUEDES
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 401.210.037-87

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 15:30)
LUCIANE DA COSTA BARBÉ
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 083.627.567-56

(Assinado digitalmente em 03/07/2023 17:01)
ALBERTO DE OLIVEIRA
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 083.770.948-27

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **13**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE TESE DE DOUTORADO**, data de emissão: **03/07/2023** e o código de verificação: **ba8e0f5e3b**

DEDICATÓRIA

À Cristiane Figueira da Silva, minha esposa e companheira de vida, que me entendeu, me apoiou e mesmo nos momentos mais difíceis da escrita e elaboração deste texto, esteve sempre presente.

DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer a todas, todos e todes que em algum momento contribuíram para a execução desta pesquisa. Aos amigos e amigas de curso, aos amigos e amigas de jornada, à coordenação do curso, Prof. Mauro e Profa. Aurea. Agradeço à Renata, sempre disposta a nos ajudar a resolver os problemas burocráticos da universidade.

Agradeço também a nossa grande mantenedora a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde me graduei, fiz o meu mestrado e agora, concluo o meu doutorado. Onde passei os melhores e porque não dizer, também os piores momentos da minha vida acadêmica. Momentos de crescimento e amadurecimento intelectual e profissional. Tenho orgulho de dizer, por onde passo por esse Brasil afora, que sou filho do Km 47.

Agradeço enormemente aos professores e professoras que contribuíram para a minha formação, não vou enumerar todos, mas alguém em especial, eu tenho que apontar. Obrigado professora Rita de Cassia Alves de Menezes, por sempre acreditar em mim, me orientar e me incentivar. Você é parte fundamental do profissional que sou hoje. Muito obrigado.

Agradeço, também aos meus colegas de trabalho que acompanharam as últimas etapas da minha jornada no doutorado. Agradeço a Equipe *Flórida* de Itabirito, que me apoiou em um dos momentos mais desgastantes que passei em minha vida profissional. Obrigado comandante Nildo Frasão, por entender o que eu estava passando e por me apoiar quando eu precisava. E obrigado aos eternos amigos da Fazenda Matute, Luiz Flávio e Edy Carlos Gomes, passamos muitos perrengues juntos e fizemos o melhor trabalho que podíamos. Muito obrigado meus bons e velhos amigos.

Por fim, quero fazer um agradecimento mais do que especial ao meu orientador Cezar Guedes, que dentre as nossas inúmeras conversas se mostrou um grande amigo, um verdadeiro orientador e como se diz no Rio de Janeiro, se mostrou como sendo “O Cara”. Muito obrigado pelos conselhos, conversas, opiniões e por acreditar no meu potencial. Segue aqui um grande abraço meu amigo.

Agradeço ao governo Lula e Dilma, que possibilitaram que milhões de estudantes pudessem entrar na universidade, pudessem fazer intercâmbio e pudessem se formar e serem, muitas das vezes, os primeiros de uma geração inteira de familiares a se graduarem no ensino superior.

Agradeço às famílias assentadas da reforma agrária e às produtoras e produtores familiares, que resistem às investidas do capitalismo agrário e que produzem os alimentos que temos à mesa todos os dias.

Agradeço ao Partido dos Trabalhadores e ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Agradeço à Deus, ao Pai Joaquim, à Vovó Cambinda e a toda espiritualidade de luz que se dispôs a me apoiar e a me orientar nessa intensa jornada.

Agradeço a agência que financiou todo o desenvolvimento deste trabalho - CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

BIOGRAFIA

A trajetória do presente autor, remonta aos anos de militância durante a graduação, sempre envolvido não somente com as questões estudantis, mas também com as questões que afligiam o meio rural brasileiro. Atuou como dirigente nas instâncias representativas dos estudantes de medicina veterinária, bem como em congressos da União Nacional dos Estudantes, sempre discutindo questões objetivas e subjetivas da extensão rural e da emancipação dos povos camponeses. Em sua formação, pôde participar de vivências de campo junto aos assentados de reforma agrária, acompanhando os debates e reuniões dos movimentos sociais do campo, visitando e observando a dinâmica das ocupações e da consolidação dos assentamentos. Foi um dos organizadores do primeiro estágio interdisciplinar de vivência em assentamentos rurais da UFRJ, que visava oportunizar aos estudantes a vivência diária dentro de um assentamento de reforma agrária.

Foi cofundador do NIA (Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da UFRJ), participando de oficinas e elaboração de materiais para a prática da extensão agroecológica, atuando nos assentamentos Roseli Nunes e Terra da Paz no município de Pirai, estado do Rio de Janeiro. Em sua vivência profissional, atuou na extensão rural pública terceirizada durante os anos de 2011 a 2013. Sendo um técnico cooperado da Cooperativa CEDRO (Cooperativa De Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável), pôde atuar acompanhando assentamentos de reforma agrária na região norte, noroeste, baixada litorânea e baixada fluminense do estado do Rio de Janeiro. Sendo, também, representante no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRUS). Em sua atuação, fez parte tanto das equipes de campo, quanto da representação da cooperativa em espaços de tomada de decisão, junto aos representantes dos movimentos sociais e representantes do poder público federal (INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e estadual (Secretaria de Agricultura do estado do Rio de Janeiro).

forma, pode acompanhar as diferentes dimensões da questão rural no estado do Rio de Janeiro. Fazendo parte da equipe técnica de campo, fez acompanhamento contínuo das famílias assentadas, podendo vivenciar as questões socioproductivas e culturais de forma cotidiana, atuando com os preceitos de uma extensão rural dialógica, construtivista e comunicativa.¹ Podendo então, observar, sentir e vivenciar as questões que incidiam diretamente sobre as vidas dos camponeses assentados, compartilhando experiências e trocando visões de mundo com as famílias atendidas pelo programa ATES (Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental para assentamentos de reforma agrária) entre os anos de 2011 e 2013.

Foi também professor da área de extensão rural da UFRJ, nos anos de 2017 e 2018, podendo atuar tanto na área educacional, como também na área da extensão universitária. Atuando no assentamento Roseli Nunes, nas atividades do Observatório de Sociologia e Extensão Rural da UFRJ, do qual foi idealizador e fundador. Neste processo, fez o acompanhamento das famílias assentadas através de visitas técnicas, acompanhadas de oficinas demonstrativas e caminhadas transversais, vivências de campo e participando de reuniões coletivas. Observações estas, que fazem parte do escopo do presente trabalho. Sendo assim, esta obra é fruto das vivências, observações e inquietudes do autor, expressando assim a sua forma de perceber o mundo rural, bem como as suas próprias perguntas sobre o intrincado processo de desenvolvimento das famílias camponesas. Desta forma, este texto, não é fruto apenas de um processo especulativo observado à distância. Mas sim, da experiência vivida e compartilhada com o objeto analítico de estudo.

¹ Para aprofundamento destes conceitos, recomendamos a leitura da obra de Paulo Freire: Extensão ou Comunicação. (FREIRE, 2013).

Portanto, torna-se imperioso ressaltar, que o autor está inserido na dinâmica percussiva do assunto, em todas as suas conotações de trajetória e de escuta ativa, dos problemas e soluções apontados, pelos próprios assentados da reforma agrária brasileira.

RESUMO

PAIVA, Rafael do Valle. **Origens e percursos da extensão rural na Argentina e no Brasil: do desenvolvimentismo à fragmentação**. 2023. 80f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

A Extensão Rural brasileira foi marcada desde sua gênese, por um intenso processo de disputa político-ideológica. Ao longo das décadas, desde sua efetiva operacionalização com a concepção da ACAR/MG (Associação de Crédito e Assistência Rural) em 1949 e seu espraiamento pelos demais estados da federação ao longo dos anos cinquenta do século passado, esteve dividida entre a função social do extensionismo e o difusionismo de pacotes tecnológicos. A Revolução verde intensificou essa dicotomia, apontando um futuro nada promissor para o compromisso social pelo qual foi norteadas a Extensão Rural originária. Com o processo neoliberal, o Estado brasileiro promoveu o esvaziamento do serviço de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural), descentralizando, desativando, sucateando e precarizando a ATER governamental pública, chegando à terceirização dos serviços. O Projeto Lumiar foi a primeira experiência nesse sentido, inaugurado em 1997 no Estado do Rio de Janeiro, não teve futuro e foi desativado no ano 2000. Com o governo popular assumindo o poder central do país, os movimentos sociais do campo ascenderam com mais força e após seis anos de inatividade, a Extensão Rural para assentamentos de reforma agrária assume outra roupagem. A Assessoria Técnica, Econômica e Social (ATES) é apresentada como uma nova fórmula de atendimento às famílias assentadas. Contudo, a escassez de recursos em meio às crises políticas e institucionais culminaram com a precarização dos serviços e com o enfraquecimento do programa, sendo finalizado no ano de 2014. O Brasil não foi o único a sofrer com os processos de esvaziamento do Estado, em toda a América Latina a onda liberalizando sucateou e desmontou em graus variados a estrutura estatal. Em toda América Latina, os serviços de Extensão Rural também sofreram com as reformas implementadas pelos governos liberais. O presente estudo objetiva caracterizar a Extensão Rural a partir da análise do sucateamento e terceirização dos serviços da ATER pública, tendo como ponto de análise o estado do Rio de Janeiro, Brasil e a província de Córdoba na Argentina, descrevendo o esvaziamento dos serviços de ATER tanto do Brasil, a partir do ponto de vista dos(as) técnicos(as) de campo, das famílias assentadas, bem como dos(as) gestores(as) nas três esferas do poder público. Para tanto, lançamos mão de entrevistas com questionários semiestruturados, além de análise documental de relatórios e da legislação pertinente, como métodos analíticos. Desta forma, foram obtidos dados que representam o quadro atual em que se encontra a Extensão Rural no Brasil, estado do Rio de Janeiro e como base comparativa, a Argentina, Província de Río Cuarto.

Palavras-chave: Extensão Rural. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

ABSTRACT

PAIVA, Rafael do Valle. **Origins and paths of rural extension in Argentina and Brazil: from developmentalism to fragmentation.** 2023. 80p. Thesis (Doctorate in Science, Technology and Innovation in Agriculture). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brazil, 2023.

The Brazilian Rural Extension was marked since its genesis by an intense process of political-ideological dispute. Over the decades, since its effective operationalization with the conception of ACAR/MG (Association of Credit and Rural Assistance) in 1949 and its spread across the other states of the federation throughout the fifties of the last century, it has been divided between the social function of extensionism and the diffusionism of technological packages. The Green Revolution intensified this dichotomy, pointing to an unpromising future for the social commitment by which the original Rural Extension was guided. With the neoliberal process, the Brazilian State promoted the emptying of the ATER service (Technical Assistance and Rural Extension), decentralizing, deactivating, scrapping and precariouslying the public governmental ATER, reaching the outsourcing of services. The Lumiar Project was the first experience in this sense, inaugurated in 1997 in the State of Rio de Janeiro, it had no future and was deactivated in the year 2000. With the popular government assuming the central power of the country, the social movements of the countryside rose with more force and after six years of inactivity, the Rural Extension for agrarian reform settlements assumes another guise. Technical, Economic and Social Assistance (ATES) is presented as a new formula for assisting settled families. However, the scarcity of resources in the midst of political and institutional crises culminated in the precariousness of services and the weakening of the program, which ended in 2014. Brazil was not the only one to suffer from the process of emptying the State, throughout Latin America the wave of liberalization scrapped and dismantled the state structure to varying degrees. Throughout Latin America, Rural Extension services also suffered from the reforms implemented by liberal governments. The present study aims to characterize the Rural Extension from the analysis of scrapping and outsourcing of public ATER services, having as points of analysis the state of Rio de Janeiro, Brazil and the province of Córdoba in Argentina, describing the emptying of ATER services both in Brazil, from the point of view of field technicians, settled families, as well as managers in the three spheres of public power. To do so, we will use interviews with semi-structured questionnaires, as well as documental analysis of reports and relevant legislation, as analytical methods. It is expected, therefore, to obtain data that represent the current situation of Rural Extension in Brazil, state of Rio de Janeiro and, as a comparative basis, Argentina, Province of Río Cuarto.

Key words: Rural Extension. Family Farming. Public Policies.

RESUMEN EXTENDIDO

PAIVA, Rafael do Valle. **Orígenes y caminos de la extensión rural en Argentina y Brasil: del desarrollismo a la fragmentación.** 2023. 80h. Tesis (Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación en Agropecuaria). Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, Brasil, 2023.

1. Introducción

En las últimas décadas, el modelo de desarrollo rural brasileño ha sufrido numerosas configuraciones y reconfiguraciones. Con cada cambio en el gobierno federal y dependiendo de la fuerza política que asuma el cargo de presidente de Brasil, la política pública de desarrollo rural adquiere un nuevo cariz. La mayor parte del tiempo viste ropa vieja, polvorienta y llena de marcas del antiguo sistema oligárquico. Eso es lo que pasó en los últimos cuatro años de la historia de Brasil. Esto representó un retroceso en las políticas públicas para la agricultura familiar, una reducción de los valores del PRONAF (Programa de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar), el desguace de agencias de investigación y extensión rural en los estados y, a cambio, mayores incentivos para el gran sector agroindustrial exportador.

Aunque no es el objetivo de este trabajo, es importante saber de qué periodo estamos hablando. En 2014, presionado por el sector conservador del gobierno, el Gobierno de Dilma no renovó los contratos del programa de extensión rural ATES (Asesoramiento Técnico, Económico, Social y Ambiental) ofrecido por el INCRA (Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria) a los acuerdos de la reforma agraria federal. Poco después, la entonces presidenta sufrió un golpe de Estado, llevado a cabo por su propio vicepresidente, Michel Temer. Luego fue “acusada” y abandonó el palacio de la meseta. Así, al comienzo de uno de los períodos más oscuros de la historia reciente de Brasil, en pleno régimen democrático, las raíces del autocratismo estaban creciendo en la clandestinidad de Brasilia.

Con una serie de demandas interpuestas contra gestores de anteriores gobiernos populares y con el surgimiento de pruebas sin materialidad y argumentos basados en la pura “convicción”, de uno de los personajes de este proceso, poco a poco se van sumando los triunfos alcanzados por los movimientos sociales en el campo. Durante los gobiernos anteriores, fueron desmantelados.

Con el presidente LULA, incapaz de presentarse a las elecciones de 2018, surgió en Brasil un fenómeno retrógrado, proclamándose defensor de las familias brasileñas, que, por anacrónica que fuera, obtuvo un gran apoyo popular. Los nostálgicos del régimen militar finalmente lograron reunir a millones de personas que no entendieron y no entienden, hasta el día de hoy, que este proceso puso al país a contrapelo de la historia, que nos alejó de la comunidad internacional. Haciendo de la bandera nacional su bandera privada, difundió sin escrúpulos el sentimiento de impunidad.

Fue en medio de esta agitación psicosocial que comenzamos nuestro trabajo de investigación. Todo el análisis aquí basado se ubica dentro de este período nebuloso que atravesó la historia de Brasil. Se puede observar entonces, que a pesar de no ser el foco de nuestro estudio, todo lo investigado está contextualizado históricamente, y como se puede entender a lo largo de la lectura, toda esta destrucción del capital cultural y social del país tuvo un impacto en las políticas públicas. fondos para el sector de la agricultura familiar. Incapaz de extinguir completamente los programas, el gobierno de excepción que se instaló en el altiplano, debilitó los fondos, desmembró las agencias, quitó cargos y puso en último lugar el desarrollo rural para la agricultura familiar basada en el campesinado. De hecho, en absoluto.

Por lo tanto, estas palabras iniciales son importantes, para aclarar que el presente texto se ubica históricamente en un período desastroso y atroz, que atravesó Brasil, en su historia más reciente.

Mientras tanto, Argentina sufrió a causa de su gobierno proneoliberal de austeridad financiera y el empobrecimiento general de la población. Sin embargo, aún con esta pérdida de las finanzas argentinas, el INTA (Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria) siguió operando y desarrollando sus proyectos dirigidos a los pequeños agricultores. Es decir, el INTA es responsable no sólo de desarrollar nuevas tecnologías para las zonas rurales, sino que también es responsable de ofrecer asistencia técnica y extensión rural para apoyar continuamente a las familias rurales argentinas. Esto se abordará a lo largo del texto. Brasil, sin embargo, desde el principio separó estas dos modalidades en dos agencias nacionales, una de extensión rural, EMBRATER (Empresa Brasileña de Asistencia Técnica y Extensión Rural) y otra de investigación agrícola, EMBRAPA (Empresa Brasileña de Investigación Agrícola). Ésta, por lo tanto, es una de las diferencias cruciales entre las políticas rurales de los dos países y esta contradicción también será abordada a lo largo de este trabajo.

Siguiendo este camino y tomando como punto de partida las problemáticas que involucran el desarrollo rural tanto en Argentina como en Brasil y en particular la construcción/deconstrucción de políticas de Extensión Rural dirigidas a un público específico, el campesino y sus dimensiones campesinas. Nuestro principal objetivo fue delinear los aspectos del desarrollo rural en ambos países. Impregnando sus trayectorias e intersecciones, resultado de los procesos neoliberalizadores que permean a toda América Latina desde los años 90 del siglo pasado.

Se observaron los casos del Asentamiento Roseli Nunes, ubicado en Piraí – RJ, y la acción de extensionistas argentinos del INTA, en la delegación local de la provincia de Río Cuarto en Argentina. Utilizando entrevistas de campo con familias campesinas involucradas en la reforma agraria, así como con técnicos que trabajan en extensión rural tanto en Brasil como en Argentina.

En este sentido, abrimos las discusiones abordando la formación socioeconómica y espacial del medio rural brasileño, presentando sus elementos históricos, así como el modelo adoptado de explotación de la tierra en Brasil que continúa hasta el día de hoy, fortaleciendo las oligarquías rurales nacionales y regionales. En este capítulo también abordaremos el inicio de la extensión rural en Brasil. Cómo ocurrió, qué cambios se produjeron y cómo este proceso quedó institucionalizado definitivamente mediante leyes y decretos a lo largo del siglo XX.

A continuación, hablaremos del caso argentino. Cuál fue la historia de la consolidación de la extensión rural argentina, cuáles fueron los desafíos enfrentados y las crisis desencadenadas en la estructura del INTA. En este sentido, haremos un recorrido por la historia política y agraria de Argentina, hasta la actualidad, para que podamos comprender la importancia del INTA en el desarrollo rural argentino.

También presentaremos, a continuación, las caracterizaciones de las áreas estudiadas así como los resultados del conjunto de análisis de los datos recogidos. Entrelazando información sustentada en atributos metodológicos que favorecieron la comprensión de las diferentes capas del objeto estudiado.

Finalmente, llegamos a nuestras consideraciones finales, donde presentamos las notas finales sobre lo estudiado, que posibilitaron la culminación de este trabajo, perfilando las similitudes y diferencias entre las políticas públicas de extensión rural entre Argentina y Brasil. Concluyendo que son el resultado del mismo proceso que a veces constriñe, a veces impulsa la evolución del espacio agrario de ambos países, constituyendo así dos caras de un mismo problema, en equilibrio y desequilibrio. Por tanto, un movimiento pendular característico de América Latina que, con el ánimo de dismantelar políticas públicas de carácter social, desorganiza, vacía y dismantela las políticas de desarrollo y emancipación de las familias

campesinas. Hacer de la extensión rural un proceso debilitado y fragmentado, pobre en recursos y devaluado por los gobiernos nacionales y locales.

2. Procedimientos Metodológicos

Para que pudiéramos comprender los matices que rodean el contexto de la investigación, fueron necesarias las siguientes preguntas generadoras: ¿Cómo y cuándo fue implementada efectivamente la extensión rural por los gobiernos de Argentina y Brasil? ¿En qué momento este proceso fue afectado por las políticas externas de expansión capitalista después de la Segunda Guerra Mundial? Y, finalmente, cómo estos cambios impactaron las políticas de extensión rural en ambos países, tanto en el ámbito del poder público como en la dimensión de las familias campesinas. Por lo tanto, para responder a estas preguntas generadoras construimos un aparato metodológico, basado en atributos cuali-cuantitativos. Explorando las interfaces intercambiables del objeto en cuestión.

Al inicio de nuestra investigación, consideramos relevante el supuesto de que la intervención del Estado en las políticas públicas para las zonas rurales está directamente vinculada al desarrollo del capital internacional, guiándose por los acuerdos comerciales externos y la creciente apreciación e intensificación de los commodities para la oferta central. países (Unión Europea y Estados Unidos) y países periféricos que experimentan una rápida expansión económica (China). De esta manera, la importancia de la Extensión Rural estaría directamente ligada a la transferencia de tecnología para la intensificación y aumento de la producción en escala para abastecer el exterior. mercado. Como resultado, incluso con el PRONAF, la agricultura familiar campesina permanece al margen del proceso de desarrollo rural, siendo apoyada únicamente por políticas locales y específicas de seguridad social.

Para un análisis procesal de los hechos, buscamos comparar los mecanismos que configuraron la extensión y el desarrollo rural tanto de Argentina como de Brasil. Al ser países que integran el cono sur, y políticamente MERCOSUR (Acuerdo de Complementación Económica entre Brasil, Argentina, Paraguay y Uruguay), se logró aunar los acontecimientos económicos e históricos que marcaron la evolución de la extensión rural en estos Estados Nación. A pesar de que los procesos de colonización portuguesa y española tuvieron determinismos e idiosincrasias, las zonas rurales de ambos países en cuestión se vieron impactadas por las políticas exteriores incorporadas por sus respectivos gobiernos. Sin embargo, las respuestas a las influencias externas se produjeron de diferentes maneras temporales y económicas. Permitiendo así una perspectiva enriquecedora de los hechos para el presente estudio.

Por lo tanto, el enfoque cuali-cuantitativo permitió vislumbrar los entresijos de las políticas rurales en cada país estudiado. Acercando los datos a lo que intentábamos entender. En otras palabras, el desmantelamiento neoliberal de las políticas de desarrollo rural y extensión de la agricultura familiar campesina.

Aún en el tiempo, respecto del análisis cualitativo y el uso de datos cuantitativos en la construcción de los hechos abordados, cabe destacar, como señala Vasilachis (1992) que “La práctica de la investigación sociológica nos muestra la presencia simultánea de una pluralidad de métodos cuya aplicación permite comprender un determinado objeto o fenómeno social”. (VASILACHIS, 1992).

Entendemos que la metodología propuesta de carácter cuali-cuantitativo es necesaria para comprender los procesos y similitudes entre el desarrollo rural en ambos países y localidades estudiadas. Esto nos permite viajar por las diferentes dimensiones del objeto, tocando los ojos de técnicos de campo y familias campesinas. Enriqueciendo así la triangulación de los datos recopilados.

Además, la metodología se construyó a partir del estudio de caso del asentamiento de reforma agraria Roseli Nunes, ubicado en el municipio de Piraí, estado de Río de Janeiro. Con el objetivo de identificar el nivel de percepción de los colonos sobre las políticas públicas de extensión rural desarrolladas por el gobierno federal brasileño a través del INCRA.

Aclaremos a tiempo que el seguimiento a las familias asentadas se realizó a través de la metodología de observación participante, permitiendo sentir, vivir y observar las problemáticas del asentamiento y sus familias asentadas. Entendemos que la observación participante es un excelente recurso metodológico para la investigación social, ya que permite una inserción más profunda en las prácticas y representaciones que viven las familias campesinas asentadas. Con este método, el investigador sigue más de cerca el acontecimiento de su investigación, lo que le permite decodificar mejor imaginarios, vocabulario, símbolos y ritos válidos y coherentes, con mayor correspondencia con la forma en que los propios colonos viven su práctica agrícola. (PROENÇA, 2007); (QUIRÓS et al, 2007).

Es importante resaltar que el análisis comparativo entre ambos países se basó en la visión de técnicos de extensión rural, que trabajan en diferentes programas ofrecidos por los gobiernos argentino y brasileño. Así, es posible identificar, en las relaciones socioorganizativas e institucionales, similitudes y diferencias en la dinámica de las políticas públicas de desarrollo rural. Para ello, se realizaron entrevistas con un cuestionario semiestructurado, compuesto por preguntas abiertas que buscaron expresar la comprensión de técnicos y técnicos de campo y familias asentadas en el Proyecto Asentamiento Roseli Nunes, sobre los alcances de las políticas públicas de extensión rural, así como así como los impactos sufridos a lo largo de los años de desmantelamiento del aparato estatal bajo las políticas neoliberales.

Por lo tanto, los aspectos metodológicos de la investigación se distribuyeron en tres etapas. Como paso número uno se estableció la recolección de datos secundarios, con el objetivo de actualizar el estado de la ciencia sobre el tema actual. En un segundo momento utilizamos la Observación Participante de los hechos estudiados y, finalmente, aplicamos entrevistas mediante un cuestionario semiestructurado. Con esto, buscamos respetar, a lo largo del trabajo de investigación, la multidimensionalidad de la cuestión agraria en Brasil y Argentina, dialogando con las interfaces del desarrollo rural, las políticas públicas de extensión rural y la reforma agraria. En este sentido, las observaciones y notas de campo constituyeron importante material de análisis, lo que facilitó la triangulación de los datos recolectados a lo largo del período investigado.

Para la recolección de información los métodos utilizados fueron la observación participante y la aplicación de un cuestionario semiestructurado, con preguntas separadas por ámbitos: social, ambiental, económico e institucional. Las entrevistas se realizaron a nueve familias representantes de la comunidad. Como informantes privilegiados, sus percepciones sirvieron como un instrumento de fundamental importancia para comprender la realidad del asentamiento. El análisis de los datos se basó en las reflexiones del investigador, ahora de moda, triangulando con notas de campo y observaciones recopiladas durante el trabajo de investigación.

Como se mencionó anteriormente, el asentamiento Roseli Nunes tiene una producción diversificada de cultivos de hortalizas y producción de animales menores, exponiéndose productos como huevos y queso, además de hortalizas, en las ferias de la región. El hecho de que las familias asentadas recibieran asistencia técnica a través del programa ATES/INCRA, que finalizó en 2014, y que los propios técnicos del MST continuaran brindando asistencia después de este período, fue una de las principales razones para elegir este asentamiento como foco de atención. analizando los resultados del programa ATES.

Para iniciar los trabajos se solicitó autorización a los dirigentes del asentamiento, que es organizado por el propio MST. Las visitas a las familias se realizaron bajo la supervisión de los dirigentes, así como las familias entrevistadas también fueron indicadas por la dirección del

MST. Além das entrevistas, foram feitas visitas de reconhecimento no assentamento, como parte das atividades do Observatório de Sociologia e Extensão Rural, fundado e dirigido pelo presente autor, estando vinculado institucionalmente ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural de Rio de Janeiro.

3. Resultados y Discusión

Vimos la evolución histórica de la legislación brasileña sobre extensión rural. Se pudo comprobar que incluso antes de la promulgación de las primeras leyes que regulaban el trabajo de extensión, la extensión rural ya se practicaba en los primeros días del desarrollo agrícola colonial. También acompañamos la formación de las primeras escuelas agrotécnicas y las primeras leyes que regularon las acciones de asistencia técnica y financiamiento agrícola.

También vimos la evolución de la situación económica a través de los diferentes gobiernos que se sucedieron en el territorio brasileño, organizando y reorganizando y, en ocasiones, perturbando el sistema de asistencia técnica y extensión rural. Que durante toda su formación sufrió o se benefició según las intenciones económicas del gobierno vigente en su momento. Con esto, fue posible comprender que incluso con aparatos legales establecidos, siempre existía la posibilidad de cambiar de rumbo, lo que, a su vez, estaba vinculado a los intereses de quienes, desde el inicio de la explotación de las tierras brasileñas, perpetuaron ellos mismos en el poder, creando condiciones que los beneficiaban y quienes, por así decirlo, controlaban la construcción de políticas públicas de extensión rural. Los agronegocios siempre han estado vinculados a esferas de poder tanto en los gobiernos nacionales como locales (estatales y municipales), lo que ha afectado directamente las políticas de extensión.

En Argentina también podemos entender la evolución de las políticas de extensión rural, principalmente a través de la estructuración del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria, INTA. A lo largo del debate se pudo observar que los cambios en la coyuntura nacional e internacional, incluidas las alternancias de gobierno, resultaron en cambios en la visión de las actividades de extensión rural argentina. Por lo tanto, para hablar de la estructura agraria argentina es importante conocer la historia del propio INTA, que a diferencia de la EMBRAPA (Corporación Brasileña de Investigación Agropecuaria), que se ocupa básicamente de la producción de nuevas tecnologías para las zonas rurales, el INTA, para Además de la innovación tecnológica, opera fuertemente en la extensión rural. Lo que por un momento nos parece un camino más prometedor para el desarrollo del sector agrícola nacional.

Sin embargo, al igual que Brasil y toda América Latina, Argentina ha pasado por una serie de gobiernos, tanto democráticos como dictatoriales, que provocaron distintos cambios y, por qué no decirlo, giros en la política agrícola del país. Y el INTA fue el instrumento para implementar estas diferentes visiones de construcción de políticas agrícolas. Desde su inicio apuntando a una extensión más dialógica, pasando por la transferencia de tecnología y aplicación de paquetes tecnológicos hasta el cambio de ruta encaminado al crecimiento del modelo agroexportador.

Frente a esta diversidad de acontecimientos que en un momento se parecían a lo que ocurría en Brasil y en otro diferían según sus propias diferencias estructurales y ocupación territorial, el presente autor salió al campo para aplicar cuestionarios a agentes de extensión rural argentinos, buscando comprender cómo se procesaron estos cambios dentro del propio INTA y cómo se fueron desarrollando y reestructurando estrategias por parte de los propios extensionistas durante el período en que trabajaron dentro del instituto.

La investigación constó de tres etapas. Considerando el primero como la recopilación de datos secundarios mediante la consulta de buscadores en la red mundial, además de documentales audiovisuales. La segunda etapa consistió en la observación directa en campo y la tercera etapa de las entrevistas propiamente dichas. Tanto en Brasil como en Argentina

buscamos entrevistar a los principales agentes, según criterios que incluían su involucramiento con organizaciones locales y su trayectoria en la actividad de extensión. Permitiendo así recolectar información que representó al grupo de técnicos de campo, ya que los entrevistados también se caracterizaron como informantes privilegiados por su inserción en sus propias instituciones.

El trabajo de campo en Argentina se realizó del 3 al 15 de agosto de 2018, en la provincia de Córdoba en el municipio de Río Cuarto. Fueron un total de cinco entrevistas a técnicos de campo y extensionistas rurales que trabajan tanto en el INTA como en alianza con la Universidad Nacional de Río Cuarto. Además de las entrevistas, el trabajo de campo se realizó a través del conocimiento del operativo rutinario del INTA en el municipio de Río Cuarto, además del seguimiento del día a día de las actividades de la oficina del INTA (Agencia - Taller) en el municipio.

El cuestionario se basó en ocho preguntas que fueron desglosadas y conectadas, con el objetivo de comprender el grado de integración del entrevistado en su institución, así como su percepción sobre las políticas generales del gobierno nacional y las relaciones entre los cambios de gobierno y su influencia en el accionar del propio INTA y de extensión rural en la provincia de Córdoba.

Por razones de privacidad e idoneidad de la investigación, se conservarán los nombres, así como no se determinará el género de quienes dieron la entrevista y, aunque preguntamos sobre el cargo y función desempeñada, no los expondremos en este texto para preservar la identidad.

La primera persona entrevistada trabaja en diferentes proyectos de extensión rural, además de tener mucho tiempo dentro de las instituciones, lo que nos da una visión más integral de los cambios políticos que ha experimentado la institución. Por lo tanto, sus respuestas fueron una contribución importante a la percepción más general de la evolución de las políticas nacionales de extensión agrícola y rural.

La segunda entrevista fue a una persona que lleva poco tiempo en la institución, pero que también trabaja en diferentes proyectos de extensión, lo que nos ofreció una visión más fresca de los cambios ocurridos en los últimos gobiernos argentinos, así como una perspectiva temporal. diferencia en lo que dice, respeto por la comprensión de los cambios generales sufridos a lo largo de toda la trayectoria del INTA.

El tercer entrevistado también nos mostró una visión más anclada de la evolución de la institución, ya que ha estado involucrada en numerosos proyectos de extensión durante mucho tiempo, a partir de la conversación fue posible comprender los diferentes períodos por los que ha pasado el INTA, así como los nuevos lineamientos que se estaban diseñando durante el gobierno de Macri.

La cuarta entrevista también fue con una persona que había trabajado recientemente dentro de la institución, pero que a su vez también estuvo involucrada en numerosos proyectos de extensión, brindándonos una visión más reciente de las acciones del INTA, pero demostró diferencias en la comprensión de los cambios estructurales que el INTA. pasó, en comparación con las respuestas de entrevistas anteriores.

La quinta entrevista nos presentó un panorama general de los cambios estructurales que las políticas públicas han traído al medio rural argentino. Fue otorgado por dos personas que estuvieron involucradas durante mucho tiempo en los procesos de asesoría técnica y extensión rural, permitiendo, con su riqueza de detalles, comprender cómo los sucesivos gobiernos influyeron directamente en el accionar institucional del INTA.

Con el análisis de los datos recolectados durante el trabajo de campo, se pudo dar cuenta que a pesar de las diferencias en el tiempo de trabajo en el sector de extensión rural, así como diferencias en el trabajo realizado y el grado de inserción en sus instituciones, fue posible darse cuenta de que Las respuestas estuvieron ligadas al sentimiento de que los cambios ocurridos

tuvieron un impacto decisivo en el trabajo de los extensionistas. Tanto en lo que respecta a la transferencia de financiación como a la reducción de la cantidad de mano de obra disponible para el trabajo en el campo.

Es cierto que el INTA es una institución con cobertura nacional y que sus oficinas están distribuidas regionalmente y por lo tanto, cada una de sus agencias atiende a un determinado tipo y número de público consistente con la capacidad productiva de la región. Sin embargo, cabe mencionar que la provincia de Córdoba alberga las dos agencias INTA más grandes, siendo Córdoba (capital) la más grande y Río Cuarto la segunda. Y aún con esta estructura y la importancia de la producción local, la oficina de Río Cuarto emplea sólo a nueve empleados, cinco de los cuales son de educación superior, entre ellos agrónomos y veterinarios, y cuatro a nivel técnico y de oficina.

Este rezago técnico se observó al monitorear la oficina de Río Cuarto, configurando un escenario de crecimiento constante de la demanda, pero al mismo tiempo un escenario de vaciamiento del personal de la institución. Recordemos que las entrevistas se realizaron en el apogeo del gobierno de Mauricio Macri. Este gobierno es proneoliberal y está alineado con la ola conservadora que azota al mundo y a América Latina. Por lo tanto, era de esperar que la política estatal de mínimos afectara también a la Argentina y al INTA, volcando las políticas hacia el campo para fortalecer el agronegocio exportador, en detrimento del seguimiento y fomento del desarrollo de los pequeños y medianos agricultores rurales y de las zonas urbanas. que atendió al INTA.

Esto quedó evidente en la entrevista número tres, cuando se formuló la última pregunta, en la que se buscaba entender la visión que tendría cada técnico sobre los cambios de gobierno y su influencia en el accionar del INTA, la respuesta fue contundente al afirmar que en ese momento, Se diseñó un reordenamiento de la estructura del INTA, obviamente al interior del gobierno de Macri, y que pretendía separar la acción de investigación e innovación y la labor de extensión. Recordemos que, como se discutió anteriormente, un movimiento similar tuvo lugar en Brasil desde el inicio de la estructuración de la extensión rural, consolidándose así con la formación de EMBRAPA (investigación) y EMBRATER (Extensión Rural). Es decir, dos instituciones separadas en su génesis y, por así decirlo, en su financiación, que operarían en el mismo sector y subordinadas al mismo ministerio, el de Agricultura.

Pero, tras esta importante consideración, volvamos a la evolución de las entrevistas. Las primeras seis preguntas fueron elaboradas con el objetivo de comprender el grado de involucramiento del entrevistado con la institución en la que laboraba, así como su rol y su grado de influencia en las acciones tomadas por la oficina regional del INTA.

Las respuestas a estas preguntas, como era de esperarse, fueron de carácter institucional, describiendo cada entrevistado su cargo y función, así como las acciones que realizaba dentro de la extensión rural. Sin embargo, estas preguntas nos permitieron separar el lugar de habla de cada persona y así nos fue posible analizar los detalles de las respuestas. La interpretación quedó clara: cuanto más tiempo esté dentro de la institución, más completa será su visión del proceso en su conjunto y mejor será su comprensión de los cambios que ha experimentado el INTA a lo largo de los años.

En este sentido, nos pareció clara la distinción entre los actores, donde los más jóvenes o los que están recientemente dentro de la organización, tienen una visión más fresca y esperanzadora, frente a las respuestas de los mayores, que se graduaron más recientemente, o que han estado en la organización durante décadas. Estos nos presentaban un cierto pesimismo después de años de batalla contra los cambios dentro del INTA y que en ese momento no mostraban perspectivas de mejora sustancial para satisfacer las necesidades del sector atendido. Por el contrario, lo que surgió durante las entrevistas fue un escenario de pérdida de financiación y de acciones de extensión rural.

Es interesante notar que en la tercera entrevista la persona se mostró muy aprensiva por las respuestas que estaba dando y expresó cierto temor de poder sufrir alguna represalia a consecuencia de la información que nos estaba brindando. A lo largo de la entrevista habló en tono de voz bajo y con una expresión facial de preocupación, que caracterizaba el miedo a que algo pudiera pasar. En un intento por entender mejor lo que estaba pasando, se hizo la última pregunta y la respuesta fue contundente sobre el temor que todos tenían de ser despedidos a raíz de los nuevos lineamientos del gobierno nacional.

Aún en esta entrevista nos quedó claro que todos los cambios recientes realizados por el gobierno de Macri se estaban implementando de manera gradual y ocultos por otras acciones, como la reducción de transferencias para financiar proyectos para pequeños y medianos agricultores y que, como tal, se vio que es evidente la intención del gobierno de dismantelar paulatinamente la extensión rural en el país en beneficio de los grandes productores agroindustriales. Y con ello se justificaba el temor al despido que nos presentaba el entrevistado.

Aún en este tema, es muy importante resaltar nuestra observación de que es interesante la diferencia de visión entre quienes han trabajado dentro del cuerpo durante más tiempo y quienes tienen menos tiempo, y esto se caracteriza por comprender los cambios que estaba atravesando el INTA durante el gobierno de Macri. Quienes llevan menos de diez años en el INTA han vivido en su carrera dos gobiernos nacionales, el de Cristina Kirchner y el gobierno de Mauricio Macri. El primero con fuerte influencia peronista y acción estatal y el segundo siguiendo el manual mínimo estatal. En este sentido, los cambios implementados por Macri fueron vistos como una ruptura con los gobiernos peronistas y la “liberación” del aparato público de manos del Estado. Sin embargo, vale la pena considerar que, como la propia historia nos ha demostrado, la política de Estado de mínimos tuvo consecuencias desastrosas para las economías periféricas de América Latina.

Volviendo al cuestionario, la pregunta siete, que se desglosa en letra A y letra B, así como la pregunta ocho, son preguntas más generales que buscaron mostrarnos la percepción que tiene cada entrevistado sobre las relaciones institucionales entre el gobierno nacional, las instituciones de las comunidades rurales extensión, INTA, gobiernos provinciales y gobierno municipal. Además, en la octava pregunta cerramos la entrevista preguntando sobre la opinión del entrevistado sobre la política agrícola del gobierno argentino.

En esta parte, la primera entrevista nos presentó muchos detalles interesantes, además de demostrar un profundo conocimiento sobre la propia evolución del INTA, nos presentó una serie de preguntas que nos acercan a los argumentos utilizados anteriormente y a la literatura consultada para construir este texto.

Las respuestas comienzan con la siguiente afirmación: “el mayor problema de este modelo organizativo es el trabajo individual”, en referencia a las acciones del INTA dirigidas a pequeños y medianos agricultores. Esta afirmación representa la gran preocupación por la falta de trabajo en la comunidad, la falta de pensamiento estratégico para la emancipación de los pequeños productores, agricultores familiares durante los años que antecedieron a los cambios dentro del INTA. De esta manera, incluso durante la entrevista, queda claro que el enfoque en la unidad individual, sea persona o unidad familiar, sin entender la inserción autónoma y regional en el mercado, sólo favorece a los grandes conglomerados agroindustriales. Esta afirmación corrobora lo expuesto en el capítulo dos de este texto, cuando se caracteriza la fase agroexportadora (agrobusiness) del accionar del INTA.

Aún en esta entrevista, más adelante, señala el cambio de visión estratégica en 2003, exactamente cuando asumió el presidente Néstor Kirchner. Describe la “visión más social y territorial” del gobierno alineada con las diferencias territoriales y la realidad social de la agricultura familiar argentina. Históricamente, los agricultores trabajaron individualmente y las acciones del INTA priorizaron grupos y asociaciones de productores. Aún en esta línea, señala que en 2018 (gobierno de Macri), además del vaciado de acciones de extensión rural, hubo un

aumento de los procesos de concentración de capital, tierra y producción, caracterizando la intensificación de la agricultura corporativa, para en detrimento de la producción agrícola local y de la agricultura familiar.

Esta afirmación contrasta fuertemente con lo expuesto en la entrevista número cinco, la cual no declara desconocimiento del proceso que se estaba llevando a cabo, pero aún así, no indica insatisfacción o problema alguno observado con la actuación del gobierno nacional frente al INTA. Este caso nos retrotrae a nuestra observación hecha anteriormente en este tema, ya que el tiempo de trabajo en el sector está directamente relacionado con la percepción del cambio y sus consecuencias en el trabajo con las familias de agricultores. La persona entrevistada en la quinta oportunidad tiene alrededor de 10 años de experiencia, mientras que la persona entrevistada número uno tiene más de dos décadas de experiencia. Por lo tanto, es importante identificar desde qué lugar de esa situación habla la persona y, en este caso, esto fue fundamental para comprender las respuestas.

Aún sobre los cambios implementados por el gobierno de Macri, el tercer entrevistado, aún con mucho temor en sus palabras, nos cuenta que los organismos locales del INTA están trabajando con menos recursos debido a los recortes del gobierno nacional. Mostrándonos un gran descontento con las políticas implementadas en su momento, nos dice que trabaja con extensión rural desde hace más de dos décadas, lo que nos permite inferir que el sentimiento de agotamiento y frustración con las políticas nacionales es real y está inserto en su espacio y tiempo, fortalecidos por años de trayectoria y experiencia con la extensión rural.

De lo descrito hasta ahora se pudo constatar cuán inserto en los cambios políticos nacionales se encuentra el INTA, que según las intenciones de cada gobierno toma una configuración diferente, actuando ahora en beneficio de un público, ahora en beneficio de un público. Sin embargo, esto contrasta con el principio fundamental de la extensión rural, que es atender a los pequeños productores, que históricamente han sido excluidos del desarrollo económico y social.

Finalmente, es interesante resaltar que todas las entrevistas nos presentaron, en mayor o menor medida, un caudal de información que nos permitió construir argumentos en torno al accionar del INTA en Río Cuarto. Además de los programas institucionales y el público objetivo, las respuestas a las preguntas nos mostraron un panorama general que apuntaba al desmantelamiento y separación de la extensión rural dentro del INTA. Poco a poco, el gobierno de entonces agotó los fondos y puso en duda la existencia de estructuras y la continuidad de los programas. Esto nos ayuda a comprender cuán dañina es la política de Estado mínimo y nos acerca políticamente a la realidad brasileña que también se viene configurando desde hace décadas, con el desmantelamiento de las estructuras de extensión rural.

Concluido el desarrollo del trabajo de campo y seguimiento a las familias asentadas, pasamos a otra etapa de la investigación, las entrevistas a los técnicos que trabajaron durante el programa ATES. Sin embargo, con el surgimiento de la pandemia de covid 19 no se pudieron realizar las entrevistas que estaban programadas para el primer trimestre de 2020. Sin embargo, aún en 2020, en el segundo semestre, las entrevistas se realizaron de forma remota. Se elaboró un cuestionario semiestructurado, compuesto por preguntas cerradas y abiertas, dando a los entrevistados la oportunidad de expresar sus opiniones por escrito. Se dispuso de dos días para completar el cuestionario, con el fin de preservar la veracidad de la información recopilada y proteger la recopilación de datos de posibles interferencias políticas/económicas/sociales.

Se crearon 12 preguntas que intentaron abordar los temas discutidos a lo largo del texto y buscar información relevante para construir la narrativa de los extensionistas brasileños. Las tres primeras preguntas se refieren a la recogida de datos profesionales, de modo que podamos comprender el lugar de discurso de cada uno de los entrevistados. Las otras cuestiones tratan de comprender el papel extensionista, las dificultades y desafíos en el desempeño de las

actividades, las relaciones con los poderes institucionales y el papel del Estado como principal agente de promoción de las actividades de extensión rural en Brasil.

En total recibimos 18 cuestionarios cumplimentados, lo que nos proporcionó un buen margen de análisis, ya que la diversidad de respuestas favoreció la interpretación de los datos obtenidos, así como la posibilidad de triangular la información con otros hallazgos de la investigación.

Analizando el conjunto de respuestas obtenidas, es posible comprender que a pesar de la diversidad de argumentos, existe una tendencia a entender la extensión rural como de importancia fundamental en la construcción de nuevas relaciones en el medio rural brasileño, siendo mediadora de conflictos e interlocutora de las familias rurales, ejerciendo nuestro rol de diálogo y construcción equilibrada de conocimientos, siempre con el objetivo de respetar las tradiciones, costumbres y cultura del campesino.

En el asentamiento Roseli Nunes, utilizamos la observación participante para obtener la percepción de los propios colonos sobre los años de actividad de ATES, así como lo que cambió con la finalización del contrato. Además, aplicamos un cuestionario semiestructurado que aborda las dimensiones sociales, económicas y productivas de la familia, de modo que pudiéramos comprender cómo las familias fueron incluidas en los programas públicos de asistencia médica y social, y cuál fue el desempeño económico de sus actividades agrícolas. Se entrevistó a un total de nueve familias, lo que nos aportó datos importantes para poder caracterizar no solo el asentamiento, sino también a las familias y el grado de perpetuidad de las acciones que se implementaron mediante las acciones del programa ATES.

Las entrevistas fueron acompañadas de una metodología de caminata transversal en los lotes de las familias que nos recibieron, así pudimos compartir relatos y situaciones vividas por los propios pobladores a lo largo de los años de instalación del asentamiento.

La caracterización productiva resultó de enorme valor, ya que, aún en la adversidad de las discontinuidades de la asistencia técnica en el asentamiento, las familias mostraron un alto grado de organización de sus ingresos y producción. Se pudo comprobar in situ y a través de los datos obtenidos durante las entrevistas que la producción es muy diversificada, permitiendo no sólo el autoabastecimiento, sino también la venta de los excedentes de producción en ferias locales de la región.

Los colonos también parecen estar bien conectados con el gobierno local, habiendo recibido visitas de equipos de asistencia social y de salud a lo largo de los años, además de tener fácil acceso al centro del municipio, donde se encuentran escuelas y hospitales. En materia de educación, todos los niños estaban matriculados tanto en educación primaria como secundaria y en una de las reuniones colectivas en las que participamos, nos informaron que el autobús escolar estaba siendo dirigido a una ruta dentro del asentamiento, y se pudo observar el paso de autobuses urbanos por las vías del asentamiento. Esto demuestra que el asentamiento está bien estructurado y bien conectado con las autoridades públicas locales, teniendo acceso a políticas de seguridad social, educación y salud.

En cuanto a la producción agrícola, se pudo identificar la diversidad productiva y la replicación por parte de los pobladores de las técnicas de producción agroecológica que fueron transmitidas durante el período de asistencia técnica realizada por el equipo de ATES. Esto es muy valioso, demostrando que las acciones de los equipos de campo, aunque fueron discontinuadas, se perpetuaron a lo largo de los años, posibilitando autonomía productiva a las familias asentadas.

En cuanto al tratamiento de plagas de cultivos, utilizan soluciones alternativas basadas en tecnologías agroecológicas, que respetan el equilibrio y la diversidad biológica de la región. Utilizan medicamentos industrializados bajo orientación técnica, cuando es necesario. Y, cuando se trata de actividades de producción animal, sólo utilizan medicamentos industrializados de acuerdo con las instrucciones de los órganos de salud competentes y bajo la

orientación de médicos veterinarios del propio municipio de Pirai. Esto denota un alto grado de responsabilidad sanitaria y medioambiental. Se puede decir que esto también es resultado del accionar del equipo de extensionistas que trabajan en el programa ATES/INCRA.

En una de las visitas a las familias asentadas, cuando se les preguntó sobre la efectividad del programa ATES, las respuestas fueron muy similares, denotando satisfacción con dicho programa y reportando su ausencia en el seguimiento diario de las familias. Cabe mencionar que el asentamiento Roseli Nunes también recibe seguimiento de equipos de EMATER-RJ y en ocasiones de técnicos de la intendencia. Sin embargo, informan que estos servicios no son suficientes y dejan mucho que desear en términos de continuidad de la asistencia técnica.

4. Conclusiones

A lo largo de este trabajo, se expusieron diferentes argumentos sobre las contradicciones presentadas por los gobiernos argentino y brasileño, a lo largo de décadas de actuación en zonas rurales. Encontramos algunas similitudes y convergencias entre ambos procesos, caracterizando que las políticas públicas para las zonas rurales del cono sur estuvieron influenciadas por los mismos factores. Sin embargo, también se pudo observar que la respuesta dada por los gobiernos de ambos países fue diferente. Mientras uno tenía una dinámica de integrar en una misma agencia el desarrollo tecnológico y las acciones de extensión rural (Argentina), el otro decidió separar estas dos funciones desde el principio (Brasil) y, además, de acuerdo con los lineamientos neoliberales depositados en el mundo periférico, El gobierno brasileño decidió desfinanciar las políticas de extensión rural a principios de los años 1990. pasado. Intensificándose aún más los conflictos por la tierra en el país y culminando con la masacre de Corumbiara y Eldorado dos Carajás, cuyo memorial este investigador tuvo la oportunidad de visitar durante la ejecución de este trabajo de investigación.

Analizando las entrevistas y respuestas tanto de técnicos del INTA (Argentina) como de técnicos que trabajan en el programa ATES (Brasil), fue posible comprender qué tan lejos están estos dos países de comprender la necesidad de fortalecer las agencias de extensión rural. El INTA tiene un papel importante en la promoción de las actividades agrícolas en la provincia de Río Cuarto, mientras que en el caso brasileño se dejaron de lado las políticas de servicios y asistencia técnica, se descartó tanto el modelo como las propias agencias de extensión rural.

En este punto, cabe hacer una mención honorífica a EMATER-RJ, ya que en los intentos de entrevistar a los extensionistas de la empresa no obtuvimos respuesta. Cuando se contactó a algunos técnicos para entrevistarlos, o no respondieron al cuestionario o simplemente ignoraron nuestras invitaciones. Sólo uno quiso hablar y me dijo lo que ya se notaba a simple vista, que la agencia está totalmente desguazada, que no hay ningún incentivo para sus trabajadores, que tienen que pagar su propio combustible para realizar sus tareas y que cualquier desgracia que ocurriera con el vehículo, era responsabilidad exclusiva del técnico conductor reparar el vehículo. Esto no hace más que confirmar lo ya señalado anteriormente en este texto, que no sólo el gobierno federal, sino también el gobierno estatal, no juega el papel real de promover el desarrollo de tecnologías y fortalecer las agencias de extensión rural. Por lo tanto, es notorio el abandono de las agencias de investigación y extensión rural en el estado de Río de Janeiro, tanto la EMATER como la PESAGRO (Empresa Estatal de Investigación Agropecuaria) están siendo vaciadas y desguazadas.

Continuando con las entrevistas, fue posible identificar la importancia de los programas de extensión rural tanto en Argentina como en Brasil. En Argentina, a pesar de haber pasado por numerosas limitaciones económicas, el INTA aún se mantiene firme en su propósito. El programa Pro Huerta es un caso de éxito y debe servir como referencia para otros países latinoamericanos. Y en el caso brasileño, fue posible identificar tanto a través de entrevistas con técnicos de campo como a través de entrevistas con colonos, que el programa ATES tuvo

importancia real en la construcción de la emancipación de las familias asentadas, objetivo deseado en todo acuerdo de reforma agraria. Sin embargo, con la terminación del programa, las cooperativas no sólo sufrieron la falta de transferencias financieras durante la ejecución de los servicios, sino que también experimentaron dificultades para mantenerse debido a la ausencia de políticas públicas para las zonas rurales.

Por lo tanto, podemos concluir que tanto Argentina como Brasil atravesaron el mismo proceso de reestructuración productiva, las mismas políticas de austeridad financiera de los proyectos neoliberales y llegaron al cambio de siglo aún sufriendo las marcas del pasado y las respuestas desiguales y combinadas del capitalismo. .periférico, debido a las crisis del mercado internacional. Luego señalamos que Argentina y Brasil son caras de una misma moneda, lo que refleja políticas públicas desiguales que favorecen a las grandes empresas agroexportadoras, en detrimento del apoyo a la pequeña producción familiar campesina. Si bien tenemos procesos diferentes y espaciados temporalmente en ambos países, fue posible demarcar las similitudes en medio de estas diferencias. Y que la extensión rural y el desarrollo rural fueron tratados de manera desequilibrada al comparar los dos países. Mientras uno decidió fortalecer y mejorar las políticas de desarrollo rural, el otro decidió tomar el camino opuesto, debilitando el apoyo a la agricultura familiar en el ámbito de la extensión y la mejora de los agronegocios.

Palabras clave: Extensión Rural. Agricultura Familiar. Políticas Públicas.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Localização do PA Roseli Nunes, com a sede demarcada em vermelho. Possível observar a topografia acidentada do assentamento, bem como as áreas de preservação e áreas de cultivo. Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor. 53
- Figura 2.** Localização da sede do PA Roseli Nunes, em comparação com o centro da cidade de Piraí-RJ. Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor. 53
- Figura 3.** Localização da Província de Rio Cuarto – Cordova – Argentina – com sua área urbana e rural. Fonte: Google Maps, modificada pelo Autor. 54
- Figura 4.** Gráfico das respostas da pergunta de número 2: “Há quanto tempo você trabalha na cooperativa?” Fonte: elaborada pelo Autor. 65
- Figura 5.** Gráfico das respostas à pergunta: “Você observou problemas financeiros no projeto em trabalhou/trabalha?”. Fonte: Elaborado pelo Autor. 66
- Figura 6.** Gráfico com as respostas à pergunta: “Na sua opinião, a Extensão Rural deveria ser executada por:” Fonte: Elaborado pelo Autor. 67
- Figura 7.** Gráfico com as respostas à pergunta: “Você enfrentou ou enfrenta algum obstáculo ou resistência no trabalho de Extensão Rural?”. Fonte: Elaborado pelo Autor. 68
- Figura 8.** Gráfico com as respostas à pergunta: “Em sua opinião, qual deveria ser o papel das políticas públicas para o setor rural brasileiro? Fonte: Elaborado pelo Autor. 70

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Primeiros decretos criando os institutos imperiais de agricultura no Brasil.....	11
Tabela 2. Decretos de criação de campos de demonstração e fazendas modelos.....	17

LISTA DE ABREVIACÕES E SÍMBOLOS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito Assistência Rural

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

ACARES – Associação de Assistência e Crédito Rural

ACARPA - Associação de Assistência e Crédito Rural do Paraná

ACRAMAT – Associação de Assistência e Crédito Rural do Mato Grosso

ANCAR – Associação Nacional de Assistência e Crédito Rural

ASCAR – Associação De Assistência e Crédito Rural do Rio Grande do Sul

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

ATES – Assistência Técnica, Econômica, Social e Ambiental

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEDRO – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável

CEDRUS - Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMATER – Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

EEUU – Estados Unidos da América

EUA – Estados Unidos da América

FETAG – Federação Estadual dos Trabalhadores da Agricultura

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INTA – Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária

IHAP – Instituto Histórico e Artístico de Paraty

NIA - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão Científica e Tecnológica em Agroecologia da UFRRJ

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

ONG – Organização Não Governamental

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PEATER – Política Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool.

PRONAF - Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

PESAGRO - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária

SIBRATER – Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1 Da Formação do Agronegócio Brasileiro às Políticas de Extensão Rural.....	3
2.1.1 Da chegada dos primeiros colonizadores ao regime de posse da terra	3
2.1.2 O século XIX e sua importância na definição da estrutura fundiária brasileira.....	5
2.1.3 O século XX: da industrialização ao capitalismo agrário	7
2.1.4 O início da extensão rural no Brasil	11
2.1.5 A ACAR e a institucionalização da extensão rural no Brasil	26
2.2 Extensão Rural na Argentina: Tecnologia e Extensão Dentro de um Mesmo Processo.....	29
2.2.1 O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária: pesquisa e extensão juntas	30
2.2.2 História, conflitos e paradigmas da extensão rural argentina	31
2.2.3 A educação como diretriz extensionista: o paradigma educativo	32
2.2.4 A Revolução Verde e os pacotes tecnológicos	35
2.3 Argentina e Brasil: Esvaziamento e Fragmentação dos Serviços de Extensão Rural ...	40
2.3.1 Caracterização do espaço agrário do estado do Rio de Janeiro	40
2.3.2 O Sul Fluminense e o Vale do Paraíba	48
2.3.3 Atualidade econômico/produtiva do Vale do Paraíba.....	51
2.3.4 Caracterização do assentamento Roseli Nunes, Piraí-RJ.....	52
2.3.5 Caracterização da província de Río Cuarto – Argentina.....	53
3. METODOLOGIA.....	56
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1 Achados de Pesquisa.....	59
4.2 A Visão dos Agentes de Extensão do INTA em Río Cuarto, Argentina:	60
4.3 A visão dos Extensionistas que Atuaram no Programa ATES/INCRA, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil.....	64
4.4 A Visão das Famílias Assentadas no Roseli Nunes – Piraí - RJ.....	72
5. CONCLUSÕES	74
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76
7. APÊNDICES	80

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o modelo de desenvolvimento rural brasileiro tem sofrido com inúmeras configurações e reconfigurações. A cada troca no governo federal e dependendo da força política que assume a cadeira de presidente do Brasil, a política pública de desenvolvimento rural assume nova roupagem. Na maioria das vezes, se veste de roupas velhas e empoeiradas, cheias de marcas do antigo sistema oligárquico. Foi o que aconteceu nos últimos quatro anos da história do Brasil. Isso representou o retrocesso nas políticas públicas para a agricultura familiar, redução nos valores do PRONAF (Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), sucateamento das agências de pesquisa e extensão rural nos estados e, em contrapartida, aumentando os incentivos para o setor do grande agronegócio exportador.

Apesar de não ser o objetivo do presente trabalho, é importante orientar de que período estamos falando. Em 2014, sentindo as pressões do setor conservador do governo, o Governo Dilma não renovou os contratos do programa de extensão rural ATES (Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental) ofertado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) aos assentamentos de reforma agrária federais. Logo em seguida, a então Presidenta, sofreu um golpe, protagonizado pelo seu próprio vice-presidente, Michel Temer. Ela, foi então, “impeachmada” e deixou o palácio do planalto. Deu-se assim, o início de um dos períodos mais sombrios da história recente do Brasil, em pleno regime democrático, as raízes do autocratismo foram crescendo no subsolo de Brasília.

Com uma série de processos impetrados contra os gestores dos governos populares anteriores e com o surgimento de provas sem materialidade e argumentos baseados em pura “convicção”, de um dos personagens desse processo, gradativamente as vitórias conseguidas pelos movimentos sociais do campo, durante os governos anteriores, foram sendo desmontadas.

Com o Presidente LULA, impossibilitado de concorrer nas eleições de 2018, surge no Brasil um fenômeno retrógrado, se autoproclamando defensor das famílias brasileiras, que por mais anacrônico que fosse, obteve grande apoio popular. Os saudosistas do regime militar finalmente conseguiram arrebanhar milhões de pessoas que não entenderam e não entendem, até hoje, que esse processo colocou o país na contramão da história, que nos distanciou da comunidade internacional. Fazendo do pavilhão nacional a sua bandeira particular, sem escrúpulos disseminou a sensação da impunidade.

Foi em meio a essa turbulência psicossocial, que iniciamos os trabalhos de pesquisa. Toda análise aqui fundamentada, está alocada dentro deste período nebuloso que a história do Brasil passou. Percebe-se então, que apesar de não ser o foco do nosso estudo, tudo o que foi pesquisado está contextualizado historicamente, e como poderá ser compreendido ao longo da leitura, toda essa destruição do capital cultural e social do país, teve reflexo nas políticas públicas para o setor da agricultura familiar. Não podendo extinguir totalmente os programas, o governo de exceção que se instalou no planalto, enfraqueceu as verbas, desmembrou as agências, destituiu cargos e colocou o desenvolvimento rural para a agricultura familiar de bases camponesas em último plano. Na verdade, em plano algum.

Por isso, essas palavras iniciais são importantes, para esclarecer que o presente texto está alocado historicamente em um período nefasto e hediondo, pelo qual o Brasil passou, em sua história mais recente.

Enquanto isso, a Argentina sofria com seu governo pró neoliberalismo de austeridade financeira e com o empobrecimento geral da população. No entanto, mesmo com esse emagrecimento das finanças argentinas, o INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária), continuou atuando e desenvolvendo seus projetos voltados para os pequenos agricultores. A saber, o INTA é responsável não só pelo desenvolvimento de novas tecnologias

para o meio rural, mas também é o responsável em oferecer a assistência técnica e extensão rural para acompanhar de forma contínua as famílias rurais argentinas. Isso, será abordado ao longo do texto. O Brasil, no entanto, desde o início, separou essas duas modalidades em duas agências nacionais, uma para a extensão rural a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural) e outra para a pesquisa agropecuária, a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Essa, portanto, é uma das diferenças cruciais entre as políticas para o meio rural dos dois países e, essa contradição, também será abordada ao longo do presente trabalho.

Seguindo por esse caminho e tendo como ponto de partida as questões que envolvem o desenvolvimento rural tanto da Argentina, como do Brasil e em especial a construção/desconstrução das políticas de Extensão Rural voltadas para um público em específico, o camponês e suas dimensões de campesinato². Tivemos como objetivo principal, delinear as faces do desenvolvimento rural em ambos os países. Permeando suas trajetórias e interjeições, fruto dos processos neoliberalizantes pelos quais perpassaram toda a América Latina desde os 90 do século passado. Foram observados os casos do Assentamento Roseli Nunes, localizado em Pirai – RJ e a ação dos extensionistas argentinos do INTA, no escritório local da província de Río Cuarto na Argentina. Lançando mão das entrevistas de campo das famílias camponesas da reforma agrária, quantos dos técnicos atuantes da extensão rural tanto do Brasil, quanto da Argentina.

Nesse sentido, abrimos as discussões abordando a formação socioeconômica e espacial do meio rural brasileiro, apresentando os seus elementos históricos, bem como o modelo adotado de exploração da terra no Brasil que se perpetua até os dias atuais, fortalecendo as oligarquias rurais nacionais e regionais. Nesse capítulo também, abordaremos o início da extensão rural no Brasil. Como se deu, quais foram as inflexões sofridas e, deque forma esse processo foi definitivamente institucionalizado por leis e decretos ao longo do século XX. Em sequência, versaremos sobre o caso argentino. Como foi a história da consolidação da extensão rural argentina, quais foram os desafios enfrentados e as crises desencadeadas na estrutura do INTA. Neste sentido, faremos um passeio pela história política e agrária da Argentina, até os dias atuais, para que possamos entender a importância do INTA no desenvolvimento rural argentino. Apresentaremos também, em seguida, as caracterizações das áreas estudadas bem como os resultados do conjunto de análises dos dados coletados. Entrelaçando as informações amparadas por atributos metodológicos que favoreceram o entendimento das diferentes camadas do objeto estudado.

Por fim, chegamos às nossas considerações finais, onde apresentamos os apontamentos finais sobre o que foi estudado, possibilitando assim, a finalização da presente obra, delineando as semelhanças e as diferenças entre as políticas públicas de extensão rural entre Argentina e Brasil. Concluindo que, são fruto do mesmo processo que hora constri, hora impulsiona a evolução do espaço agrário de ambos os países, constituindo assim, duas faces do mesmo problema, em equilíbrio e desequilíbrio. Portanto, um movimento pendular característico da América Latina que, no mote do desmonte das políticas públicas de caráter social, desorganiza, esvazia e desmonta as políticas para o desenvolvimento e emancipação das famílias camponesas. Fazendo da extensão rural, um processo enfraquecido e fragmentado, empobrecido em recursos e desvalorizado pelos governos nacionais e locais.

² Para um melhor apontamento sobre camponês e campesinato, indicamos a leitura das seguintes obras: Sociedades Camponesas de Henri Mendras (MENDRAS, 1978), A Questão Agrária de Karl Kautsky (KAUTSKY, 1980), Chayanov e o Campesinato (CARVALHO, 2014) e a obra Agricultura Familiar de Roberto José Moreira (MOREIRA, 1990).

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A importância da extensão rural como política pública voltada para a emancipação das famílias camponesas é um debate que se estende desde o final da segunda grande guerra. Passando por inúmeras discussões e inflexões tanto em suas metodologias de execução, quanto à sua própria natureza. Chegamos assim à virada do séc. XX para o XXI com o tema aflorando nos debates dos movimentos sociais. Buscando maior autonomia e participação na tomada de decisão sobre o que é, e o que deixa de ser importante para o meio rural camponês. É nesse sentido que surge a pergunta fundamental deste trabalho de tese, como e porque as mudanças estruturais nas políticas nacionais tanto da Argentina, quanto do Brasil, impactaram frontalmente as políticas públicas para o meio rural, e de que forma essas mudanças também, forjaram uma extensão rural voltada para o grande capital agroexportador e não para as famílias camponesas.

2.1 Da Formação do Agronegócio Brasileiro às Políticas de Extensão Rural

A história da sociedade brasileira, é marcada profundamente pelas contradições de ordem social, cultural e espacial. Desde sua gênese, foi confrontada por interesses discrepantes e antagônicos, diametralmente opostos, o que resultou por um lado, em uma sociedade repleta de disparidades econômicas e sociais, mas que por outro, proporcionou a construção de uma das maiores diversidades cultural e étnica da história recente da sociedade humana. O Brasil foi forjado em conflitos e diferenças, que ao longo dos séculos foram sendo complementadas e unificadas em um tecido social complexo com interfaces e mediações conflitivas, que determinaram as características econômicas, sociais e culturais da sociedade brasileira.

O presente capítulo, se dedicará à uma breve revisão sobre o processo de exploração territorial brasileiro, desde o regime colonial até os dias atuais, com o intuito de explicitar os precedentes históricos para a grande concentração fundiária que caracteriza o meio rural brasileiro, bem como, apresentar os apontamentos iniciais para caracterização de uma política agrária que foi construída voltada para o latifúndio e para manutenção do poder oligárquico brasileiro.

2.1.1 Da chegada dos primeiros colonizadores ao regime de posse da terra

Desde a chegada dos primeiros colonizadores, o que se construiu em terras brasileiras foi um aparato de exploração dos recursos humanos e naturais, que possibilitou à Portugal, nação colonizadora, a pujança necessária para se projetar no novo mundo mercantilizado que acabara de nascer dos estertores da sociedade feudal.

A exploração dos recursos, foi caracterizada pela grande extensão territorial, pela monocultura para exportação e pela superexploração da mão de obra, nesse caso, a mão de obra escrava, fundamentalmente africana. Esses requisitos, quando misturados, caracterizaram o que Furtado (2007) chamou de Grande Empresa Agrícola Agroexportadora. E, segundo esse mesmo autor, esse foi o principal fator que possibilitou à metrópole portuguesa, o seu grande sucesso na exploração colonial do Brasil.

Buscando entender esse processo, Furtado (2007) faz uma análise para além da expansão comercial europeia e seu desenvolvimento econômico, nesse sentido, argumenta que o desenvolvimento português, bem como a ocupação das Américas, constituiu-se em um caso independente do quadro majoritário da Europa, o que não o isentou de ter sido de fundamental importância para a consolidação do modo de produção mercantil europeu. Para Furtado (2007):

“o grande feito português, eliminando os intermediários árabes, antecipando-se à ameaça turca, quebrando o monopólio dos venezianos e baixando o preço dos produtos, foi de fundamental importância para o subsequente desenvolvimento econômico da Europa”. Furtado (2007).

Além de Furtado(2007), Caio Prado Junior (2008) também afirma que as capacidades administrativas e gerenciais de Portugal em desenvolver nos trópicos um empreendimento desse porte, baseado na grande propriedade e na mão de obra escrava, sempre foi o propósito principal da colonização portuguesa, sendo o real sentido da nossa colonização, ou seja, Portugal, enquanto metrópole, não pensou em nenhum momento em estabelecer em terras tupiniquins, um cenário diferente do que foi apresentado. O objetivo maior de toda a exploração portuguesa em solo brasileiro se deu em torno de um propósito, já há muito conhecido, o de explorar comercialmente tudo e toda possibilidade que pudesse gerar recursos para a metrópole portuguesa. Daí se extrai o grande sentido de nossa colonização, como afirma Caio Prado Junior em Formação do Brasil Contemporâneo: colônia.

“... No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Este é o verdadeiro **sentido da colonização** tropical, de que o Brasil é uma das resultantes.” (PRADO JUNIOR, 2008) (grifo nosso).

Dentro do exposto, fica claro que em nenhum momento foi tentado, pela metrópole portuguesa, implementar, em sua colônia brasileira, um sistema diferente do fundamentado na grande propriedade rural, na mão de obra escrava e na monocultura para exportação. O caráter do grande empreendimento implementado por Portugal em território brasileiro, terá consequências duradouras e seculares.

A Grande Empresa Agrícola assume características que determinarão o arranjo espacial e territorial, bem como as relações sociais no meio rural até os dias atuais. O português viria para as novas terras não como um povoador, mas sim como um empresário em busca de um empreendimento que lhe pudesse ser rentável e que obviamente lhe oportunizasse a exploração de mão de obra que não fosse a dele próprio. O colonizador viria como dirigente da produção de gêneros de grande valor comercial, como empresário, mas só a contragosto, como trabalhador (PRADO JUNIOR, 2008).

Por assim dizer, Portugal não se preocupou em estabelecer um modelo de exploração territorial que fosse baseado na pequena propriedade e na produção familiar, nem com o intuito de ocupação territorial, se pensou em algo parecido. Para os colonizadores, integrados ao recente mundo comercial pré-capitalista, era importantíssimo maximizar os lucros e reduzir as perdas, nada melhor que estabelecer um regime de superexploração da mão de obra, associado ao grande domínio territorial, fundamentado na grande propriedade rural. Essa lógica colonial foi reproduzida e explicitada no Segundo Reinado do Brasil independente com a promulgação da Lei de Terras em 1850, quando a opção política formalizada para a zona rural é pelo latifúndio com o trabalho escravo e não por pequenas e médias propriedades. Por essas questões, Darcy Ribeiro (1986), numa analogia com a Guerra Civil nos Estados Unidos, dirá que no Brasil, quem ganhou a guerra foram os confederados.

Nesse ponto histórico, temos a definição da disparidade na posse da terra no Brasil. A relação construída ainda no início da colonização determinará o conflito social pela terra e as relações desiguais de trabalho, que caracterizam o meio rural brasileiro até os dias de hoje. Corroborando com o exposto, Caio Prado Junior afirma:

... Nos trópicos, , surgirá um tipo de sociedade inteiramente original. Não será a simples feitoria comercial, que já vimos, irrealizável na América. Mas conservará no entanto um acentuado caráter mercantil; será a empresa do **colono branco**, que reúne à natureza, pródiga em recursos aproveitáveis para a produção de gêneros de grande valor comercial, o trabalho recrutado entre **raças inferiores que domina: indígenas e negros africanos importados**. (PRADO JUNIOR, 2008) (grifo nosso).

Foi assim que o traçado do território nacional começou ser desenhado, como que fosse um cartógrafo com uma régua e compasso, as capitanias hereditárias foram riscadas no mapa da recém colônia, em linhas retas de leste a oeste, incorporando tudo que havia entre as linhas e escondido dentro do tecido geológico e social que a tecnologia da época não permitia identificar, ou seja, foi sobre uma mesa e com poucos recursos cartográficos que o Brasil se constituiu enquanto país, nesse caso, ainda enquanto colônia de Portugal. Desenhando vastas extensões de terras, denominadas Capitanias Hereditárias. Cujo marco jurídico o próprio nome já declara, terras que pertenceriam aos capitães donatários e que passariam de geração a geração, de forma hereditária. Posto assim, se demarca historicamente a cultura latifundiária do meio rural brasileiro.

Estabelece-se a partir de então o regime de exploração da nova colônia e por conseguinte, demarca histórica, econômica e socialmente, a construção de um país, que se orienta para o mercado externo, produzindo gêneros agrícolas para exportação, sob um regime de grandes propriedades rurais e de exploração excessiva da mão de obra.

2.1.2 O século XIX e sua importância na definição da estrutura fundiária brasileira

O regime jurídico institucional que se estabelece em terras brasileiras, é o Sistema Sesmarial, dotado de determinações que incumbiam ao Sesmeiro, patricio, dotado de recursos financeiros e de dotes que o permitissem estabelecer algum regime de exploração nas novas terras, a obrigação de ocupação e exploração das terras que lhe foram concedidas. Esse arquétipo estrutural era dividido em domínio e posse, onde as terras eram de domínio da coroa portuguesa, enquanto a posse era do sesmeiro. O que se estabelece a partir de então, é uma estrutura que privilegia o grande “dono” de terras sob o domínio do poder central, amparado moral e juridicamente pelas instituições oficiais do Estado.

É com base nessa estrutura político-administrativa que se inicia o sistema fundiário brasileiro e mesmo com as mudanças decorrentes com a independência do país em 1822 e com a abolição da escravidão (de forma oficial apenas, diga-se de passagem) em 1888, as estruturas econômicas e sociais já estavam bem definidas e estabelecidas, quais sejam, uma oligarquia rural bem estruturada, fundamentada no coronelismo/clientelismo e banditismo rural, uma burguesia urbana, recém constituída de novos e velhos mercadores e comerciantes e ainda com resquícios da falida sociedade de corte da coroa portuguesa e colonial e uma classe oprimida ainda em estruturação, composta de lavradores, camponeses, ex-escravos (alforriados, fugidos, ventre-livreados, abolidos), brancos pobres, indígenas, imigrantes, bastardos e demais setores subjugados ao longo dos séculos que se passaram. É nesse arcabouço repleto de contradições e conflitos que é forjada a sociedade brasileira que inicia o século XX da era cristã.

Ainda em tempo, o Séc. XIX, foi marcado por profundas mudanças econômicas e sociais no mundo e no Brasil. Primeiro os movimentos de independências das Américas tiveram fruto e em 1822 o Brasil torna-se independente de Portugal. Fato que longe de determinar e construir um novo país, autônomo, e de fato, independente, optou-se por manter a estrutura de exploração territorial e da mão de obra e os acordos do mercado internacional, realinhando às velhas convenções e os antigos parceiros comerciais da coroa portuguesa. Segundo, marcou o fim do Sistema Sesmarial (em 17 de julho de 1822) e em 1850 com a lei Eusébio de Queiroz e com a

Lei de Terras, determina o início do processo de abolição da escravidão, proibindo o tráfico de escravos e estabelecendo a compra como única forma de obtenção de terras. Desta forma, prepara-se o terreno para abolição que se daria de forma oficial em 13 de maio de 1888, através da Lei Aurea, assinada pela princesa regente do Brasil Dona Isabel, a Princesa Isabel. Vale ressaltar, que o Brasil foi o último país independente do mundo ocidental que aboliu a escravidão em seu território, fato este de suma relevância para entender as contradições econômicas e sociais que passam ainda hoje no país.

Nos estertores do Séc. XIX é demarcada historicamente as nossas contradições, em meio a inúmeras turbulências político/sociais é proclamada a república em 1889, o que determina o fim do regime imperial brasileiro, bem como inicia a nossa história republicana. Contudo, essa nova história é contada recheada de velhos donos do poder, trocam-se os ocupantes, mas as cadeiras continuam as mesmas. A ordem do poder não é modificada, a república brasileira nasce constituída de velhos interesses, consolidados no poder oligárquico, na arcaica estrutura agropecuária brasileira e no poder pseudomilitar do coronelismo nos sertões brasileiros. Corroborando com o exposto até aqui, segue abaixo a contribuição de Miranda (2018):

“A transferência de domínio das terras públicas devolutas à iniciativa privada, em termos de legitimação de direito de propriedade, se inicia com a promulgação da lei 601 de 1850, denominada Lei de Terras. Esta lei, a princípio uma tentativa de regulação fundiária e de controle do Estado sobre o apossamento, favoreceu prioritariamente grandes capitalistas agrários, antigos sesmeiros em busca da revalidação de suas sesmarias e novos posseiros buscando se consolidar no cenário agrícola” (MIRANDA, 2018).

A lei de 1850 na prática, não só consolidou, mas fortaleceu o latifúndio em todas as suas dimensões na medida em que, transformando a terra em mercadoria, transfere de forma definitiva o poder de posse e propriedade para a grande oligarquia rural, herdeira do poderio político e econômico do falido império brasileiro. Nesse sentido, fica clara a contribuição teórica de Polanyi (2000) quando descreve em seu livro *A Grande Transformação*, a constituição da terra, do trabalho e do dinheiro enquanto mercadorias fictícias, como um artifício das lógicas de mercado capitalistas, para consolidação das novas atribuições do novo modo de produção que se consolida, a saber, o Capitalismo. No Brasil, de forma retardatária e guardada as devidas distinções, o processo em maior ou menor grau, reflete o que foi observado por Polanyi no final do século XIX nos Estados Unidos. Aqui, em solo brasileiro, o antigo regime era o sistema colonial/monárquico, que com a segunda revolução industrial e a mudança estrutural do capitalismo mundial, viu o seu fim antecipado com a mudança do regime jurídico e constitucional, contudo, tratou de se ressignificar, permanecendo o poder nas mãos das mesmas oligarquias agrárias que se estabeleceram desde o sistema sesmarial no país. Nesse caso, *mudam-se as cadeiras, mas os donos continuam os mesmos*. Ainda nesse sentido, Miranda (2018) argumenta da seguinte forma:

“Esta resolução demonstra a estratégia imperial de manter a propriedade e reprimir novos apossamentos num momento de pressões internacionais e internas favoráveis à abolição da escravidão, a fim de viabilizar as relações de mercado do capitalismo industrial em pleno avanço a assegurar bancos de terra para regular as relações econômicas e de trabalho no campo” (MIRANDA, 2018).

Ainda sobre a lei de terras de 1850, Miranda (2018) aponta a seguinte questão, que corrobora com os argumentos anteriormente aqui apresentados:

“Do mesmo modo, a apropriação privada das terras devolutas constitui marco fundamental para o entendimento da questão agrária brasileira, tendo-se neste processo a consolidação de uma estrutura fundiária extremamente rígida, cujos interesses de seus representantes articulados a aparatos estatais vêm definindo as estratégias de desenvolvimento nos espaços agrários, ocasionando uma série de efeitos à sociedade aqui problematizados” (MIRANDA, 2018).

“Movimentos abolicionistas e republicanos contribuíram para as mudanças advindas coma abolição da escravidão e queda do império no fim da década de 1880, sem causar alteração do sistema de apropriação privada da terra e do processo de expropriação de pequenos” (MIRANDA, 2018).

Outra importante questão levantada por Miranda (2018) diz respeito a promulgação da primeira Constituição Republicana de 1891, que ficou conhecida por “Constituição Oligárquica e Ultra-federativa”. Para Miranda a constituição de 1891, concentrou ainda mais o poder das oligarquias ao passo em que passava o controle sobre as terras devolutas para os estados da federação, jogando todo o domínio para as oligarquias regionais e locais:

“ ... em seu artigo 64, passa o controle das terras devolutas aos estados da federação, transferindo o domínio sobre o sistema de alienação para as oligarquias locais e regionais, as mesmas que desde a independência vinham se consolidando; as mesmas beneficiadas pela Lei de Terras; as mesmas que contribuíram para a descentralização do poder e na República, passam a comandar o Legislativo e Executivo estaduais. ... “(MIRANDA, 2018).

2.1.3 O século XX: da industrialização ao capitalismo agrário

O Sec. XIX teve um papel crucial na formação social brasileira, primeiro prepara o terreno para a consolidação da grande propriedade latifundiária, segundo consolida estruturalmente o poder das oligarquias rurais e terceiro, separa, com crueldade, as classes sociais que constituem a sociedade brasileira, tanto no campo, quanto na cidade. Sobre esse processo, segue importante argumentação de Miranda (2018):

“Mesmo que o Instituto Sesmarial tenha consagrado o domínio e a exploração das terras em grandes extensões, pressupondo-se assim a origem do latifúndio que posteriormente seria legitimado pela lei de 1850, é importante notar o caráter público e estatal das terras até 1822, período em que não estavam sujeitas à condição de mercadoria, algo considerado produto a ser negociado” (MIRANDA, 2018).

O mesmo autor, ainda ressalta o ocorrido a partir de 1822, com a independência do Brasil e de que forma esse fato, tem influência na ocupação territorial do solo brasileiro e, por conseguinte, na consolidação da posse da terra com o fim do regime sesmarial, corroborando o que foi exposto anteriormente.

“A partir da independência em 1822, o apossamento das terras devolutas passou a ocorrer sem controle efetivo por parte do império, num período de 28 anos denominado Império das Posses, que duraria até 1850” (MIRANDA, 2018).

Ainda na consolidação do novo Estado brasileiro, independente e, agora, republicano, e de sua constituição jurídica e social, Miranda (2018) dialogando com Jones (1997), fala sobre a primeira constituição de 1824 aponta que:

“ ... por um lado asseguram o pleno direito de propriedade na constituição, evitando, desta forma o conflito direto com os latifúndios; por outro lado, não promovem a regulamentação infra constitucional do preceito constitucional, evitando desta forma, envolverem-se num confronto direto com o latifúndio num momento delicado de consolidação do poder político e do estado independente em formação. Só que com os direitos constitucionalmente assegurados e sem nenhuma norma reguladora que limitasse a sua ação, as grandes posses avançaram celeremente, consolidando definitivamente sua posição na estrutura fundiária brasileira” (JONES, 1997 apud MIRANDA, 2018).

O que é notório na historiografia brasileira é que mesmo cortadas as correntes entre a colônia e a metrópole, as relações continuam as mesmas, assim é fácil perceber os processos de transformação do capitalismo urbano e agrário que se deu no Brasil. Em um processo de descolonização e organização do neocolonialismo, bem como da consolidação de um capitalismo heterônomo em terras brasileiras, as aristocracias se reorganizam, dentro de um escopo de liberdade material limitada que condena a sociedade brasileira, à eterna subserviência ao capitalismo central. Aqui, no Brasil, o que se teve foram determinismos históricos de dependência econômica que consolidaram a estrutura fundiária brasileira nos limites do arcaísmo agrário. (FERNANDES, 1972).

Nesse sentido, mais uma vez, fica clara a reorganização estrutural do país e de que forma esse novo/velho formato, consolida a posse da terra nas mesmas mãos que as detiveram desde os tempos coloniais (MIRANDA, 2018).

Outro aspecto interessante do início do sec. XX, foi a estrutura de poder que se consolidou a partir da Proclamação da República, que privilegiava as elites agrárias de dois estados (ainda chamados de províncias), São Paulo e Minas Gerais, esse processo que caracterizou a república velha ficou conhecido como Política do Café com Leite, por representar as duas grandes oligarquias nacionais, a de São Paulo, produtora de Café e a de Minas Gerais, produtora de Leite (leia-se, pecuária). É importante salientar que pela constituição, os dois grandes impostos eram os de exportação e importação. Quem ficava com o de exportação eram os estados e a União, com o de importação. Como nossa balança comercial é tradicionalmente positiva, quem ficava com a parte maior eram justamente as oligarquias dos estados mais ricos, os exportadores. Resultado, São Paulo e Minas Gerais tinham Forças Públicas que poderiam encarar o exército brasileiro.

Formalmente a política do café com leite teve início em 1898, no governo de Manuel Ferraz de Campos Salles (paulista) e se encerrou com a chegada de Getúlio Vargas ao poder com a “Revolução de 1930”. Após dois sucessivos governos chefiados por militares (Deodoro da Fonseca – 1889 a 1891 e Floriano Peixoto – 1891 a 1894), assume o governo federal o primeiro presidente civil da história do Brasil república, Prudente de Moraes. Contudo, seu governo herda do antecessor, uma grave crise política, que foi gerada por turbulências entre o governo central e os governos provinciais, em torno de divergências sobre o rumo da república nascente. Foi durante o governo de Prudente de Moraes que tivemos a Revolta de Canudos

(Bahia)³ e a Revolução Federalista (Rio Grande do Sul). Superada a crise política e sendo controladas as revoltas, o sucessor de Prudente de Moraes, Campos Salles, consegue estabilizar as divergências e inaugurar um período de calmaria de alternância de governos entre São Paulo e Minas Gerais, período este também chamado de República Oligárquica. Desde 1898 a 1930, período que durou a política do café com leite, 11 presidentes foram eleitos, ao todo seis paulistas e três mineiros.

Esse período oligárquico tem fim em 1930, com a chamada Revolução de 1930, que de caráter revolucionário nada tinha. Esta foi capitaneada por Getúlio Vargas, que se constituiu, na verdade, de um golpe promovido por setores da elite burguesa industrial, que requer o poder e o retira das elites agrárias (MIRANDA, 2018). Este processo retira das oligarquias agrárias o poder político, mas estabelece um novo regime de controle da economia, fundamentado em um modelo de desenvolvimento industrial, onde a agricultura tem sua importância colocada sob o controle dos interesses das elites industriais. Mais uma vez, apesar do poder mudar de mãos, os interesses continuam os mesmos, pois a subserviência ao capital externo continua e se fortalece com o processo de industrialização brasileiro.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil segue a mesma cartilha do antigo regime latino-americano, pois longe de promover a autonomia dos povos e o fortalecimento dos estados nacionais, coloca, mais uma vez, o processo de desenvolvimento subserviente ao capital externo. Molda, por assim dizer, as estruturas econômicas e sociais do meio rural brasileiro, com bases capitalistas de exploração da terra e da mão de obra, mantendo o domínio sobre a posse e a propriedade da terra, nas mãos dos velhos e mesmos donos, ou seja, da oligarquia agrária, que agora se relaciona e se submete aos limites impostos pelo desenvolvimento heteronímico do capitalismo agrário, mas que goza dos mesmos privilégios construídos em séculos de exploração do regime colonial. Pois, como afirma Miranda (2018):

“... A burguesia Industrial à frente do novo governo se origina da elite rural, e não há um rompimento absoluto entre os dois seguimentos, fato ainda evidenciado pela não inserção do campo nas reformas trabalhistas promovidas por Vargas, ficando as populações rurais nas mesmas condições a que sempre estiveram socialmente expostas” (MIRANDA, 2018).

Com o passar dos anos e com a consolidação do poder das burguesias industriais e principalmente, com o fortalecimento do capitalismo agrário e de suas oligarquias, as relações entre estes dois setores tornam-se cada vez mais intrincadas, onde um influencia o outro e onde o primeiro domina o segundo, mas que se constituem como um organismo binário de interesses próprios e complementares e que determinarão as novas nuances do desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Sobre isso, segue importante consideração de Ianni (1984):

“A rigor, o proprietário do capital, principalmente a burguesia industrial, beneficia-se várias vezes da subordinação do campo à cidade, da agricultura à indústria. Primeiro, pela garantia de suprimentos de gêneros alimentícios e matérias-primas. Segundo, devido à administração de preços pelo poder público, de acordo com os interesses da burguesia industrial. Administração essa que se mescla com as políticas governamentais de crédito, modernização e outras, em favor da indústria. Terceiro, pela produção de divisas com as exportações de gêneros e matérias-primas, exportações essas favorecidas pelo poder público; divisas essas das quais se beneficiam bancos e indústrias ou o grande capital financeiro. Quatro, pela garantia de reserva de força de trabalho

³ Para entender melhor sobre o conflito e sobre a história de Canudos, recomendo a leitura da obra de Euclides da Cunha: Os Sertões. Euclides da Cunha nos apresenta com um relato de furor jornalístico que possibilita a imersão nos fatos ocorridos na Guerra de Canudos. (CUNHA, Euclides da. Os Sertões. São Paulo: Três, 1984).

no mundo agrário, o que representa sempre um manancial, tanto para a expansão da indústria como para deprimir os níveis de salários na cidade.” (IANNI, 1984).

Nesse sentido, e corroborando com o exposto até aqui, é fácil perceber que o desenvolvimento do capitalismo agrário brasileiro é marcado pelo padrão de acumulação de capital que é característico do processo de Desenvolvimento Desigual e Combinado das forças produtivas. Demier (2007) apresenta uma importante contribuição sobre esse tema:

“Por conta da desigualdade de ritmo do desenvolvimento do capitalismo no plano internacional (lei do desenvolvimento desigual, de Lênin), as localidades atrasadas, segundo Trotsky, acabavam por possuir uma historicidade própria no que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo no seu interior, marcada pela assimilação dos elementos mais modernos das nações avançadas e sua adaptação a condições materiais e culturais arcaicas”(DEMIER, 2007).

Essa observação pode ser feita tanto para analisar o capitalismo industrial, quanto o capitalismo agrário, bem como as relações de submissão e complementariedade que foram construídas ao longo dos anos entre esses dois polos da economia nacional. Assim, segue a importante contribuição de Otávio Ianne (1984):

“Em termos da sociedade brasileira, como um todo, as diversidades e desigualdades regionais constituem as bases do desenvolvimento desigual e combinado que caracteriza a formação social brasileira. Primeiro, uma região não repete a outra. São diversas e muitas as formas de organização do trabalho, os graus de integração à economia de mercado, as articulações nacionais e estrangeiras. Segundo, cada região se articula com a outra, em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, gentes e ideias” (IANNI, 1984).

Ainda sobre esse ponto, e analisando como essa relação entre o urbano/industrial e o agrário se constituem, entende-se a desigualdade combinada do desenvolvimento estabelecido pelo capitalismo brasileiro, lembrando que a subserviência é uma característica importante desse processo, que é periférico e heteronômico, em relação ao capitalismo central. Nesse sentido, a observação de Florestan Fernandes (2008) é relevante:

“A revolução urbana, condenou, portanto, a revolução agrícola, o que fez com que o capitalismo agrário fosse reduzido, de fato, a um sub-capitalismo, destinado a funcionar como força de alimentação, de propulsão e de sustentação dos “polos dinâmicos” da economia interna ... a economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte da riqueza que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico.” (FERNANDES, 1972).

Com essa observação apontada por Fernandes (1972), fechamos esse tópico para que possamos adentrar mais profundamente nas origens dos processos de extensão rural no Brasil. Contudo, não podemos deixar de salientar que toda política agrária e agrícola está voltada desde o início do processo de colonização, para a grande empresa agrícola exportadora, fundamentada no tripé mão de obra escravizada (ou, superexploração da mão de obra) – monocultura exportadora –grandes extensões de terra. E isso tudo, obviamente, caracterizava também, a

concentração fundiária. Sendo assim, abrimos o próximo tópico com essa herança organizacional do espaço agrário brasileiro.

2.1.4 O início da extensão rural no Brasil

Inicialmente, gostaríamos de salientar que o objetivo deste tópico é esclarecer de que forma as estruturas da extensão rural no Brasil foi forjada. Para tanto, será necessário um breve aprofundamento sobre a legislação que regulamentou todos os processos extensionistas desde o seu princípio. O estudo detalhado poderá ser encontrado na bibliografia utilizada, o que foi exposto no presente texto, são os apontamentos que se mostraram relevantes para uma melhor compreensão da cronologia dos fatos.

Nesse sentido, apontamos que qualquer reflexão com o intuito de entender os processos pelos quais passou a Extensão Rural ao longo da história moderna brasileira, deve levar em consideração o seu objetivo principal e irrefutável, que é o papel de transformação social do meio rural brasileiro. Entender como se deu e como se dá esse processo é um exercício necessário para se traçar o quadro evolutivo dos modelos de extensão rural praticados no Brasil. Mas nem sempre foi assim. A Extensão Rural como política, foi palco de disputas ideológicas e meio de intervenção do Estado desde sua origem. Podemos assim dizer, que dependendo do alinhamento do Governo Federal, a Extensão Rural serviu mais ou serviu menos para os interesses do próprio Estado.

Os primeiros registros históricos de algum serviço similar ao que podemos chamar de extensão rural remonta ainda ao período imperial brasileiro. O governo imperial propunha em meados do séc. XIX algumas ações incutidas na legislação, no entanto, ainda muito insipientes, mas que se aproximam de tentativas de organização de serviços voltados para ações extensionistas. Segundo Peixoto (2008) entre 1859 e 1860, foram criados quatro Institutos Imperiais de Agricultura (Tabela 1), que, continua o autor, possuíam atribuições de pesquisa e ensino agropecuário. Contudo, continham também atribuições de difusão de informações.

Tabela 1. Primeiros decretos criando os institutos imperiais de agricultura no Brasil.

Decreto	Descrição
Dec. 2.500 de 01/11/1859	criou o Imperial Instituto Baiano de Agricultura
Dec. 2.516 de 22/12/1859	criou o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura
Dec. 2.521 de 20/01/1860	criou o Imperial Instituto de Agricultura Sergipano
Dec. 2.607 de 30/06/1860	criou o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura

Fonte: Peixoto (2008).

Decreto Nº 2.607 de 30 de junho de 1860

Crêa o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

Desejando manifestar a atenção que presto á Agricultura, como a principal fonte da riqueza do Estado: Hei por bom Crear nesta Côte huma Associação com o titulo de Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, o qual se regulará por Estatutos organisados segundo as bases, que com este baixão, assignadas por João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, que assim o tenha entendido e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em trinta de Junho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João de Almeida Pereira Filho.

Bases a que se refere o Decreto nº 2.607 desta data para os Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura.

1º O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura terá por especial objecto animar e dar o desenvolvimento á lavoura do Municipio e Provinda do Rio de Janeiro, já directamente pelos meios ao seu alcance, já indirectamente, auxiliando o Governo Geral e Provincial em tudo quanto possa concorrer para este fim.

2º Compor-se-ha de sócios effectivos, honorarios, e correspondentes em numero illimitado, e será administrado por huma Directoria de nove membros com delegados, que a auxiliem nos municipios de fóra, e por hum Conselho de vinte oito membros, competindo á primeira a gerencia dos negocios do Instituto, que não forem pelos Estatutos expressamente reservados á assembléa geral, e ao segundo a fiscalisação dos actos daquella.

3º Os membros, tanto da Directoria, como do Conselho Fiscal, e os respectivos Presidentes e Vice-Presidente serão nomeados pelo Imperador.

4º O fundo social será formado das joias do socais effectivo e correspondentes; das annuidades dos primeiros, dos decativos que o Instituto receber do Governo Geral e do Provincial, e dos particulares; da renda do capital do Instituto; e de tudo quanto este vier a adquirir por outros meios.

5º O Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio será considerado Presidente honorario do Instituto.

6º Serão considerados relevantes os serviços, que forem prestados ao Instituto com zelo, assiduidade, e dedicação não vulgares.

7º Logo que forem nomeados os membros da Directoria, e do Conselho Fiscal tratarão de formular sobre estas bases, e submeterá approvação do Governo, os Estatutos que devem reger o Instituto.

Palacio do Rio de Janeiro em 30 de Junho de 1860.

João de Almeida Pereira Filho.

Como pode ser analisado no exemplo acima, a criação dos institutos seguiu a mesma linha a partir da criação do Instituto Baiano. O texto referente ao Instituto Fluminense é o mais completo e explicita a função a que foi destinada a criação dos demais também. Mostrando a preocupação do Imperador em relação à atividade agropecuária do país.

Os institutos criados ainda durante o império tinham como propósito a realização de exposições, publicação de artigos em periódicos com o resultado de pesquisas, organização de concursos agropecuários. Para Peixoto (2008), essas ações são ainda hoje métodos de extensão e meio de comunicação utilizados pelos órgãos oficiais de extensão rural.

Pôde-se observar nesse momento que havia de fato um embrião do que hoje consideramos extensão rural. Ainda que de forma rudimentar e insipiente, os institutos através de seus estatutos promoviam ou tentavam promover, alguma ação de assessoria à produção agropecuária, utilizando-se de profissionais da agricultura, que ainda nesse momento não eram formados pelas futuras escolas oficiais, mas que se tratava de *agricultores experimentados* e

portadores do que hoje se considera *Notório Saber*, que prestavam algum tipo de assistência, inclusive, efetuando visitas à estabelecimentos agropecuários.

Segundo Peixoto (2008) essa ação foi institucionalizada pelo decreto nº 2.681, de 03/11/1860, que aprovou os Estatutos do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura que além de determinar a ação extensionista de *agricultores profissionais*, previam também a atuação de Comissões Municipais de Agricultura, que tinham a responsabilidade de realizar levantamentos estatísticos rurais e estudar as necessidades das lavouras nos respectivos municípios (PEIXOTO, 2008).

Contudo, salienta o mesmo autor, que a estrutura era muito precária e insipiente, o que provavelmente dificultou a ação dos institutos e dificilmente os órgãos desenvolveram as ações previstas de forma adequada, já que o número de servidores não passava de 50, incluindo diretores e demais agentes (PEIXOTO, 2008).

Avançando um pouco mais sobre a legislação, o mesmo autor, descreve que o Decreto nº 1.067, de 28 de julho de 1860, que criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Commercio e Obras Públicas, por decisão da Assembleia Legislativa, não especificava as atribuições da Secretaria (que por também ser tratada no Decreto como Ministério, é considerada o embrião do atual Ministério da Agricultura).

Decreto Nº 1.067, de 28 de julho de 1860

Crêa huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas. Hei por bem Sancionar e Mandar que se execute a Resolução seguinte da Assembléa Geral Legislativa:

Art. 1º Fica creada huma nova Secretaria de Estado com a denominação de Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas.

§ 1º O respectivo Ministro e Secretario de Estado terá as mesmas honras, privilégios e vencimentos de que gozão os actuaes Ministros.

§ 2º Fica o Governo autorizado para distribuir pelos diferentes Ministerios as attribuições que devão a cada hum competir.

§ 3º O Governo dará Regulamentos á referida Secretaria de Estado, empregando nella o pessoal necessario, tirado das diversas Secretarias de Estado, da Repartição Geral da Terras Publicas, e da Directoria Geral dos Correios.

§ 4º O numero de empregados das Secretarias de Estado não poderá exceder ao actualmente existente nellas e naquellas duas Repartições, nem a somma a despende em seus vencimentos poderá exceder a que ora se despende.

Art. 2º Ficão revogadas as disposições em contrario.

João de Almeida Pereira Filho, do Meu Conselho, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Imperio, assim o tenha entendido, e faça executar. Palacio do Rio de Janeiro em vinte oito de Julho de mil oitocentos e sessenta, trigesimo nono da Independencia e do Imperio.

Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador.

João de Almeida Pereira Filho.

João Lustosa da Cunha Paranaguá.

Transitou na Chancellaria do Imperio em 7 de Agosto de 1860.

Josino do Nascimento Silva.

Publicado na Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio em 8 de Agosto de 1860.

José Bonifacio Nascentes de Azambuja.

Já o Decreto no 1.606, de 29 de dezembro de 1906, editado no Governo de Affonso Penna, que recriou o *Ministério dos Negócios da Agricultura, Industria e Commercio*, que havia sido extinto na segunda metade do séc. XIX, apresenta atribuições mais específicas e condizentes com as ações de Extensão Rural (PEIXOTO, 2008), como pode ser visto no recorte grifado abaixo:

Decreto Nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906

Crea uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil: Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º E' creada uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministerio dos Negocios da Agricultura, Industria e Commercio.

Art. 2º Este Ministerio terá a seu cargo o estudo e despacho de todos os assumptos relativos:

1º A' agricultura e á industria animal:

a) ensino agricola, estações agronomicas, mecânica agricola, campos de experimentação e institutos de biologia agricola;

b) immigração e colonização, catechese e civilização dos indios;

c) industria animal, escolas veterinarias, postos zootechnicos, protecção contra as epizootias, importação; e selecção das raças aperfeçoadas e mais adequadas ao paiz, estudos de pastos, agrostologia ou classificação e analyses das gramineas;

d) registro dos animaes importados ou nascidos no paiz, de conformidade com o decreto n. 1414, de 21 de fevereiro de 1891, com as alterações que forem convenientes, regulamentos sanitarios para importação, exportação de animaes, sementes e plantas;

e) estatísticas e informações sobre produção, consumo, mercados internos e externos, exportação e importação, previsões de colheitas, movimento das safras, saldos e stocks, zonas e áreas de produção, coefficients para hectares de terreno ou processo de cultura e industria mineral;

f) jardins botanicos, hortos, museus, laboratorios, aquisições e distribuições de plantas e sementes;

g) legislação rural e agricola, estudos scientificos com o intuito de promover o progresso da agricultura e da industria animal, congressos, conferencias, sociedades de agricultura, syndicatos, cooperativas, bancos, caixas de credito agricolas e companhias para explorações agricolas no paiz;

h) Observatórios astronomicos, estações meteorologicas e carta geographica (organização e publicação);

i) Hydraulica agricola, irrigação e drenagem;

j) terras publicas, registro de terras possuidas e legitimação ou revalidação das posses e concessões feitas, medição, demarcação, descrição, distribuição e venda das terras pertencentes á União e sua separação das que pertencem ao dominio particular;

k) informações, propaganda, publicidade e divulgação de tudo quanto interessar á agricultura, industria e commercio no interior e no exterior.

2º A' industria:

a) mineração e legislação respectiva, explorações e serviço geologico, estabelecimentos metallurgicos e escolas de minas;

b) industria em geral, industrias novas, desenvolvimento dos diversos ramos da industria, ensino profissional, comprehendendo os estabelecimentos industriaes;

c) patentes de invenção, desenhos e modelos industriaes, marcas de fabrica e de commercio;

d) conservação e reconstituição das florestas e mattas, comprehendidas as da indústria extractiva, execução dos regulamentos concernentes á pesca nos mares territoriaes e rios do dominio federal;

museu e bibliotheca. 3º Ao commercio: preparo de tratados do commercio e navegação; camaras de commercio, associações, juntas commerciaes e bolsa de corretores; exposições agricolas, industriaes e commerciaes, nacionaes e internacionaes; ensino profissional, academias de commercio e museu commercial; regimen dos pesos e medidas; estudo economico das vias ferreas, em suas relações com a agricultura em todos os Estados, estradas de rodagem, custo dos transportes, acondicionamento, embalagem, seguros, fretes e tarifas. Art. 3º O novo Ministro ou Secretario de Estado terá as mesmas honras, prerogativas e vencimentos dos outros Ministros. Art.

4º Serão reorganizadas as secretarias de Estado e repartições subordinadas, descentralizando os serviços, podendo transferir de uns para outros Ministerios serviços e estabelecimentos de qualquer natureza; dividindo-os em directorias, divisões ou secções, conforme for conveniente em cada caso ao respectivo funcçãoamento, e uniformizará, quanto possível, as classes de funcionarios, seus direitos e vantagens em categorias iguaes, sendo tudo sujeito áapprovação do Congresso Nacional, observadas as seguintes bases: 1ª, ficarão pertencendo á jurisdição administrativa do novo Ministerio os estabelecimentos, instituições e repartições publicas que se proponham á realização de estudos, serviços ou trabalhos especificados no art. 2º, como são entre outros e Observatorio Astronomico do Rio de Janeiro, a Repartição de Estatistica, a Estatistica Commercial, o Jardim Botanico, a Escola de Minas, o Museu Nacional, Hospedaria da Ilha das Flores e Fabrica de Ferro do Ipanema;

2ª, serão reorganizadas ou remodeladas as repartições a que se refere a primeira base, de modo a systematizar os diversos serviços e tornal-os adequados aos fins a que se propõe o Ministerio; 3ª, para dirigir serviços e exercer funções technicas, poderá, em qualquer tempo, ser contractada no paiz ou no estrangeiro pessoa de provada competencia; 4ª, será aproveitado o pessoal de reconhecida competencia das differentes repartições que passarem para o novo Ministerio, ficando os funcionarios que não o forem adidos ás secretarias de Estado actuaes, si contarem mais de 10 annos de serviço; 5ª, será reorganizado o Ministerio da Industria, Viação e Obras Publicas, mantendo o pessoal das diversas repartições e divisões que continuarem sob sua jurisdição, fazendo nova distribuição de materias, e com a denominação de Ministerio da Viação e Obras Publicas; 6ª, o pessoal estranho aos quadros actuaes, que for nomeado, servirá em commissão, emquanto o Congresso não tornar conhecimento da nova organização e os seus vencimentos se regularão pelo disposto no art. 4º, excepto o do pessoal technicocontractado, que terá a remuneração ajustada; Art. 5º O Presidente da Republica é autorizado a abrir os créditos necessarios para as despesas do novo Ministerio e dotação dos serviços que julgar conveniente ampliar ou crear desde já. Art. 6º Revogam-se as disposições em contrario. Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1906, 18º da Republica. AFFONSO AUGUSTO MOREIRA PENNA Augusto Tavares de Lyra. Diversos capítulos do Decreto no 8.319/1910 tratam detalhadamente de atribuições relacionadas à assistência técnica e extensão rural a produtores rurais, além de regulamentar o Ensino Agrônômico, nos diferentes níveis educacionais: básico, médio e superior. Importante ressaltar, como indicou Peixoto (2008), que o termo “agrícola” utilizado aqui, refere-se ao ensino de ciências agrônômicas/agrícolas, medicina veterinária, zootecnia e indústrias rurais.

Por ser demasiado extenso, não cabe aqui, a exposição do conteúdo completo, mas a significativa indicação de que ao longo dos seus 65 capítulos, são tratados diversos aspectos da implementação das modalidades de ensino, abordando, como afirma Peixoto (2008), desde o currículo dos profissionais, infraestrutura e laboratórios da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, que foram instaladas no Distrito Federal, à época, o Rio de Janeiro. (PEIXOTO, 2008).

Capítulo XL, por exemplo, trata de “Cursos Ambulantes de Agricultura, que tinham por finalidade a instrução profissional dos agricultores que, por circunstancias especiaes estão privados de recorrer aos cursos regulares dos estabelecimentos de ensino agricola (art. 359).” O Capitulo XLII, tratava das

Consultas Agrícolas e obrigava os institutos de ensino agrícola a “atender às consultas que lhes forem dirigidas, por intermedio dos respectivos directores, pelos agricultores criadores ou profissionaes de industria rural (art. 379.)” (PEIXOTO, 2008).

Além dos artigos supracitados, existem ao longo do texto, inúmeras afirmações de ações condizentes com a extensão rural, desde a organização de conferências agrícolas, cursos ambulantes, como já foi indicado, e demonstrações práticas de alguma ou outra técnica produtiva. No capítulo XLVII, como afirma Peixoto (2008), discrimina detalhadamente a criação de Campos de Demonstração:

... que tinham por fim: divulgar os conhecimentos práticos, adquiridos em experimentações anteriores, tendo em vista o aumento de produção agrícola (art. 410) (PEIXOTO, 2008).

O capítulo XLVII tratava da criação de Fazendas Experimentais, ação essa que até hoje faz parte do escopo das instituições de pesquisa e extensão rural (EMBRAPA, EMATER, PESAGRO - Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária), que se destinavam ao ensino prático da agricultura (PEIXOTO, 2008):

... ensino prático da agricultura, em seus diferentes ramos, por meio de demonstrações e culturas sistemáticas das plantas uteis, principalmente das que forem comuns à região em que se acharem estabelecidas e com auxílio de práticas referentes à zootecnia e às indústrias rurais. (art. 4298) (PEIXOTO, 2008).

Em decorrência da edição do Decreto 8.319 de 1910, vários outros decretos foram publicados nos anos que se sucederam, criando campos de demonstração e fazendas modelo de criação (PEIXOTO, 2008):

Tabela 2. Decretos de criação de campos de demonstração e fazendas modelos.

Decreto	Descrição
Dec. 9.333 de 17/01/1912	Fazenda Modelo de Criação na Fazenda de Santa Mônica. Valença – RJ
Dec. 9.613 de 13/06/1912	Campos de demonstração na fazenda Alta-Mira, Villa do Conde – BA
Dec. 9.868 de 13/11/1912	Fazenda Modelo de Criação em Uberaba – MG
Dec. 10.075 de 19/02/1913	Fazenda Modelo de Criação em Caxias- MA
Dec. 11.875 de 12/01/1916	Fazenda Modelo de Criação na Ilha de Marajó – PA
Dec. 11.876 de 12/01/1916	Fazenda Modelo de Criação em Ponta Grossa – PR
Dec. 11.882 de 12/01/1916	Fazenda Modelo de Criação no Estado de Pernambuco

Fonte: Peixoto (2008), adaptado pelo Autor.

Ainda falando de evolução da legislação pertinente às ações do Estado sobre a extensão rural, existe a lei nº 3.089, promulgada em 8 de janeiro de 1916. A redação da Lei é demasiada extensa, nos interessando para os objetivos do presente estudo, o artigo 74 que autorizava o Presidente da República, através do Serviço de Agricultura Prática do então Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, a despender recursos *com “instruções de caracter pratico que interessem diretamente á agricultura, aquisição e encadernação de livros, revistas e jornaess científicos de interesse agrícola”* (PEIXOTO, 2008).

Segue abaixo o recorte do referido artigo com as denominações e despesas monetárias:

Art. 74. O Presidente da Republica é autorizado a despende, pelo Ministério da Agricultura, Industria e Commercio, com os serviços designados nas seguintes verbas, a quantia de 10:680\$352, ouro, 14.234:309\$710, papel:

6. Serviço de Agricultura Pratica: «Pesoal» Directoria: 1 director. ordenado 12:000\$, gratificação 6:000\$ – 18:000\$000; 1 agronomo, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 7:200\$ 3 primeiros officiaes, ordenado 5:600\$, gratificação 2:800\$ – 25:200\$000; 1 auxiliar agronomo, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$ – 6:000\$000; 3 segundos officiaes, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$ – 18:000\$000; 1 auxiliar de defesa agricola, ordenado 3:200\$, gratificação 1:600\$ – 4:800\$000; 5 terceiros officiaes, ordenado 3:200\$, gratificações 1:600\$ – 24:000\$000; 1 encarregado de distribuição de sementes, ordenado 3:200\$, gratificação 1:600\$ – 4:800\$000; 1 encarregado de despachos, ordenado 3:200\$, gratificação 1:600\$ – 4:800\$; 3 escreventes dactylographos, ordenado 2:400\$, gratificação 1:200\$ – 7:200\$000; 1 porteiro, ordenado 2:400\$, gratificação 1:200\$ – 3:600\$000; 1 continuo, ordenado 1:600\$, gratificação 800\$ – 2:400\$; 2 serventes (salario mensal de 150\$), 3:600\$; 1 continuo, ordenado 1:600\$, gratificação 800\$ – 2:400\$; 2 serventes (salario mensal de 150\$), 3:600\$, total, 144:000\$; Inspectorias agricolas, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 100:800\$; 14 chefes de culturas ou ajudantes dos inspectores agricolas, ordenado 2:000\$, gratificação 1:000\$ – 42:000\$; 40 instructores agricolas, ordenado 1:200\$, gratificação 600\$ – 72:000\$; total 214:800\$000; cinco estações geraes de experimentação; 5 directores, que exercerão o cargo cumulativamente com o de chefe de secção, gratificação 4:800\$ – 24:000\$; 5 chefes de secção de agronomia, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 36:000\$; 5 chefes de secção de chimica, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 36:000\$; 5 chefes de secção de biologia, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 36:000\$; 5 chefes de cultura, ou ajudantes de chefe de secção, ordenado 2:000\$, gratificação 1:000\$ – 15:000\$; 5 escripturarios, ordenado 2:400\$, gratificação 1:200\$; – 18:000\$; 5 porteiros-continuos, ordenado 1:600\$, gratificação 800\$ – 12:000\$; 5 serventes (salario mensal de 100\$), 6:000\$, total, 183:000\$. «Material»; Directoria e suas dependencias: publicações de editaes, boletins, questionarios, mapas agricolas, instrucções de character pratico que interessem directamente á agricultura, aquisição e encadernação de livros, revistas e jornaes scientificos de interesse agricola, 25:000\$; objectos de expediente inclusive machinas de escrever, 50:000\$; compra de casulos e aquisição e embalagem de plantas e sementes para distribuição gratuita aos agricultores e para outros fins previstos no regulamento approved pelo decreto nº 11.519, de 10 de março de 1915, 180:000\$ (37); alugueis de casas para funcionamento das inspectorias e installação de stock-house de machinas e instrumentos agricolas, 25:000\$; para diarias, ajudas de custo, passagens, fretes e despezas de transporte de pessoal e material, compra ou aluguel, tratamento e arreamento de animaes para o serviço, fundação e custeio de novos campos de demonstração ou estações experimentaes, inclusive uma estação de pomicultura e para supprir a deficiência de qualquer das consignações desta verba, 520:000\$; compra, conservação e concertos de machinas, instrumentos, ferramentas e utensílios agricolas, comprehendendo o que fôr preciso para as officinas e mais serviços dos campos de demonstração, compra, tratamento e arreamento de animaes para manejo dessas machinas ou instrumentos, e aquisição de combustivel para o mesmo fim e do material necessario ás ditas officinas e aos laboratorios ou gabinetes, 150:000\$; aquisição de adubos, correctivos,

insecticidas e fungicidas, 80:000\$; conservação, asseio e iluminação dos edificios da directoria e suas dependencias, construcção de edificios para as estações experimentaes ou campos de demonstração, aquisição e conservação de moveis e outras despesas imprevistas ou eventuaes e construcção ou auxilios para a construcção de estradas de rodagem, 390:000\$; para o serviço de irrigação, comprehendendo a aquisição e transporte de machinas, aparelhos e todo o material necessario, e para o pagamento de trabalhadores, e pessoal assalariado tanto desse serviço como dos campos de demonstração, das estações experimentaes e de serviço de distribuição de plantas e sementes, 1.700:000\$; subvenção á Estação Experimental de Viamão, no Estado do rio Grande do Sul (Decreto nº 8.810, de 5 de julho de 1911) (38), 76:800\$000...

Mais abaixo, ainda na mesma redação, encontra-se a seguinte descrição, que nos suscita a inferir que ao mesmo tempo em que algum serviço é institucionalizado, de acordo com as exigências dos mercados e do alinhamento ideológico dos governantes, pode, em outro momento, retroagir. *A mesma mão que dá, pode também, retirar:*

15. Serviço de Industria Pastoril. Nº «Pessoal», diminuida de 314:800\$, pela suppressão das seguintes consignações: um chefe de secção, um ajudante, um veterinario e quatro serventes da Directoria, 37:200\$; pela redução dos vencimentos dos inspectores a 7:200\$ e dos veterinarios a 6:000\$, pela suppressão dos guardas de banheiros, e pela redução a 10 do numero de serventes das inspectorias veterinárias districtaes (titulo II), 90:000\$; pela suppressão de dous inspectores e dous auxiliares verificadores do Serviço de Inspecção das Fabricas de Productos Animaes, 28:800\$; pela supressão de 96:600\$ no pessoal dos postos zootechnicos supprimida a quota de Viamão e substituida a tabella pela seguinte: Tres directores, ordenado 8:000\$, gratificação 4:000\$ – 36:000\$; tres veterinarios, ordenado 4:800\$, gratificação 2:400\$ – 21:600\$; tres secretarios (encarregados da contabilidade), ordenado, 4:000\$, gratificação 2:000\$ – 18:000\$; tres almoxarifes, ordenado, 1:600\$, gratificação 800\$ – 7:200\$; tres porteiros-contínuos, ordenado de 1:200\$, gratificação 600\$ – 5:400\$; pela redução de 4:000\$ no pessoal das fazendas modelo de criação, substituida a tabella pela seguinte: fazendas de Santa Monica e Uberaba: pessoal: dous directores, ordenado 6:400\$, gratificação 3:200\$ – 19:200\$; dois secretarios, ordenado 3:200\$, gratificação 1:600\$ – 9:600\$; dous auxiliares, ordenado 2:000\$, gratificação 1:000\$ – 6:000\$; para quatro outras fazendas: pessoal: quatro directores, ordenado 4:000\$, gratificação 2:000\$ – 24:000\$; quatro secretarios, ordenado 2:000\$, gratificação 1:000\$ – 12:000\$; quatro auxiliares, ordenado 1:333\$334, gratificação 666\$666 – 8:000\$; e pela redução de 31:200\$ do n. III (Inspecção Veterinaria de Portos); e de 27:000\$ do n. VI (Inspecção de Lacticinios). Nº «Material», diminuida de 158:500\$ na seguinte proporção: artigos de expediente, etc., 3:000\$; publicações de editaes, etc. 3:000\$; alugueis de casa, etc. 16:000\$; diarias, etc., 50:000\$; despesas de transporte, etc., 30:000\$; custeio de bioterio, etc., 20:000\$; postos zootechnicos – quotas correspondentes ao Posto de Viamão – 36:500\$; eliminadas na sub-consignação «Alugueis de casa, etc.» as palavras «e auxilio para o aluguel de casa ao porteiro á razão de 60\$ mensaes»; augmentada de 36:200\$ na parte referente ás fazendas modelo de criação e substituida a tabella pela seguinte: Fazendas de criação de Santa Monica e Uberaba: alimentação, ferragem e tratamento dos animaes, comprehendendo compra de instrumentos chirurgicos, drogas e medicamentos 8:600\$; diarias e despesas de transportes de pessoal e material; aquisição

de livros, revistas e jornaes; encadernações e impressões; artigos de expediente e despesas miudas, 6:000\$; compra e transporte de animais no paiz: aquisição e conservação do material agrícola; mobiliarios, vehiculos e arreios; iluminação e força motriz, compreendendo pagamento do pessoal encarregado das instalações electricas, material para as obras de conservação e outras que forem necessarias ás culturas e demais serviços das fazendas e despesas eventuaes e imprevistas, 15:000\$ aquisição de plantas, sementes, adubos, correctivos, fungicidas e insecticidas, 3:000\$; salarios de feitores, fiscaes, guardas, serventes de estribarias e vaccarias, trabalhadores ruraes, operarios e do pessoal das estações de moeda, 26:000\$; para as outras quatro fazendas: alimentação, ferragem, etc., 18:000\$; diarias e despesas, etc., 12:000\$; compra e transporte, etc., 26:000\$; aquisição de plantas, etc., 6:000\$; salarios de feitores, etc., 40:000\$; elevada a consignação Via 1.200:000\$, ficando assim redigida: «Para o desenvolvimento da industria pastoril no paiz, comprehendenda a concessão de premios aos agricultores e criadores que tornarem parte nas exposições agro-pecuarias; a importação, ou aquisição no paiz, de reproductores de raça; o estabelecimento de estações de monta nas regiões que não puderem ser attendidas pelos postos zootechnicos e fazendas modelo de criação; a montagem de banheiros insectidas e o desenvolvimento dos serviços previstos nas diversas consignações desta verba, cuja deficiencia for reconhecida pelo Governo, bem assim a fundação e custeio de novas fazendas de criação e o auxilio de que trata o art. 136, § 1º, do decreto nº 11.460, de 27 de janeiro de 1915 (39), até o maximo de 500\$ por banheiro constituido durante o exercicio, e podendo o Governo crear, por esta consignação, uma escola de lactinios em Blumenau, igual á que funciona em Barbacena, dando o Estado de Santa Catharina o terreno que for necessario»; subvenção ao Posto Zootechnico de Viamão, no Rio Grande do Sul (decreto nº 8.810, de 5 de julho de 1911) (40), 108:200\$000...

Nos termos em que se apresenta a referida lei, e no extenso conteúdo onde estão incluídas inúmeras referências à outras áreas tanto da economia quanto do ensino e principalmente no que tange aos serviços militares, fica clara a intencionalidade de tal elaboração legislativa. No que diz respeito aos serviços agropecuários, tanto das escolas quanto das fazendas modelo e de criação, o corte de gastos se mostra bem evidente. Tanto na redução das despesas com contratação e salários, quanto na redução do número de funcionários especializados.

E continua o texto, agora do seu artigo 80 ao 86, que dentre outras coisas, determina modificações no então Ministério da Agricultura, bem como designa diretrizes para o funcionamento das Fazendas e Escolas de Agricultura:

Art. 80. As estações experimentaes, os campos de demonstração, os aprendizados agricolas, os pontos zootechnicos, as fazendas modelo de criação e demais estabelecimentos que disponham de terras para culturas, além das indispensaveis aos estudos, experiencias e demonstrações regulamentares, poderão cultivar e explorar essas terras por meio de ajustes de parceria, cujas condições ficarão, em cada caso, dependendo de aprovação do ministro para que se tornem efectivas. Esses ajustes, que serão feitos por prazos nunca maiores de tresanns, ficarão em effeito sempre que o ajustante se tornar inconveniente á boa ordem do estabelecimento ou abandonar suas culturas, por mais de tresmezes sem causa justificada, a criterio do Governo. A annullação dos ajustes dependerá de acto do ministro e não dará direito a indemnização alguma, a não ser a do valor dos fructos pendentes ou das plantações que pelo seu estado e desenvolvimento possam,

a juízo da administração, offerecer vantagens ao estabelecimento. O valor da indemnização será arbitrado por dous lavradores da zona em que se achar o estabelecimento, sendo um escolhido pelo respectivo director e outro pela parte interessada. Os dous, de commumaccôrdo, escolherão um desempatador e, si não chegarem a accôrdo nessa escolha, cada um indicará dous nomes e a sorte designará, entre os quatro o que deva prevalecer. O Governo, sempre que dispuzer de recursos, ou de material apropriado, auxiliará as construcçõesruraes de que precisarem os ajustantes e fornecer-lhes-á, gratuitamente, mudas, sementes, adubos, correctivos e insecticidas, e, por emprestimo, machinas, instrumentos e ferramentas agricolas e animaes de trabalho.

Art. 81. Os ajudantes de secção do Posto Zootechnico Federal de Pinheiros, com funcções de magisterio na Escola de Agricultura annexa e que se acharem addidos por extincção de seus cargos, serão aproveitados, de preferencia aos demais addidos e a quaesquer pessoas estranhas, no provimento das cadeiras da referida escola, de accôrdo com as respectivas especialidades.

Art. 82. O Governo transferirá, para o Jardim Botanico o Laboratorio de Phytopathologia do Moseu Nacional.

Art. 83. Do credito de 1.000:000\$ a que se refere o art. 79, VIII, da lei nº 2.924, de 5 de janeiro de 1915, poderá o Governo applicar até a quantia de 50:000\$ como reforço das verbas 2ª e 19ª do art. 78 da mesma lei (47).

Art. 84. Fica approvedo o acto do encarregado do Escriptorio de Informações do Brazil em Bruxellas, applicando a despesas do mesmo escriptorio, no exercicio de 1915, o saldo do credito posto á sua disposição em 1914 para o custeio do dito escriptorio. Para liquidar os compromissos que não puderam ser attendidos por aquelle saldo, inclusive os vencimentos do encarregado do escriptorio e de um auxiliar até 30 de junho do 1915, e as passagens de repatriação dos mesmos funcçionarios, fica o Governo autorizado a lançar mão do saldo do credito do dito anno destinado á Camara de Commercio Internacional de Bruxellas, até a importancia de 5:157\$466, ouro. Esta disposição não isentará o encarregado do escriptorio da prestação de contas a que é obrigado na fórma da lei.

Art. 85. A renda arrecadada pelos postos zootechnicos, fazendas de criação, aprendizados e escolas agricolas, campos de demonstração e de experiencia, estações experimentaes, núcleos coloniaes, centros agricolas, postos e povoações indigenas, Jardim Botanico e Horto Florestal, será recolhida ao Thesouro Nacional e poderá ser applicada ao custeio dos proprios estabelecimentos, até a importancia correspondente a 80 % das respectivas dotações orçamentarias, mediante prévia autorização do ministro e prestações de contas na fórma da lei.

Paragraphounico. O producto da venda dos animaes reproductores dos postos zootechnicos e fazendas de criação, bem assim a renda dos estabelecimentos da sericicultura e lacticinios poderão ser empregados integralmente na compra de animaes reproductores e de casulos e materia prima para os mesmos estabelecimentos, observadas as disposições deste artigo.

Art. 86. Os cargos do inspector e ajudantes agricolas, ajudantes de secção das estações experimentaes e directores de campos de demonstração só poderão ser exercidos por agronomos, respeitados os direitos dos actuaes funcionarios e addidos.

Pôde-se observar até agora, que inúmeras ações institucionais foram estabelecidas, com o intuito de fortalecer o setor agropecuário, contudo, em determinados aspectos, pode-se observar que a partir da consolidação de um modelo agroexportador “modernizado”, gradativamente os investimentos no setor foram deixados de lado. Contando sempre com o aparato mínimo tanto de técnicos especializados, quanto de estruturas de apoio tecnológico, o que nos leva a crer, que foi mantido apenas o suficiente para favorecer o grande setor agroexportador, deixando de lado a maioria dos produtores rurais que hoje caracterizamos como agricultura familiar. Voltaremos nesse ponto quando analisarmos a evolução das políticas públicas de extensão Rural, a partir da segunda metade da década de 1990.

Ainda sobre a Lei nº 3.089 de 08/01/1916, no seu artigo 74, podemos encontrar referências sobre as ações de extensão e assistência técnica rural, onde se determina, segundo destaque dado por Peixoto (2008): “*compra ou aluguel, tratamento e arreamento de animais para serviço, fundação e custeio de novos campos de demonstração ou estações experimentaes*”.

No item 15 do artigo 74, como pode ser visto em sua citação anterior, autorizava o serviço de Industria Pastoral do Ministério a realizar, como apontou Peixoto (2008), despesas com postos Zootécnicos e com Fazendas Modelo de Criação. No entanto, segundo o mesmo autor, esses postos e fazendas eram em números reduzidos, situados em mais de um estado da federação. No estudo apontado por Peixoto (2008), não foram encontrados registros do número correto dos postos zootécnicos, nem dos campos de experimentação e muito menos das fazendas de demonstração, nem registros dos resultados da sua atuação. (PEIXOTO, 2008).

Avanço mais sobre o debate, a famosa “Semana do Fazendeiro”, realizada pela primeira vez em 1929, pela então Escola Superior de Agricultura de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), que até hoje oferece diversos cursos de extensão e palestras, é considerada, segundo Peixoto (2008), a primeira ação institucionalizada de extensão rural no Brasil, sendo esta, a mais comumente citada pela bibliografia que trata deste tema (PEIXOTO, 2008).

Peixoto (2008) dialogando com Olinger (2006) aponta que as semanas ruralistas, aos moldes da Semana do Fazendeiro, foram realizadas na década de 1940, através da cooperação entre o Ministério da Agricultura e as secretarias de agricultura estaduais. Os autores afirmam que nesses eventos, os técnicos se deslocavam para os municípios do interior e ministravam palestras. (PEIXOTO, 2008. Apud OLINGER, 2006).

Os mesmos autores apontam que ao longo da década de 1940 foram criados, sob o controle do Ministério da Agricultura, mais de 200 postos agropecuários, tendo estes, a finalidade de se constituírem como pequenas unidades demonstrativas de tecnologias agropecuárias. Analisando a existência efêmera desses postos e sua função fim, os autores apontam que eles eram mal administrados e atendiam uma parcela pequena de alguns privilegiados, que eram ligados aos poderes políticos locais. Não duraram muito tempo e foram doados em 1960 às prefeituras, cooperativas e empresas particulares. (PEIXOTO, 2008. Apud OLINGER, 2006).

Ora, é fácil imaginar que os poderes oligárquicos locais controlavam não somente as decisões das secretarias de agricultura de seus estados, mas também, estavam diretamente relacionados com a construção dos poderes municipais. Nesse sentido, podemos admitir que as políticas que foram constituídas em benefício desses *senhores* locais atendiam por sua vez, somente os grandes proprietários rurais, fossem eles pecuaristas ou agricultores agroexportadores. Os pequenos proprietários, meeiros, trabalhadores rurais sazonais, camponeses, descendentes dos escravos, continuaram à margem dos processos de

desenvolvimento econômico e social do Brasil Rural. Esses por sua vez, serão expulsos do meio rural e constituirão a grande massa de mão de obra das indústrias e do comércio das grandes cidades do país. Constituindo o que será posteriormente denominado como Êxodo Rural, esvaziando o meio rural décadas mais tarde e inchando os grandes centros urbano-industriais. Concentrando ainda mais a posse da terra nas mãos dos grandes latifundiários e acirrando os conflitos sociais tanto no meio rural, quanto no meio urbano.

Nesse ponto é válida a citação poética do músico, compositor, arranjador, escritor Caetano Veloso, em sua poesia Podres Poderes, que nos remete às questões levantadas no parágrafo anterior:

“...Enquanto os homens exercem seus podres poderes, morrer e matar de fome de raiva e de sede, são tantas vezes gestos naturais” ...

“ ... Será que nunca faremos senão confirmar, na incompetência da América católica, que sempre precisará de ridículos tiranos ...”

“Ou então cada paisano e cada capataz, com sua burrice fará jorrar sangue demais nos pantanais, nas cidades, caatingas e nos gerais ...”

(Trecho de Podres Poderes, primeira faixa do Álbum Velô de 1984- Caetano Veloso - Philips Records).

Avançando um pouco mais na linha do tempo, chegamos ao governo de Getúlio Vargas que, na tentativa de assumir as rédeas e controle do processo de organização dos produtores rurais, através do Decreto-Lei no 7.449, de 9 de abril de 1945, que dispôs sobre a organização da vida rural, obrigava cada município a possuir uma associação rural. Esta, era composta de proprietários de estabelecimentos rurais e se não existisse uma associação, caberia ao prefeito promover a sua criação e ser oficialmente reconhecida pelo Ministério da Agricultura. (PEIXOTO, 2008).

As associações municipais se organizariam em sociedades rurais, uma em cada estado, e estas na União Rural Brasileira, como órgãos técnicos e consultivos do governo federal. (PEIXOTO, 2008).

Ainda sobre o Decreto-Lei no 7.449/ 45, Peixoto (2008) considera que esse, “*além de permitir a subvenção estatal como fonte de recursos (arts. 17 e 20), determinava que as associações teriam como sede as chamadas Casas Rurais e que seriam também órgãos técnicos consultivos dos governos municipal, estadual e federal.*” (PEIXOTO, 2008).

Neste ponto fica clara a intenção do governo central, de assumir a centralização do processo, controlando de forma direta e indireta (através dos acordos políticos locais e nacionais) as organizações de produtores rurais. Contudo, fica notório, que essas associações são representações políticas das oligarquias locais, e por assim dizer, são controladas pelos grandes proprietários rurais. Desta forma, nada muda no cenário político. O que o governo central pretendia era o controle de seus aliados ruralistas, para desta forma, controlar de cima para baixo, o jogo político local.

Ainda sobre o decreto citado, Peixoto (2008), faz importante consideração sobre o artigo 14, no que se refere às ações de Assistência Técnica e Extensão Rural. Vejamos o que diz o artigo 14 da lei 7.449/ 45:

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 14. As associações rurais criadas por este decreto-lei (Arts. 2º a 5º, letra a) são união técnicos consultivos do govêrno municipal (Art. 2º), .como do

Estado, Território ou, diretamente, do Govêrno Federal e terão as atribuições seguintes:

- a) congregar em seu seio todos os que se dediquem à agricultura, pecuária e às indústrias rurais, inclusive extrativa de origem animal e vegetal;*
- b) fomentar, no município, a fundação de núcleos rurais distritais;*
- c) colaborar com os poderes públicos, no sentido do fortalecimento do espírito associativo entre os que exercem atividades rurais;*
- d) articular os elementos da classe rural do município, a fim de poderem realizar as suas justas aspirações e de **promover** a defesa dos seus direitos e interesses, bem como o **progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas**;*
- e) manter as mais perfeitas relações e cooperar em objetivos de interesse comum com as outras co-irmãs do Estado ou Território;*
- f) manter um centro de informações sôbre a vida agro-pecuária do município;***
- g) instalar e manter, sempre que possível em edifício próprio, a instituição que se denominara "Casa Rural de...." (nome do município), para sede social e maior comodidade dos associados;*
- h) manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentaria e jurídica a seus associados;***
- i) sustentar e defender, perante a sociedade rural respectiva (art. 7º), os interesses e aspirações dos seus associados;*
- j) explicar aos sócios o motivo e a extensão dos favores concedidos pelos poderes públicos;*
- k) prestar as informações que lhe forem solicitadas pelas repartições municipais, estaduais, territoriais ou federais, no concernente à colonização no fomento agro-pecuário e a defesa sanitária, animas e vegetal;*
- l) realizar a difusão de ensinamento agro-pecuários, visando, principalmente, a melhoria das condições do habitat rural;***
- m) promover a aprendizagem agro-pecuária, sempre que possível em cooperação com órgãos oficiais;*
- n) manter na sede um museu com os tipos padrões dos produtos locais de expressão econômica, pugnando pela aplicação das medidas oficiais relativas a padronização e classificação dos produtos agro-pecuários;*
- o) colaborar com os serviços fiscais respectivos, na fiscalização da aplicação de leis, como o Código Rural, o Florestal, o de Caga, o de Pesca e demais legislação agro-pecuárias;*
- p) auxiliar, como informante, quando devidamente credenciado, aos serviços oficiais de estatística;*
- q) organizar, em benefício de seus associados, serviços de arbitragem e, bem assim, de peritagens e avaliações, nos meios rurais;*
- r) colaborar ou mesmo executar; se essa tarefa lhe fôr cometida, o contrôlle leiteiro municipal e o registro genealógico das raças puras criados no município;*

s) estimular a economia de seus associados, favorecendo a aquisição da pequena propriedade e promovendo a continuação e desenvolvimento da cooperativa, que realizem a defesa econômica dos meios rurais;

t) realizar, em colaboração com o Govêrno, periodicamente, exposições-feiras distritais, municipais ou regionais, estas últimas em colaboração com as congêneres;

u) desempenhar quaisquer atribuições que lhes sejam delegadas pelo Ministro da Agricultura.

Acompanhando os itens apontados do *artigo 14* da referida lei, podemos observar com clareza as atribuições condizentes com um serviço de ATER, contudo salta aos olhos o conteúdo dos itens: *d, f, h e l*.

No item *d*, quando o texto diz “... *promover o progresso e aprimoramento dos métodos agrícolas;*”, nos deixa clara a intenção da difusão de tecnologia no meio rural, ação essa, que é condizente com os serviços de assistência técnica e extensão rural⁴.

Já no item *f*, quando aponta a seguinte diretriz “... *manter um centro de informações sobre a vida agro-pecuária do município;*” também faz referência aos serviços de ATER de forma mais direta. Indicando a necessidade da manutenção de uma estrutura que possa centralizar os índices das atividades agropecuárias além das questões inerentes às atividades das famílias agrícolas.

No item *h*, apresenta a seguinte questão: “... *manter logo que os recursos o permitam, serviços de assistência médica, dentaria e jurídica a seus associados;*”. Quando aponta essa atribuição para as associações e escritórios do poder público, também faz referência às ações do que hoje conhecemos como ATER. A saber, atualmente, considera-se uma ação integrada de uma equipe multidisciplinar para atender às necessidades das famílias rurais. Mesmo que no referido espaço temporal da citada lei, estivesse em questão a organização do mundo rural voltada para o fortalecimento das grandes propriedades rurais.

No item *l*, com a seguinte redação: “... *realizar a difusão de ensinamento agro-pecuários, visando, principalmente, a melhoria das condições do habitat rural;*”, se aproxima ainda mais dos conceito moderno de ATER, onde promoveria a difusão das técnicas agropecuárias, mas condicionadas à questão da melhoria de vida das famílias rurais.

Retomando o debate apresentado por Peixoto (2008), o autor além de salientar o conteúdo do item *l* (corroborando com o exposto), grifou também, os itens *m, n e t*, que contêm tanto referências sobre o ensino agropecuário, como a necessidade da colaboração governamental para a execução de feiras e exposições agropecuárias, de forma periódica, nos distritos, estados e municípios. Essas referências são de fundamental importância, pois fazem parte das funções inerentes aos órgãos de ATER e secretarias estaduais e municipais de agricultura, na preocupação de manter informado produtores rurais dentro das novas tecnologias disponíveis, bem como promover a correlação dos negócios agropecuários.

⁴ Importante salientar que para nós, existe uma diferença entre o termo Assistência Técnica e o termo Extensão Rural, mesmo que, para o que está escrito na legislação em questão, ambos sejam utilizados de forma indiscriminada. Para nós, assistência técnica configura os serviços de transferência de tecnologia e intervenções técnicas sem o compromisso com os princípios e processos educacionais. Enquanto, a Extensão Rural, é um serviço de educação não formal, de caráter continuado que se processa no espaço geográfico rural, visando, dinamizar as economias locais, contribuindo para o aumento da produção e renda, objetivando a autonomia da família camponesa. Além de contribuir, também, para a soberania e segurança alimentar dos povos do campo, ribeirinhos, indígenas, quilombolas e caiçaras. Sendo assim, se importa com as condicionantes humanas e ambientais, se preocupa na construção de diálogos horizontais que respeitem as diferenças de gênero, idade, etnia e orientação sexual.

Neste ponto, vale ressaltar que estamos em 1945, nos estertores finais da segunda grande guerra e do Estado Novo, com o planeta sendo dividido entre duas grandes potências, na lógica da Guerra Fria. A partir daí, a geopolítica internacional estará marcada por um *mundo bipolar* e as disputas de interesse entre os EEUU (Estados Unidos da América) e a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas). O Brasil, situado na área de influência direta dos EUA, passou a estar subordinado a esse xadrez, no meio da disputa entre as duas grandes potências. Nessa perspectiva bipolar, qualquer política modernizante que vá ao caminho da soberania nacional, reforma agrária, fiscal ou educação de base, passa a ser suspeita de um movimento pró soviético.

Vale ainda notar, que começam as pressões para a entrada de empresas químicas no país, casado com o processo de industrialização (nesse momento, a segunda fase da nossa industrialização) e formação tanto de mão de obra para a indústria emergente, quanto de mercado consumidor para insumos agrícolas. Esse tema será mais profundamente abordado quando discutirmos os impactos da chamada *Revolução Verde* na prática da extensão rural.

Ainda no ano de 1945, Peixoto (2008), aponta que o “*Decreto-Lei no 8.127, de 24 de outubro de 1945, promoveu algumas alterações na redação do Decreto-Lei no 7.449/ 45, organizando as associações em federações estaduais e estas na Confederação Rural Brasileira*”. Sendo que a Confederação Rural a qual o texto do decreto faz referência, só foi fundada efetivamente em 27 de setembro de 1951. (PEIXOTO, 2008).

Analizando a conjuntura político-econômica do momento, Peixoto (2008) citando Queda (1987, p. 75), aponta que “nos primeiros anos da década de 50 já existiam 511 Associações Rurais. Em 30 agosto de 1958, estavam registradas no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, 1.500 Associações Rurais”. A revisita á este ponto, se torna importante para que possamos fazer as conexões necessárias para o entendimento do contexto da criação de tais associações. Pois, como afirma Peixoto (2008), ainda em diálogo com Queda (1987):

A institucionalização das associações representou uma proposta articulada contra a sindicalização dos trabalhadores no campo. O Partido Comunista promoveu também a criação de algumas associações de trabalhadores rurais, conhecidas como ligas, as quais defendiam a reforma agrária e a sindicalização, mas poucas delas conseguiram subsistir após a colocação do partido na ilegalidade. (PEIXOTO, 2009 apud QUEDA, 1987).

Fechando esse tópico da nossa discussão, apontamos que mesmo com os processos de resignificação dos objetivos dos serviços de ATER, por mais que seja perceptível a **intenção** de proteger ou até mesmo de priorizar as agriculturas familiares, quando alcançamos os marcos regulatórios, percebemos que toda a movimentação política se dá em torno da grande produção agrícola, voltada para a exportação. Podemos ter alguns argumentos que apontam para a necessidade de investimento em ampla margem de categorias de produtores e produtoras rurais. Contudo, fica notório, que após a descrição dos marcos regulatórios, que os recursos para as pequenas e médias produções são escassos e constantemente remodelados para baixo, beneficiando assim, as oligarquias rurais agroexportadoras.

No próximo tópico, abordaremos os marcos geradores do que conhecemos e chamamos hoje de assistência técnica e extensão rural.

2.1.5 A ACAR e a institucionalização da extensão rural no Brasil

A primeira experiência que se tentou implementar no país, foi no estado de São Paulo no ano de 1948, quando foram realizadas entendimentos e firmados convênios entre Brasil e Estados Unidos, culminando com a implementação do Programa Piloto de Santa Rita do Passa

Quatro e posteriormente em 1949, agora no estado de Minas Gerais, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Minas Gerais (ACAR-MG) Importante salientar que ambos os processos foram incentivados e patrocinados pela Fundação Rockefeller e diretamente pelo mensageiro especial da missão norte-americana, o sr. Nelson Rockefeller. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Inicialmente a proposta de Extensão Rural estava fortemente influenciada pelo modelo Estadunidense. Contudo, quando aplicado nos sertões do interior do Brasil, esse modelo foi aos poucos assumindo *ares tropicais*, sendo então, aquebrantado e assumindo as cores do povo sertanejo brasileiro. O caráter messiânico inicial, favoreceu à difusão, pelo interior do estado de Minas Gerais, das equipes de Técnicos Extensionistas, compostas por um técnico agrícola e uma economista doméstica, possibilitando uma relação mais próxima com as famílias de agricultores e agricultoras. (RIBEIRO, 2000).

Nesse primeiro momento a Extensão Rural foi norteada pelo Crédito Supervisionado, modelo esse que era fruto das discussões entre a equipe técnica e os próprios agricultores e agricultoras, e tinha como propósito melhorar as condições de vida da população rural, difundindo o uso de vasos sanitários, filtros d'água, produção de compotas com restos de fruta, técnicas produtivas como, a utilização de sementes híbridas e espaçamento correto no plantio. (RIBEIRO, 2000).

Contudo, nos anos de 1960, essa história sofre uma profunda inflexão. O Estado brasileiro percebe o potencial do extensionismo em alcançar rincões nunca antes alcançados e vê na extensão rural, a oportunidade de difundir a sua política de governo, fortemente influenciada pelas mudanças ocorridas no pós-segunda guerra mundial e diretamente voltadas à difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde. (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Nesse período, o crédito que antes era supervisionado, passou a assumir uma nova modalidade, agora o crédito rural passaria a ser orientado, ou seja, como o próprio nome sugere, o crédito passou a ser orientado por objetivos externos à vontade da família rural. A preocupação social⁵, foi gradativamente cedendo lugar à definição de objetivos e resultados quantitativos. Com isso, cada região passou a ser objeto de metas de produção por produto, como afirma Ribeiro (2000), em seu livro A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais. Este mesmo autor argumenta que se o foco anterior era a qualidade de vida da família agrícola, o foco nos anos 60 passou a ser o produto agropecuário.

Ainda nesse marco, analisando historicamente o quadro evolutivo do extensionismo brasileiro, pode-se observar que a experiência de Minas Gerais, serviu como modelo para os demais estados da federação e após a criação da ACAR-MG em 1949, seguiu-se a ANCAR (PE, BA e CE) em 1954; a ASCAR (RS) em 1956; a ACARES (SC) em 1956; a ACARPA (PR) em 1956; a ACARES (ES) em 1957; a ACAR (RJ, GO, MA, PA, AM e DF) em 1958, 1959, 1963, 1965, 1966 e 1967, respectivamente; a ANCAR (SE, AL e PI) em 1962, 1963 e 1966 respectivamente; a ACRAMAT (MT) em 1965. Além disso, a ACAR-MG, deu origem a um organismo nacional de extensão rural, quando em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, foi criada a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). (FONSECA, 1985), (RIBEIRO, 2000), (BARBOSA, 2009).

Já a década de 1970 foi marcada pela transferência de fundos públicos através de crédito rural subsidiado a juros negativos, com o intuito de financiar o modelo agroexportador, fundamentado no tripé Grande Propriedade, Monocultura e Mecanização. Ou seja, o dinheiro

⁵Ao que pese essa afirmação e, guardada as devidas considerações e debates sobre o tema, sabe-se que a ação da Fundação Rockefeller nos países do “terceiro mundo”, foi diretamente influenciada pelo movimento Keynesiano de ocupação dos espaços dos países pobres, para evitar a expansão das revoltas e revoluções de cunho socialista. Pensa-se, que ocupando os espaços rurais desses países, evitar-se-ia a expansão dos ideais socialista no meio rural. Política essa, característica do mundo bipolar do pós segunda grande guerra. (nota do Autor).

público foi utilizado para sustentar o modelo agroexportador fundamentado nos princípios da revolução verde⁶, que preconizava utilização intensiva de máquinas agrícolas, insumos industriais e que resultou no fortalecimento das contradições sociais no meio rural brasileiro, aumentando a concentração fundiária e os conflitos pela posse da terra.

A extensão Rural sofre então uma segunda inflexão, agora de cunho filosófico e identitário, o extensionista se transforma em agente direto de difusão da política estatal, implementando os pacotes tecnológicos da revolução verde. Em meados da década de 1970, o presidente Ernesto Geisel estatizou o sistema, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) oficializando a mão direta do Estado sobre o trabalho dos Extensionistas. Este sistema era coordenado nacionalmente pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) e executado nos estados pelas Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER). (BARBOSA, 2009). Em 1973, em 26 de abril, foi criada a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que assumiria o papel de desenvolvimento de tecnologias para o meio rural brasileiro. Mas, nesse momento histórico, estamos falando da adaptação e implementação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde.

Nos anos de 1990, com a eleição de Fernando Collor de Melo, a EMBRATER foi extinta e com ela, o SIBRATER, restando apenas as EMATERs (herdeiras da estrutura anterior das ACARs) em cada estado da federação e sob responsabilidade dos governos locais. Essa ação fazia parte do conjunto de reformas liberalizantes implementadas pelo governo Collor, inseridas na lógica do Consenso de Washington⁷ e da, política de Estado Mínimo, dentro dos programas de ajuste estrutural da economia (BARBOSA, 2009). Desta forma, a extensão rural sofreu mais um duro golpe, perdendo o seu grau de articulação nacional e ficando sob a responsabilidade dos governos locais, amarrados às oligarquias rurais de cada estado.

Após o fim da EMBRATER, a extensão rural pública ficou diretamente ligada aos interesses locais, sendo de pouca eficácia para a promoção social e a transformação da realidade das famílias agrícolas. O caráter emancipador da extensão, deu lugar ao conformismo e às jogadas políticas dos governos estaduais e municipais. Foi a partir dos incidentes de Corumbiara em 9 de agosto de 1995 e de Eldorado dos Carajás em 17 de abril 1996, onde 12 e 19, respectivamente, trabalhadores e trabalhadoras rurais sem-terra, foram assassinados por jagunços e policiais militares, que o governo de Fernando Henrique Cardoso resolveu implementar políticas voltadas para a solução dos conflitos pela posse da terra no meio rural brasileiro. Além do Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar de 1995 (PRONAF), seguiu-se a reorientação da extensão rural pública, agora dentro dos marcos dos planos neoliberais e após o desmonte da estrutura estatal, foi criado o programa LUMIAR, que atendia às reivindicações dos agricultores e agricultoras da Agricultura Familiar. Contudo, devido à escassez de recurso, bem como à fragilidade das cooperativas de técnico(a)s, o programa não durou muito e no ano 2000, foi desativado (DA ROS, 2012).

Em 2004 foi criado o programa ATES, Assessoria Técnica Econômica, Social e Ambiental à Reforma Agrária, que surgia com o intuito de corrigir os erros do projeto LUMIAR e apresentar uma nova proposta de extensão rural, articulada entre as cooperativas de técnico(a)s, agricultores e agricultoras e suas representações nos movimentos sociais e sindicatos e que objetivava dar solução à problemas históricos no que diz respeito às políticas públicas voltadas para a reforma agrária e agricultura familiar. Contudo, mais uma vez, o que foi idealizado, esbarrou nos problemas estruturais e financeiros e as sucessivas crises, levaram o modelo à falência e em 2014 os trabalhos das equipes de ATES, foram encerrados.

⁶ Termo como ficou conhecida a implementação de novas técnicas agrícolas de modernização e mecanização do campo, após a segunda guerra mundial. Também chamada de Modernização Conservadora. (nota do Autor).

⁷ Para melhor compreensão sobre impactos do Consenso de Washington, indicamos a consulta do artigo O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos, de Paulo Nogueira Batista (1994).

O estado do Rio de Janeiro, com toda a sua diversidade territorial e produtiva, albergava 80 Projetos de Assentamento, que quando receberam os serviços, apenas 33 foram atendidos pelo programa ATES, coordenado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), uma assessoria que se estendia da região sul do estado, passando pela baixada litorânea e seguindo para o norte/noroeste. Essa vasta extensão territorial era coberta por duas cooperativas de profissionais das ciências agrárias, com pouca ou nenhuma estrutura em equipamentos e veículos para locomoção, além da insegurança nos repasses financeiros por parte do governo federal, culminando com sua extinção no ano de 2014.

Naquele momento, o estado do Rio de Janeiro continha 5.898 famílias, distribuídas em 80 PAs (Projetos de Assentamento), correspondendo à uma área de 177.638,43há. Estas famílias ficaram sem assistência técnica e extensão rural fornecidas pelo Governo Federal através do INCRA. Ficando o seu acompanhamento, restrito às ações da EMATER-RJ (Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro) e das secretarias de agricultura municipais.

Tudo Isso, nos ajuda a entender mais elementos do desmonte da estrutura da extensão rural estatal. A fragilidade das secretarias municipais de agricultura, somados ao enfraquecimento e sucateamento dos escritórios locais da EMATER, além dessas estruturas estarem, muitas vezes, ligadas diretamente ao poder oligárquico local e regional, demonstra o esvaziamento das políticas públicas de assistência às famílias assentadas no estado do Rio de Janeiro.

2.2 Extensão Rural na Argentina: Tecnologia e Extensão Dentro de um Mesmo Processo

A Argentina sofreu ao longo de sua trajetória histórica, inúmeras mudanças em seus sistemas de governo e estruturas políticas e econômicas. Os processos de desenvolvimento do setor agroexportador, favorecerem a consolidação das grandes propriedades pampeanas e a especialização da economia argentina, no fornecimento de produtos agropecuários para a Europa.

Numa perspectiva histórica, pode-se compreender que o Agro Argentino se fortaleceu e se perpetuou ao longo dos séculos, assim como ocorreu no Brasil. Contudo o Brasil desde o século XVI já tinha uma presença no comércio mundial com o Pau Brasil e logo após o açúcar. A Argentina será a linha de suprimento para Potosí. mas o processo argentino é diferente, dando um salto a partir de meados do século XIX. Aldo Ferrer (2004) assinala que Córdoba foi a maior cidade argentina até meados do século XIX. A mudança espacial do dinamismo econômico para a província e mais especialmente para a cidade de Buenos Aires, tem a ver com a revolução nos transportes (ferrovias e navios à vapor em casco de aço e frigorificados) que viabilizou a produção em grande escala no pampa úmido, solo considerado um dos mais férteis do mundo.

A extensão rural cumpriu um importante papel nesse processo, em um primeiro momento, como partícipe da construção das identidades territoriais e da emancipação do campesinato mini fundista argentino e em outro momento, como força motriz da consolidação do capitalismo agrário no país. Contudo, o debate sobre o papel da própria extensão rural atravessou as fronteiras acadêmicas e se deu no campo das ações de intervenção ou do respeito à tradicionalidade campesina. Sobre esse aspecto, Cima de villa (2003), discute exatamente a natureza “não natural” da extensão, quando aborda a contradição entre os papéis da extensão e as tensões entre o tradicional, dito “Natural” e o “Inovador”, dito “Não Natural”.

“Si por intervención entendemos el proceso a través del cual se orienta una acción para modificar un estado de realidad identificado intersubjetivamente, ya sea de orden natural -intervención sobre las condiciones del ambiente-hábitat- o social -intervención sobre los órdenes y principios de organización social-, suponiendo además que la acción en cualquiera de esas dimensiones

incide sobre la restante, podemos analizar las bases de ese proceso en términos de lo que podrían considerarse sus principales condiciones necesarias.” (CIMADEVILLA, 2003).

Nesse sentido, Cimadevilla (2003), discutindo as “naturezas não naturais da extensão rural”, levanta a questão do intervencionismo nas políticas de desenvolvimento rural. Questionando as relações impostas sobre a tradicionalidade camponesa, ao mesmo tempo que levanta a possibilidade de um processo de equilíbrio entre esses dois elementos e as novas relações construídas a partir dessas contradições.

É sobre esses e outros aspectos da evolução histórica da extensão rural argentina que discorre o referido capítulo. Buscando o diálogo coma literatura argentina sobre o tema em pauta, objetivou-se traçar uma linha evolutiva dos períodos e etapas históricos pelos quais passou a extensão rural e as instituições que compunham o setor.

2.2.1 O Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária: pesquisa e extensão juntas

Na Argentina, assim como no Brasil, são inúmeras as instituições que protagonizam o processo de desenvolvimento rural e que se preocupam em pensar a extensão rural, dando encadeamento a novas nuances sobre os dilemas e os paradigmas enfrentados dentro deste processo. Isso possibilita a constituição de uma rede intrincada de instituições que pensam, elaboram e executam os processos de desenvolvimento local e rural, bem como as diretrizes pensadas para o trabalho extensionista. Além disso, Brasil e Argentina tem grandes extensões territoriais, quinto e oitavo no mundo, respectivamente, e são federações com unidades federativas com certa autonomia. Isso faz com que os arranjos institucionais sejam mais diversos do que em Estados unitários, de pequenas dimensões e de poder político mais centralizado.

Dentre as instituições que pensam o desenvolvimento rural, está o INTA (Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária), vinculado ao *Ministerio de Producción y Trabajo* (Ministério de Produção e Trabalho) e que se preocupa em construir o desenvolvimento sustentável do setor agropecuário, agroalimentar e agroindustrial através da pesquisa e da extensão, impulsionando a inovação e a transferência de conhecimento para o crescimento do país, como consta do sítio oficial do instituo na rede mundial de computadores. Contudo, veremos que essas atribuições e ideias mudaram ao longo das décadas, desde a sua formação até os dias atuais. O que nos aponta um vértice de diferenciação com o Brasil, quando a EMBRAPA, no Brasil, é formada para a adaptação e produção de tecnologia, o INTA, além de se preocupar com a questão tecnológica, também nasce com a missão extensionista, como aponta Torrado (2023):

“En Argentina la presencia de la extensión agraria del ámbito público asociada a la mejora de las condiciones de la producción agropecuaria se inicia durante la primera mitad del siglo XX, tratándose de la iniciativa de apoyo al desarrollo rural de mayor continuidad. Desde mediados de Siglo XX, una institución específica del ámbito nacional, el INTA, pasa a gestionar las actividades de investigación, desarrollo tecnológico y extensión agraria.” (TORRADO, 2023).

Ainda sobre a importância do INTA, é necessário salientar que ao longo de sua trajetória, como veremos mais adiante, diferentes debates foram colocados no campo da pesquisa e extensão rural na Argentina. Tendo o INTA, papel protagonista nessa história, oscilará entre as políticas modernizantes e de apoio à população campesina minifundista, como nos indica Torrado (2023):

“A lo largo de su trayectoria se identifican alternancias en las prioridades que van desde el impulso a la modernización por el incremento de la competitividad de la producción agropecuaria, hasta una visión más amplia y sistémica de las problemáticas de la ruralidad. Estas posturas se combinan en una serie de matices signados por las continuidades y disrupciones en el escenario socio-productivo, alternancias que han resultado, a veces, consecuentes y/o contradictorias con las realidades del mundo rural.” (TORRADO, 2023).

Nesse sentido, não é possível se falar de extensão rural na Argentina, sem entender a importância do INTA, tanto para a construção de um ideário extensionista construtivista e pedagógico, como na consolidação de uma extensão dicotômica, em que a transferência de tecnologia através de pacotes tecnológicos rivaliza com a extensão rural humanista e dialógica. Entender o INTA é entender a Extensão rural argentina. Como afirma Carlos Alemany (2003):

“Fue esa flexibilidad, capacidad de cambio y adaptación a las diferentes visiones del desarrollo que explica la continuidad institucional alcanzada por el INTA. Es quizás la única organización pública de desarrollo rural que ha alcanzado tal grado de perdurabilidad nel complejo panorama organizacional latinoamericano. Este elemento diferencial se suma a la tradición y reconocida integración de la investigación y la extensión bajo un mismo marco institucional.” (ALEMANY, 2003).

É necessário, segundo Alemany (2003) aprofundar o conhecimento dos diferentes projetos para que possamos compreender as mudanças ocorridas na visão do Estado argentino sobre a assistência técnica aos produtores rurais e sobre o desenvolvimento rural, possibilitando entender a relação existente entre esses dois elementos e a possibilidade ou dificuldade para o reposicionamento e construção de novos projetos institucionais, além de compreender as continuidades e discontinuidades existentes nas diferentes etapas pelas quais passou a extensão rural do INTA.

Nessa perspectiva, é possível elucidar o comportamento frente as trocas entre os diferentes atores institucionais, permitindo refletir sobre o potencial de transformação da extensão rural implementada pelo INTA frente às mudanças da época pelas quais estamos passando e o processo de criação de uma nova institucionalidade para o desenvolvimento rural na argentina (ALEMANY, 2003).

2.2.2 História, conflitos e paradigmas da extensão rural argentina

O estudo aprofundado sobre a história da extensão rural argentina, e por assim dizer, a história da extensão rural do INTA, permite identificar três períodos básicos de inflexão na política e na missão institucional e paradigmática do instituto. Primeiro um projeto institucional fundamentado em um paradigma educativo, onde a extensão rural é vista com uma perspectiva humanista e de transformação social, esse período pode ser compreendido entre os anos de 1956 e 1976.

Após essa etapa, importantes debates e transformações foram implementados na construção de uma nova ótica de desenvolvimento rural e de extensão rural, voltada agora para a transferência de tecnologia e da aplicação de pacotes tecnológicos. Essa lógica de trabalho manteve-se até os anos de 1990, quando após o colapso da economia e da crise ambiental, já na virada para os anos 2000, uma nova visão de mundo passou a ser construída e uma nova perspectiva sobre a extensão rural e o desenvolvimento rural foi elaborada. Contudo, essa etapa

ainda não se fechou e essa nova visão de mundo ainda é um campo de disputa e de embate ideológico, não só na Argentina, mas no restante do mundo latino-americano.

2.2.3 A educação como diretriz extensionista: o paradigma educativo

O INTA foi criado em 1956 para ser parte do sistema institucional capaz de instrumentalizar a estratégia de “substituição das importações”. Mecanismo esse, muito conhecido na historiografia brasileira e latino-americana, quando o consumo e o investimento internos substituem o papel das exportações a partir dos anos 1930. No entanto, para a Argentina e para o restante dos países da América Latina, o que se viu foi uma forte influência das políticas do pós segunda guerra, em uma perspectiva desenvolvimentista, fortemente influenciada pela lógica expansionista dos Estados Unidos da América (EUA) e, como contra hegemonia, pelo pensamento estruturalista sul-americano, que entendia como causa maior de toda a desigualdade econômica do mundo periférico era em decorrência do atraso industrial e das relações econômicas desfavoráveis com os países do centro da economia mundial. (ALEMANY, 2003; RODRÍGUES, 1987).

O pensamento Estruturalista Sul-americano propunha como ideia central a necessidade de desenvolver o setor industrial através de um conjunto de instrumentos de política econômica que preconizavam proteção alfandegária, subsídios ao Capital investidor e a inovação tecnológica, além da forte presença do Estado na economia e na produção de bens e serviços (ALEMANY, 2003; RODRIGUES, 1987; CEPAL, 1996).

E como aconteceu tanto no Brasil, como em todo o restante da América Latina, na Argentina, o setor agropecuário serviu como base tanto para o consumo de insumos da nascente indústria argentina, quanto para o fornecimento de matéria prima e liberação de mão de obra para o meio urbano. Contudo, esse não foi o principal papel assumido pelo setor agropecuário argentino, sua função crucial foi o incremento nas exportações de bens primários e consequentemente o aumento na absorção de divisas, possibilitando o fortalecimento da economia e constituindo uma base forte e saudável economicamente, para o desenvolvimento do setor industrial.

Para que isso fosse possível, era necessário um aporte econômico e tecnológico no setor agroexportador e a criação e transferência de tecnologia para o meio rural, cumpriram um importante papel para desencadear todo esse processo. Por isso, como afirma, contundentemente, Alemany (2003), a organização da pesquisa e da extensão rural, teve um espaço privilegiado nesta etapa. Foi assim que o Estado conformou um setor público importante, com alto grau de participação na regulação da produção, na oferta de tecnologia e na assistência técnica rural. (ALEMANY, 2003).

Outro ponto importante para análise, é justamente a influência relevante da sociologia rural norte-americana na formação da extensão rural do INTA. Essa vertente observava o mundo de forma dual, contrapondo o tradicional e o moderno, considerando o tradicionalismo rural, como principal causa do atraso econômico e pelos baixos índices de desenvolvimento social do meio rural, nas palavras de Alemany (2003) corroborando com Machado (1975):

“Bajo esta perspectiva, el desarrollo era entendido como un pasaje lineal de la sociedad de tipo tradicional donde predominan patrones de conservadurismo, de afectividad, y soluciones tradicionales para los problemas comunes hacia la sociedad moderna donde predominan los patrones de lucro, neutralidad afectiva, universalismo, especialización y soluciones técnico-científicas para la solución de los problemas comunes.” (ALEMANY, 2003).

Para Alemany (2003) Evrett Rogers foi o ideólogo de adequação do modelo clássico de extensão norte-americano ao mundo subdesenvolvido. Segundo aponta Alemany (2003):

“creando una propuesta de intervención para conseguir que los habitantes de las áreas tradicionales o subdesarrolladas modificasen sus comportamientos por la adopción de las prácticas consideradas científicamente válidas para la solución de sus problemas y consecuentemente alcanzaran el desarrollo económico y social.” (ALEMANY, 2003).

O mesmo autor continua afirmando que essa visão era funcional e congruente com a estratégia de substituição das importações e com o papel que foi atribuído ao setor agropecuário e que era necessário quebrar as resistências culturais para entrar com os processos importantes de modernização agropecuária. (ALEMANY, 2003).

É importante ressaltar que ambas as visões tinham o mesmo objetivo estratégico, e entendiam que o alcance do desenvolvimento rural dependia de soluções de natureza diferenciada, ou seja, uma de ordem técnica, incentivando o desenvolvimento de tecnologias produtivas que visassem o aumento da produção agropecuária e consequentemente, das exportações, e outra de ordem educacional, diretamente ligada à mudança de visão e de mentalidade da população rural, ampliando-a para uma perspectiva de desenvolvimento e modernidade.

Essas duas questões fundamentaram os marcos teóricos e paradigmáticos da extensão rural implementada pelo INTA, nos primeiros suspiros de sua trajetória. Com o objetivo de alavancar uma maior produtividade agropecuária e como consequência, alcançar melhores índices de desenvolvimento social no meio rural argentino, através da educação da família rural (ALEMANY, 2003).

“Organizar una verdadera cruzada educativa, capaz de demostrar los beneficios de la modernidad y ayudar a salir del estancamiento y los bajos niveles de vida al sector rural, fue la misión explícita con que se crea el Servicio Nacional de Extensión del INTA.” (ALEMANY, 2003).

A unidade familiar foi a base material sobre a qual o projeto de extensão rural do INTA se fundamentou. A política de extensão além de implementar a sua proposta educacional, definiu um campo muito mais amplo de atividades, uma vez que estava interessada tanto nos problemas relacionados à agricultura quanto naqueles relacionados às condições em que se encontrava a população do meio rural argentino. Dessa forma, a extensão também se preocupou com tudo o que diz respeito ao bem-estar da população rural, como a situação econômica e social, os seus níveis de nutrição, saúde, quarto, guarda-roupa, recreação etc. (ALEMANY, 2003).

Desenvolveu como metodologia de trabalho, uma proposta operativa que tinha como eixo a organização da família rural em componentes separados e de acordo com seus "interesses comuns". Grupos de homens foram criados para a análise das formas de produzir, os grupos de mulheres para resolver os problemas da casa (Clubes do Lar Rural), e grupos de jovens (clubes 4A) para iniciar novos projetos e atividades para facilitar a socialização e a ressocialização, em relação com as atitudes/comportamentos que eles queriam incorporar ao dia a dia da juventude rural, sempre numa perspectiva de mudança de concepção e percepção da realidade (ALEMANY, 2003).

Ainda segundo Alemany (2003), a extensão do INTA foi criada com a ideia de "levar o Ministério ao campo". Por este motivo, consolidou uma importante cobertura territorial através das Agências de Extensão Rural (AER), fato que facilitou o alcance do objetivo central de fazer

contato direto com a população rural para implantar suas propostas de trabalho (ALEMANY, 2003).

Os encarregados de promover o projeto educacional na AER, eram os membros da equipe de extensão, que era constituída por um chefe de agência, com formação em engenharia agrônômica, veterinária ou técnico agrícola, uma assessora de "Lar Rural "com formação em economia doméstica e um assessor de Clube" 4A", técnico agrícola especializado em trabalhar com a juventude rural. (ALEMANY, 2003).

As equipes conseguiram desenvolver uma verdadeira "cultura extensionista "e uma mística para o que estava sendo feito, prática que possibilitou transcender o meramente profissional. A convicção da missão educativa que os extensionistas exibiam e o sentido que eles imprimiram à sua tarefa, fizeram a extensão alcançar impacto importante nas famílias rurais e alto reconhecimento social no campo, nas palavras de Alemany (2003): *“Eran épocas en que ser extensionista del INTA, era mucho más que ser un empleado público, era saber que la sociedad valoraba el rol social y la importancia de su tarea”*.

De acordo com a visão que a extensão teve do desenvolvimento, a metodologia central do trabalho foi o fortalecimento e desenvolvimento de lideranças locais. O projeto extensionista se apoiou na influência que os líderes locais tinham sobre a população rural, para assim, obter sua colaboração e facilitar o processo de difusão de conhecimento e mudança de mentalidades (ALEMANY, 2003).

Sobre o processo educacional exercido pelo trabalho dos extensionistas, bem como sobre os conflitos paradigmáticos que a própria extensão rural passava durante esse período, segue importante contribuição analítica de ALEMANY (2003):

“En los veinte años de existencia del paradigma educativo se produjeron modificaciones conceptuales y operativas, producto de cambios y ajustes que se fueron dando en las visiones del desarrollo. Sin embargo, éstas no modificaron la esencia educativa del proyecto. Se analiza críticamente la concepción “bancaria” presente en la ideología de educadores y extensionistas. Se incorporan, además, elementos de la teoría de la concientización y de educación popular (especialmente en el trabajo con juventudes y mujeres), en la cual la tarea esencia de la extensión pasaba a ser acompañar a las poblaciones rurales para fortalecer el proceso de toma de conciencia de la situación de subordinación existente y ayudar a su transformación. El objetivo principal de la extensión pasó a ser “ayudar a la gente a que se ayude a sí misma.” (ALEMANY, 2003).

Por fim, a existência de um projeto institucional claro, o espraiamento em todo território nacional com mais de duzentas Agências de Extensão Rural, a resposta para a questão integralista, tanto de base tecnológica, quanto social oferecida à família rural, o contato direto com os colonos rurais para implantar suas estratégias, a “mística” do trabalho de seus extensionistas, tudo isso, ajudou a construir uma organização de desenvolvimento "totalizante", capaz de conter em suas propostas a maioria das demandas das populações rurais e tornar-se o eixo do desenvolvimento tecnológico e social das famílias rurais. Trabalho deveras impactante que permanece até os dias atuais, no imaginário das populações rurais argentinas. (ALEMANY, 2003).

“Este período de la vida institucional de la extensión del INTA, por la profundidad e intensidad del compromiso asumido con el desarrollo regional, dejó fuertes marcas cultural es en la organización, que aún permanecen vigentes. Una de ellas es la filosofía humanista que siempre e orientó la tarea extensionista, y la clara concepción de “bien común” que le dio sentido y significado a su existencia.” (ALEMANY, 2003).

É possível perceber que essa primeira etapa de formação tanto do INTA, quanto de sua perspectiva extensionista, foi fortemente influenciada pela necessidade de transformação econômica que segundo a visão estruturalista, era necessária para que a Argentina avançasse em direção desenvolvimento industrial e em contrapartida, via no meio rural não só uma possibilidade de consolidar as bases econômicas para implementação do processo de industrialização, mas também como um problema a ser resolvido, implementando políticas que fomentassem o desenvolvimento econômico e social da população rural.

2.2.4 A Revolução Verde e os pacotes tecnológicos

O pós segunda guerra mundial foi marcado pela expansão capitalista e pela dualidade de poder entre EEUU e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o que dividiu o mundo em dois polos de influência política e econômica, um lado pró-capitalista e outro pró-regime soviético, o que impulsionou no mundo todo disputas locais financiadas ora por uma ou por outra potência econômica, disputando a hegemonia política, econômica e ideológica dos países periféricos.

No campo da agricultura, os EEUU protagonizaram um movimento de expansão do modo de produzir capitalista capitaneado pelas indústrias químicas e bélicas que haviam se fortalecido durante a guerra e que, agora, durante o armistício, precisavam de alguma coisa para manterem-se no topo dos processos econômicos.

Nesse sentido, o governo dos EEUU impulsionou essas empresas e as tornou a sua principal arma de entrada nos campos produtivos do restante do mundo. Com o argumento neomalthusiano de combate à fome, justificaram a sua intervenção na necessidade de promover o desenvolvimento tecnológico e produtivo do mundo periférico, para aumentar a produção de alimentos e assim, combater a fome mundial.

Ora, fica evidente que, mais uma vez, a grande potência do ocidente utiliza a justificativa de combate à fome, para controlar as economias dos países periféricos e com um elemento base da constituição social e cultural dos povos, o alimento.

Nasce desse processo o que ficou conhecida como “Revolução Verde”, que significava o incremento de tecnologias produtivas de ordem técnico-mecânico, técnico-produtivo e investimento em bioengenharia, desenvolvidos em solo estadunidense e exportados como “Pacotes Tecnológicos” para o restante do mundo. Dessa forma, as antigas indústrias produtoras de armas químicas e de material bélico, agora produzem fertilizantes e defensivos agrícolas, além de maquinário poupador de mão de obra e intervenção profunda no solo.

Como se não bastasse a mudança no modo de se produzir os alimentos, os pacotes da revolução verde também previam a introdução de novas variantes genéticas e sementes híbridas, com suposto maior produtividade, assim, de uma hora para outra, o Capital busca dominar não só política e economicamente, mas também, muda a sua base alimentar, promovendo o desenraizamento produtivo-cultural e a desterritorialização do modo de produzir ancestral dos povos.

“Las innovaciones genéticas y agronómicas son las que hicieron posible los sustanciales incrementos de rendimientos unitarios de maíz, trigo, soja, sorgo granífero y girasol. Sobresale por su trascendencia, la adopción masiva de trigo con germoplasma mejicano de ciclo corto, que junto con la disposición de semillas de soja adaptadas a las condiciones ecológicas de la región, iniciaron un nuevo modelo de uso del suelo en importantes regiones de la pampa húmeda consistente en la rotación trigo/soja, que permitió obtener dos cosechas por campaña en la misma superficie. La “agriculturización pampeana”, se transformó en el símbolo emblemático del tipo de

modernización que se iniciaba en la agricultura argentina a partir de la generación, transferencia y adopción de paquetes tecnológicos de alto rendimiento.” (ALEMANY, 2003).

Na América Latina esse processo foi introduzido paulatinamente nos países. Assim como no Brasil, na Argentina o processo se consolidou a partir dos anos 70 do último século, e se espalhou pelos campos produtivos, transformando as bases produtivas, bem como promovendo mudanças estruturais nas economias nacionais e a perda da independência produtiva. Obviamente que essas mudanças não seriam implementadas de forma simples e tranquila, foi necessário um governo autocrático para que de fato o processo da Revolução Verde fosse implementado.

“A mediados de los años 70, y a partir de la instauración del Estado Autoritario, se produjeron importantes cambios políticos, económicos y sociales en Argentina. Estas modificaciones se inscribieron en el proceso de internacionalización de las relaciones de producción capitalistas a partir de la hegemonía del capital transnacional en el proceso de acumulación nacional. Esta acumulación se transformó en un proceso que se realiza a nivel del conjunto del capital internacionalizado, pero se materializa a través de las operaciones localizadas en los países nacionales.” (ALEMANY, 2003).

Como afirmou Alemany (2003), nos anos de 1970 a partir da instalação ditadura militar na Argentina, foram produzidas importantes mudanças nos planos econômico, político e social. Mudanças essas, que estavam inseridas em um projeto maior de internacionalização das relações de produção capitalistas, o que foi fortemente impulsionado pelo grande capital internacional, aqui leia-se, indústrias e corporações financeiras capitalistas e, em sua grande maioria, empresas estadunidenses, a partir da hegemonia do capital transnacional.

Esse foi o mecanismo pelo qual, as grandes indústrias envolvidas com a produção de tecnologia para meio rural, se tornaram o eixo central de intervenção do capitalismo norte americano em solo terceiro-mundista, promovendo assim as mudanças necessárias nas bases produtivas de cada país onde atuam, para que o capital transnacional assuma o controle das nações periféricas. A sina da internacionalização da economia argentina estava apenas começando tornando o mundo rural, a base para o processo de industrialização tardia e periférica pelo qual passou a Argentina. Processo esse, que ainda produz consequências até os dias atuais.

Para Alemany (2003), a internacionalização das condições produtivas, significou aprofundar a homogeneização das técnicas, estendendo essas características ao processo de modernização da agricultura, seguindo os padrões tecnológicos utilizados nos países centrais. Em suma, o desequilíbrio entre as possibilidades de desenvolvimento é o traço marcante desse processo de “modernização do campo”, concentrado na agricultura pampeana voltada para o mercado externo. Esse contraste pode ser observado quando analisado o aprofundamento da crise econômico-social das regionais argentinas e o agravamento das condições de produção da agricultura familiar e minifundista. (ALEMANY, 2003)

Para o capitalismo transnacional, era de suma importância se impor e se contrapor às autonomias do mundo periférico, o controle dos processos produtivos fazia parte dos projetos de dominação econômica e o pós-guerra foi marcado por inúmeros acordos internacionais, que garantisse às duas grandes potências, o controle da hegemonia bipolar sobre os demais territórios do orbe. No mundo capitalista ocidental os acordos multilaterais e organismos internacionais, garantiram aos EEUU, o domínio sobre os países e sobre os povos. O controle

e a submissão à divisão internacional do trabalho, organismos como a Organização Mundial do Comércio, garantiriam dali para frente o controle por parte dos países ricos, das demais economias do mundo pobre. Essas foram as regras ditadas, essa são as regras seguidas até os dias atuais. Como aponta Alemany (2003):

“Uno de los roles claves del Estado en el proceso de modernización agrícola fue el de adaptar la estructura productiva a la división internacional del trabajo, mediante el control de las actividades poco rentables, pero necesarias para la reproducción del capital.” (ALEMANY, 2003).

Nesse processo, as mudanças políticas e institucionais tinham como objetivo moldar as políticas de desenvolvimento agropecuário, de acordo com as diretrizes internacionais, impondo uma perspectiva de desenvolvimento das forças produtivas no meio rural, através da adoção de novas tecnologias importadas sob pacotes tecnológicos, mas que dependiam de uma série de outras estruturas para que pudessem ser implementados. Uma mudança institucional seria necessária para garantir a sobrevivência desse novo modelo produtivo:

“El sistema institucional de desarrollo agropecuario, promotor de la modernización, se basó en un nuevo modelo que tenía como eje articulador a la generación y transferencia de los paquetes tecnológicos de los cultivos claves de exportación. El paquete tecnológico por producto consiste en trabajar sobre la base de un conjunto de prácticas y procedimientos técnicos que se articulaban entre sí, y que eran utilizados indivisiblemente en un cultivo, según patrones establecidos por la investigación agropecuaria. El paquete correspondía a una línea de montaje, donde el uso de una innovación técnica exigía el empleo de una dada innovación técnica anterior y la utilización técnica de una certa innovación técnica posterior” (ALEMANY, 2003).

Essa nova concepção de produção agropecuária, baseada na transferência e aplicação direta de novas bases tecnológicas foi implementado na Argentina em meados dos anos 70 do século passado, obviamente sob a tutela dos governos autoritários alinhados à política de expansão dos EEUU, o resultado disso, foi a mudança de proposta ideológica do INTA, se submetendo agora, às diretrizes preconizadas pela chamada Modernização Agrícola ou Revolução Verde. Aqui no Brasil, além dessas duas denominações, esse processo também ficou conhecido como Modernização Conservadora, pois apesar de implementar o incremento de novas tecnologias produtivas, mantinha conservado o poder das oligarquias rurais.

O resultado dessa mudança de concepção do trabalho do INTA, foi uma profunda inflexão na prática extensionista desenvolvida pelo instituto, abandonando as raízes pedagógicas do período anterior e adotando uma perspectiva intervencionista e de aplicação adaptativa dos pacotes tecnológicos da revolução verde.

“Este nuevo marco de ideas y visiones del desarrollo que se impuso en Argentina a mediados de los años 70, produjo Enel INTA revisiones de las propuestas de extensión que iniciaron un proceso de reformulación de su enfoque anterior de marcada índole pedagógica y humanista, pasando a desarrollar una orientación que enfatizaba, ahora, su nuevo rol de impulsor de la transferencia tecnológica para aumentar la productividad de las principales producciones de los productores agropecuarios.” (ALEMANY 2003).

A lógica de transferência de tecnologia, que contrastava com o ideário original do INTA, teve grande apoio dos governos ditatoriais e por conseguinte uma grande entrada no meio conservador rural. Por um lado, garantia a expansão do setor agrícola agroexportador e por outro garantia também, a expansão do processo de industrialização, contudo esse período de expansão não duraria muito tempo, com a crise de 1979 e depois com a contração econômica dos anos 80 do século XX, a política econômica não só da Argentina, mas dos demais países latino-americanos, sofrera uma forte recessão.

Sobre a relação entre a introdução da modernização agrícola e da lógica transferencista e os governos autoritários na Argentina, segue importante contribuição de Alemany (2003):

“La construcción del nuevo proyecto de asistencia tecnológica centrada en la transferencia se asentó en el sector productivista de la organización que había convivido, con fuertes tensiones, con el sector más vinculado a la acción social. Tuvo condiciones internas muy favorables para una rápida expansión a partir del contexto de “autoritarismo interno” vigentes en el INTA a partir del golpe militar del ‘76, y que silenciaron cualquier idea divergente con las orientaciones oficiales.” (ALEMANY, 2003).

É claro que toda essa mudança iria custar muito caro para a própria extensão rural promovida pelo INTA. Ora, se a partir de agora o interesse é voltado para a resposta ao mercado internacional e aos acordos multilaterais com seus parceiros comerciais e que a produção está diretamente relacionada com adoção dos pacotes tecnológicos e que isso tudo é regido pelas leis do mercado, obviamente a família rural minifundista e os pequenos produtores em geral, não serão os principais beneficiários desse novo sistema. Muito pelo contrário, o setor que mais lucrou com toda essa mudança ideológica e institucional, foi justamente o grande setor agroexportador, pois entendia-se que esse era o único setor agrícola que teria condições de aplicar e desenvolver melhor as novas metodologias produtivas contidas dentro dos pacotes tecnológicos. Sobre esse ponto, segue o que afirma Alemany (2003):

*El proyecto transferencista redefinió el público beneficiario. La acción de extensión dejó de tener como objeto de trabajo a la familia rural y se concentró en los productores agropecuarios. Sin hacer una diferenciación explícita por tamaño, sin embargo, el nuevo proyecto se concentró en los productores medianos viables. Es decir en aquellos que, de acuerdo con el discurso dominante de la época, tenían condiciones y capacidad para absorber la tecnología existente y dar respuestas rápidas al estímulo modernizante. **La pequeña producción y el minifundio no estaban incluidas en las preocupaciones y metas productivistas de la modernización de la agricultura.**” (ALEMANY, 2003) (grifo nosso).*

A partir desse momento, houve uma mudança na estrutura do INTA, onde agora a extensão faria parte de um modelo linear e descendente de intervenção, onde a produção de tecnologia, a adaptação e implementação estavam hierarquizados de acordo com as novas diretrizes modernizantes adotadas pelo INTA.

“El modelo lineal favoreció la segmentación de la investigación y la extensión, a pesar de estar contenidas en una misma organización. Las dos actividades centrales derivadas de su misión institucional se organizaron como áreas independientes y fuertemente centralizadas. La sectorización bajó a todos los niveles de la organización y la interacción investigación – extensión estuvo siempre cargada de una fuerte tensión. Muchas veces

parecían actividades de proyectos institucionales diferentes no contenidos en la misma organización.” (ALEMANY, 2003).

Em poucos anos, a extensão rural sofreu fortes mudança e inflexões em suas diretrizes paradigmáticas. Ocorreram mudanças em seus objetivos estratégicos em vista de se adaptar às novas diretrizes produtivas do país, mudou-se a audiência privilegiada, abandonou-se, gradativamente programas como o Lar Rural (Hogar Rural) e o trabalho com a juventude rural, priorizando a partir de então, as metodologias de difusão de pacotes tecnológicos em massa. (ALEMANY, 2003).

“La jerarquización de la investigación sobre la extensión, el planeamiento centralizado, la desvinculación de la planificación formal respecto del mundo real, la falta de tecnologías apropiadas para muchas de las economías regionales, las dificultades crecientes para obtenerlos recursos operativos, fueron generando fuertes tensiones y un debilitamiento gradual del rol y la importancia estratégica que la extensión había adquirido en el INTA desde sus orígenes”. (ALEMANY, 2003).

Por fim, é fácil perceber que todas essas mudanças impostas pelo mercado internacional, e devidamente seguidas pelos governos autocráticos, fundamentadas numa lógica de expansão do Capital, cobrou um alto preço para a extensão rural Argentina, o próprio INTA, teve que se adaptar em “adaptar” tecnologias importadas para que fosse possível adoção dos pacotes da revolução verde.

2.3 Argentina e Brasil: Esvaziamento e Fragmentação dos Serviços de Extensão Rural

Podemos até aqui, ao longo do texto, observar semelhanças e diferenças entre Argentina e Brasil. Se olharmos pormenorizadamente o passado de ambos os países, é possível constatar uma base econômica que hora se assemelha, hora se diferencia, mas sempre com forte e decisiva presença do setor agropecuário na evolução de suas economias. A observação fica mais apurada, quando tomamos como referência o desenvolvimento e implementação de políticas agrícolas que se preocupam tanto com a produção de tecnologia quanto com o atendimento ao produtor rural, estando a transferência e adaptação tecnológica ao lado, ou em separado, dos processos de extensão rural.

Ao longo deste capítulo, buscaremos analisar os pontos de contato e as divergências entre Argentina e Brasil, no que tange às suas políticas de promoção do Desenvolvimento rural e em destaque, a Extensão Rural como mola motriz desse processo. Para tanto, lançaremos mão dos debates que já foram apresentados ao longo deste texto, como também do resultado das observações de campo e das entrevistas feitas tanto com os técnicos do INTA (Río Cuarto – Argentina), quanto com os técnicos de umas das Cooperativas de Trabalhadores Técnicos de Extensão Rural que atuaram no programa ATES/INCRA (Assessoria Técnica, Econômica, Social e Ambiental), sendo este, o último programa governamental de extensão rural, no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Também foi feito o acompanhamento de 20 famílias do Assentamento Roseli Nunes, localizado no município de Pirai, no estado do Rio de Janeiro, ao longo dos anos 2018 e 2019, utilizando-se dos métodos de pesquisa da Observação Participante.

Durante o período compreendido entre os dias 05 e 15 de agosto de 2018, em visita à sede regional do INTA na cidade de Río Cuarto, Argentina, foram feitas quatro entrevistas com técnicos e técnicas do escritório regional do INTA na cidade de Río Cuarto, Argentina. Além das entrevistas com os técnicos/as, foi possível observar parcialmente rotina de atendimento do escritório, na recepção e atendimento aos agricultores que ali chegavam. Além do contato com o corpo técnico do INTA, foi possível também, durante a estadia em Río Cuarto, entrevistar ativistas da extensão rural que se dispuseram a conversar sobre os dilemas enfrentados pela extensão rural argentina.

Já no Rio de Janeiro, Brasil, foram coletadas entrevistas feitas de forma impessoal por meio digital, de 18 técnicos e técnicas de extensão que atuaram nos últimos 15 anos junto aos programas de extensão rural fomentados pelo governo federal.

Além das entrevistas, as observações e impressões do pesquisador, farão parte também do escopo do discurso e do debate que se seguirá ao longo do texto, já que o mesmo se encontrava inserido e atuante também nas fileiras da extensão rural nos últimos anos de funcionamento do programa ATES.

2.3.1 Caracterização do espaço agrário do estado do Rio de Janeiro

a) O século XX: ocupação do espaço, a metropolização e esvaziamento do meio rural

O espaço agrário fluminense, sempre foi alvo de constantes modificações e reestruturações, acompanhando o ritmo de desenvolvimento econômico tanto nos tempos de Brasil colonial, quanto a partir da Independência e regimes imperial e republicano. Vale ressaltar a importância do hoje denominado estado do Rio de Janeiro, que entre 1960 e 1975 foi dividido em estado da Guanabara e Estado do Rio de Janeiro. O primeiro havia sido a capital federal enquanto o segundo, era um dos estados da federação. Alentejano (2005) nos descreve esse processo:

“Vale lembrar que até 1960 a cidade do Rio de Janeiro tinha status de Distrito Federal, por abrigar a capital do país, enquanto o estado do Rio de Janeiro, tinha Niterói como capital. Entre 1960 e 1975, passaram a coexistir dois Estados, o da Guanabara, no antigo território do Distrito Federal, um estado de um só município e uma só cidade, e o do Rio de Janeiro, mantendo suas antigas características. A partir de 1975, os dois estados foram fundidos num único estado, denominado Rio de Janeiro, passando a capital deste a ser a cidade do Rio de Janeiro.” (ALENTEJANO, 2005).

Desde a chegada da frota de Cabral no litoral baiano, onde hoje se localiza a cidade de Cabralia (não precisamos aqui explicar o porquê deste nome), até a virada do milênio, o território fluminense, foi marcado por inúmeras transformações históricas, culturais e produtivas. A chegada da corte portuguesa em 1808, transformou a dinâmica da capital da colônia, transformando-a em capital do Reino Unido do Brasil, Portugal e Algarves, criado em 1815. Viramos assim o centro político do império português e, obviamente, sofremos as consequências de tal fato.

A corte portuguesa chega ao Rio de Janeiro em meio ao ciclo do algodão, tendo esse espaço geográfico, pouca importância produtiva no setor, contudo era para o Rio de Janeiro que o superavit da balança comercial, era destinado. Suprindo assim a necessidade da corte, recém-instalada. Nesse período os estados de maior impacto na produção eram Pernambuco, Bahia, São Paulo e Ceará. Essa etapa da produção brasileira foi conhecida também como o Renascimento Agrícola, pois aumentou significativamente as exportações para Europa de produtos tropicais brasileiros. Esse ciclo é datado historicamente durante o sec. XVIII e começo do sec. XIX.

Após a era do algodão (também chamado de ouro branco), dá-se início ao ciclo do Café, conhecido também, como ouro negro. Nesse caso foi preciso encontrar solo compatível com a produção de café, já que se tratava de uma planta exótica. E, devido as suas características edafoclimáticas, topografia e tipo de solo (terra roxa), o ápice da produção se deu ao longo do Vale do Paraíba, que se estende desde o oeste paulista até a região serrana do sul do estado do Rio de Janeiro. Esse ciclo se estendeu durante todo o sec. XIX até o início dos se. XX. E marcou profundamente a economia da região, proporcionando a expansão das ferrovias paulistas e o acúmulo de capital necessário para o desenvolvimento das primeiras indústrias no Brasil. O declínio do ciclo do café afundou a economia agrícola do Vale do Paraíba, deixando como herança um solo degradado, exaurido de nutrientes, abrindo espaço para o surgimento da pecuária na região, o que aprofundou ainda mais a crise econômica e ambiental⁸. Ainda sobre a distribuição geografia no estado do Rio de Janeiro, Alentejano (2005) aponta quatro divisões para o espaço agrário fluminense:

“(1) a região do Vale do Paraíba, dominada pela oligarquia cafeeira e marcada pela ampla destruição da Mata Atlântica produzida pelo avanço extensivo e degradador da cultura do café, num ambiente onde as condições edafoclimáticas originais eram extremamente favoráveis;

(2) a região das baixadas situadas a leste da região da Baixada da Guanabara, estendendo-se até os limites com o Espírito Santo, ao norte, dominada pela oligarquia canavieira e marcada pela existência de inúmeros engenhos de açúcar em meio aos amplos canaviais que se estendiam pelas baixadas aluviais e tabuleiros litorâneos;

⁸As consequências desse declínio, foram muito bem evidenciadas no documentário intitulado O Vale, de João Moreira Salles e Marcos Sá Corrêa, como parte da série “6 Histórias Brasileiras” e exibido originalmente em agosto de 2000, no canal a cabo GNT.

(3) a região da Baixada da Guanabara, dominada pelo capital comercial que organizava a agroexportação e a redistribuição interna dos bens e da riqueza, a partir do controle sobre a vasta área navegável da baía e rios que nela desembocavam;

(4) uma vasta região cujo elemento de unidade é a topografia acidentada, estendendo-se do litoral sul até o noroeste do estado, passando pela área da Serra dos Órgãos, a qual, por não ser reivindicada por nenhuma fração expressiva do capital, mantinha-se como área de fronteira e como tal, de reprodução do campesinato, dentre eles, antigos escravos recém libertados e imigrantes (principalmente alemães e suíços).” (ALENTEJANO, 2005).

A partir do declínio do ciclo do café, dá-se início à expansão industrial, majoritariamente em São Paulo, mas também, no estado do Rio de Janeiro. Essa expansão industrial no Rio de Janeiro foi caracterizada pelo processo de metropolização. Concentração de renda na capital e redirecionamento da produção do meio rural, para gerar matéria prima para a recente indústria e produtos alimentícios para suprir a demanda na capital.

Esse processo de redirecionamento da produção agrícola, aumentou a especulação imobiliária, tanto no que diz respeito a concentração fundiária, quanto a ocupação do espaço com potencial turístico. Sendo assim, temos um mecanismo dual, desigual e combinado, de concentração da população na capital industrializada, êxodo rural se dando tanto para compor a mão de obra das indústrias, quanto pela pressão latifundiária. Contando ainda com o aumento do valor da terra, especulação imobiliária e reorganização do espaço, sendo este direcionado para vocações turísticas. Nesse sentido, segue abaixo uma importante contribuição ao tema dada por Alentejano (2005):

“Até o início do século XX, a organização do espaço fluminense era hegemonizada pelo capital agrário e pelo capital mercantil. Entretanto, as diferentes condições ambientais existentes no Rio de Janeiro - aliás a diversidade ambiental é um elemento fundamental na definição dos diferentes projetos de ordenamento do território no Rio de Janeiro, seja no passado, seja no presente - concorriam para a existência de diferentes formas de ordenamento territorial.” (ALENTEJANO, 2005).

Para o que nos interessa neste momento, o declínio do Vale do Paraíba, região esta, que foi mais afetada pela crise do café, promoveu o esvaziamento econômico e demográfico da região. O processo de degradação do solo, devido a técnicas agrícolas equivocadas, o plantio em linha de “morro abaixo””, que intensifica o processo de lixiviação e deslocamento superficial do solo, levando consigo nutrientes e provocando erosões que evoluíram para voçorocas, reduzindo drasticamente a fertilidade do solo, promovendo o declínio da produção e tornando a região, incapaz de concorrer com as outras. Sendo assim, esta decadência econômica e produtiva leva o Vale do Paraíba à bancarrota no início do sec. XX. Contribuindo com o que foi exposto até aqui, Alentejano (2005) aponta:

“Percebe-se, portanto, que as frações do capital agrário e comercial, organizavam o espaço a partir da combinação de seus interesses com as particularidades ambientais existentes no estado, onde estas desempenhavam importante papel na definição das formas de ordenamento do território” (ALENTEJANO, 2005).

Outros processos combinados também reordenaram o espaço agrário fluminense e, esse aspecto é abordado nos tópicos seguintes.

b) Reestruturação produtiva, dos engenhos às usinas de álcool

A região norte/noroeste do estado do Rio de Janeiro, também, sofreu importantes mudanças ao longo do séc. XX, a estrutura agrária da região, mais concentrada e caracterizada pelo latifúndio açucareiro, sofreu alterações mais recentemente, com o advento das grandes usinas, que substituíram o engenho a vapor e alteraram a organização espacial e produtiva até então existente, na qual ainda tinham grande importância, os pequenos fornecedores de cana. Vamos entender como se deu essa transformação, da passagem do Engenho para as Grandes Usinas de Açúcar.

Antes de tudo, é preciso compreender que do séc. XVIII até o princípio do séc. XX a cidade do Rio de Janeiro atuou como polo dinamizador do setor rural, pois o mercado urbano fomentava a ampliação da produção para seu abastecimento, porém, a partir dos primeiros anos do séc. XX o efeito passou a ser contrário, com a valorização de terras concorrendo com a intensificação do uso agrícola destas (ALENTEJANO, 2007).

No entanto, mesmo que a pressão sobre o processo de urbanização tenha se ampliado ao longo deste período, as relações produtivas na Baixada Campista não se modificaram substancialmente, pelo menos até os incrementos da Revolução Verde, que analisaremos mais à frente. Sobre a manutenção do modo de produção canavieiro e todo o seu contexto, Alentejano (2007) corrobora dizendo que esta região permaneceu basicamente como área de domínio da burguesia canavieira, embora se perceba que houve o desenvolvimento nas franjas da região metropolitana de outras atividades produtivas, como a pecuária leiteira e a citricultura, porém sem representar alterações expressivas no ordenamento do território.

Neste processo é possível entender que houve mudanças no eixo de intervenção econômica e diversificação dos processos de territorialização do capital, e isso se deu ao longo das décadas de 40 e 60 do séc. XX. Contudo, essas mudanças não foram substancialmente sentidas nas regiões que compreendem a Baixada Campista – Norte Fluminense. Com isso, ainda nos anos 60, não era possível perceber a mudança na dinâmica econômica da região, que continuava a ser área de influência da oligarquia canavieira e secundariamente de citricultores, salineiros e pecuaristas (ALENTEJANO, 2007).

Uma importante consideração feita por Alentejano (2007) é sobre o fenômeno da desruralização e da metropolização, que apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho, sabe-se que os processos sociais descritos estão inseridos no contexto econômico geral e sendo de suma importância sua compreensão e citação:

“... O período de 1964/1980 é caracterizado, fundamentalmente, pela desruralização que vinha se desenvolvendo desde o princípio do século, mas que avança substancialmente neste período. Este avanço está diretamente relacionado a três processos: as mudanças estruturais na atividade canavieira; a enorme expansão da atividade turística e com ela a especulação imobiliária e a desarticulação da resistência dos trabalhadores rurais pela repressão militar...” (ALENTEJANO, 2007).

Somado a essas mudanças ocorridas no estado do Rio, outro processo de âmbito nacional, interferiu no reordenamento econômico do Norte Fluminense, esse processo ficou conhecido como Revolução Verde ou Modernização Conservadora da Agricultura. Os incentivos à modernização da agricultura acabaram resultando numa profunda alteração das relações de produção e trabalho na principal área canavieira do estado, a Baixada Campista (ALENTEJANO, 2007) (SOUZA et al, 2007).

“... Esse é possivelmente, o caso das políticas de modernização da agricultura brasileira, às quais se atribui a responsabilidade por importantes alterações na estrutura do setor agrícola.” (SOUZA et al, 2007).

Na região da Baixada Campista, o processo de reestruturação produtiva se deu de forma diferenciada em relação às demais regiões do estado do Rio de Janeiro. Como afirma Alentejano (2007), a força que influenciou o Norte Fluminense não foi a especulação aliada ao turismo, mas sim os incentivos governamentais propiciados pelo Programa Nacional de Apoio à Agroindústria Açucareira e pelo Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL)⁹. Assim, com o apoio governamental, a produção de cana na região sofre profundas alterações, sendo tanto pela concentração crescente de capital, como pela alteração radical das relações de trabalho (ALENTEJANO, 2007).

O processo de Modernização da Agricultura fomentado pelo PROALCOOL favoreceu ao aumento das unidades de produção para suplantiar a demanda criada com o programa. A difusão dada pela mídia na substituição do automóvel a gasolina pelo movido a álcool, foi seguida de grande apelo e comoção na autonomia da produção de combustível (algo semelhante ao que se faz hoje em dia com a propaganda do BioDiesel). Contudo o que se obteve na realidade, foi uma transformação de ordem produtiva, aumentando em escala o plantio e a moagem de cana de açúcar. O incremento de máquinas (aragem e gradagem do solo), plantio mecanizado, queima da cana, aumentando a produtividade por hora/homem, as embarcadeiras que empilhavam e acomodavam nas grandes carretas transportadoras de cana. Tudo isso, alterou substancialmente o que se tinha até então, o que antes era imprescindível, a força humana, agora a máquina a substitui.

Souza et al (2007), destaca os reflexos das políticas governamentais, em especial os efeitos do crédito rural subsidiado, uma das principais políticas voltadas para a modernização da agricultura brasileira. Outras políticas como os preços mínimos, o seguro rural e as políticas de subsídios, além de programas especiais de desenvolvimento regional, também atuaram no sentido de incentivar a concentração fundiária, além de beneficiar atividades e regiões específicas e favorecer a grande produção (SOUZA et al, 2007). Alentejano (2007) caracteriza que no caso das relações de produção ocorrem dois processos paralelos:

“... de um lado, a construção de modernas usinas de produção de açúcar e álcool, elimina os antigos engenhos, representando um forte processo de centralização e concentração do capital; de outro lado, há uma concentração fundiária que resulta da redução do número de fornecedores, uma vez que as usinas impõem padrões de produção que muitos pequenos fornecedores não conseguem cumprir o que acaba por alijá-los do setor, além da estratégia de buscar ampliar a produção própria, como forma das usinas se protegerem contra a concorrência das demais...” (ALENTEJANO, 2007).

No que tange às relações de trabalho, as alterações promovidas pela intensificação da produção da cana foram intensas de tal forma que criaram uma massa de trabalhadores temporários (boias frias) que antes eram lavradores, influenciando não somente as contradições

⁹Num contexto de redução do consumo de derivados de petróleo, devido ao primeiro choque do petróleo, o Governo Brasileiro criou por meio do decreto-lei nº 76.593 de 14 de novembro de 1975, o Programa Nacional do Alcool – Proálcool. Em 1977, foi incentivado o uso de automóveis movidos a álcool, visando expandir a produção e o uso do combustível. Entre as vantagens estava a redução na importação de petróleo, gerando equilíbrio da balança comercial brasileira. O uso do álcool também representou um incentivo à agricultura com a produção da cana-de-açúcar, além de fazer surgir novas refinarias e destilarias, criando empregos e indústrias fornecedoras de equipamentos (Memória Petrobras).

sociais no campo, mas também na cidade, acirrando ainda mais os conflitos por moradia e terra. Alentejano (2007) explora bem esse assunto, como segue a citação abaixo:

“No caso das relações de trabalho, a marca fundamental é a expulsão dos trabalhadores do interior dos latifúndios, transformando-os em boias-frias, moradores das periferias das cidades da região, principalmente Campos. A introdução de melhorias técnicas parciais na produção, concentradas no preparo da terra e nos tratos culturais, e excluindo, em geral, a colheita, acentua a diferença sazonal de requerimento de mão de obra, gerando uma massa de assalariados temporários” (ALENTEJANO, 2007).

Como pôde ser visto a região Norte do estado do Rio, estando inserida no cenário agrícola nacional, sofreu o efeito das políticas de modernização agrícola, com impactos visíveis na estrutura fundiária. Em comparação com o restante do estado do Rio de Janeiro, os valores para o índice de Gini¹⁰ da distribuição da posse da terra são mais elevados para os municípios da Região Norte, destacando-se Campos dos Goytacazes que apresentava em 1998, índice de Gini igual a 0,789 (SOUZA et al, 2007).

Sobre esse aspecto e a diferença encontrada em seu estudo, Souza et al (2007), faz a seguinte consideração em relação aos municípios da região Norte que apresentaram índice de Gini abaixo dos demais:

“... Que mesmo nos municípios com índice de Gini mais baixo a distribuição de terra não deve ser entendida como pouco concentrada. No caso do município de São Fidelis que apresentou no estudo de Souza (2007), um índice de Gini em média na faixa de 0,640, ainda assim, o caracteriza como concentração média a forte, que está compreendida entre 0,501 e 0,700. Já o município de Campos dos Goytacazes, se manteve constante, com pouca oscilação significativa, mas ainda assim com uma concentração forte e muito forte, apresentando 0,789 em 1998.” (SOUZA et al, 2007).

Outro processo pelo qual passou a Região Norte Fluminense foi o crescimento da indústria petrolífera, isso já nos anos 80 do século passado, em detrimento da atividade canavieira. Cada vez mais a desruralização incide sobre a região, forçando a uma mudança no direcionamento econômico do Norte Fluminense. É importante ressaltar que a produtividade era bem menor do que a da região produtora no estado de São Paulo. Caracterizada pela falta de dinamismo econômico se compararmos abaixada campista com as regiões produtoras no estado de São Paulo. O crescimento da urbanização, a conurbação principalmente no entorno das cidades de Campos e Macaé, aliadas à especulação imobiliária, lança a Baixada Campista para um novo patamar de desenvolvimento econômico e territorial, alcançando na virada do século, um quadro de desvalorização do rural mais acentuado, que somado ao declínio dos subsídios à produção de álcool, promoveu a falência de inúmeras usinas de açúcar.

Diante disso, para confirmar a importância do fato, será relatado como se deu o processo de falência das Grandes Usinas de Açúcar.

c) Do colapso das usinas à luta por terra

Com o desenvolvimento do modo de produção extensiva da cana de açúcar na região dos Campos dos Goytacazes e a substituição do antigo modelo do engenho pelo da intensificação da produção através do surgimento das grandes usinas, se intensificaram

¹⁰ Define o grau de concentração fundiária, onde: 0,000 – 0,100: nula; 0,101 – 0,205: nula a fraca; 0,251 – 0,500: fraca a média; 0,501 – 0,700: média a forte; 0,701 – 0,900: forte a muito forte; 0,901 – 1,000: muito forte a absoluta.

também, os conflitos sociais no campo e na cidade. Tanto no que diz respeito às disputas por terras, que estavam em sua grande maioria nas mãos da burguesia canavieira, como por melhores condições de trabalho nas Usinas.

Foi ainda durante o governo de Getúlio Vargas, além de vários sindicatos urbanos que foram criados devido ao reflexo da aprovação das Leis Trabalhistas, que foi fundado em 1937, em Campos dos Goytacazes, o Sindicato de Trabalhadores na Lavoura de Campos. Esse foi o primeiro sindicato de lavradores do Brasil, agrupando, sobretudo colonos das Usinas de Açúcar e das fazendas de cana (LINHARES et al, 2002).

Salvaguardado todo o contexto em que se deu o fato, foi justamente após a derrubada do primeiro governo Vargas, em 1945, e com o final da Segunda Guerra Mundial, que se teve um período de certa liberdade, o que possibilitou a organização das primeiras associações de lavradores e ligas camponesas a nível nacional. O que propiciou um verdadeiro levante de reivindicações sobre a Reforma Agrária a nível local e nacional. Como afirma Linhares et al (2002), foi nessa época que se começou a discutir no Brasil a necessidade de reforma agrária, como caminho para promover o desenvolvimento da economia do país.

Sobre a evolução destas discussões, segue uma importante citação de Linhares et al (2002):

“Como resultado dessas lutas dos trabalhadores, menos de um ano depois de assegurados os direitos trabalhistas e o direito à sindicalização no meio rural, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, havia um grande número de sindicatos municipais agrupados em federações estaduais (no estado do Rio de Janeiro, a Falerj, depois a Fetag-RJ) e na Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) em nível nacional.” (LINHARES et al, 2002).

Passados os anos, com o esfriamento das discussões sobre a reforma agrária durante o governo militar, mesmo após o advento do Estatuto da Terra em 1964, tivemos a eleição de Leonel Brizola ao governo do estado em 1982, quando se reiniciou o debate sobre o meio rural do Rio de Janeiro. Ocorre também, em 1984, a criação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, realizado de 21 a 24 de janeiro de 1984 em Cascavel, no estado do Paraná, que passou a assumir papel de protagonista nas disputas por terra no país e no Rio de Janeiro também, juntamente com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais e com membros da Comissão Pastoral da Terra.

Já nos anos de 1990, o setor sucroalcooleiro entra em crise. O modo de produção extensiva da cana perde espaço econômico e político com o crescimento da indústria petrolífera no Norte Fluminense. Macaé suplanta a importância econômica que o município de Campos sustentava desde períodos coloniais. O PROALCOOL, já não mais supria a crise financeira da burguesia canavieira, já que foi extinto pelo governo Collor logo depois da posse. O resultado disso foi a falência do modelo de produção de açúcar e álcool, culminando com o fechamento de importantes Usinas da região.

Com a crise na agricultura canavieira, chegamos até a última década do século XX, com o crescimento das lutas pela terra em todo o estado, onde tivemos a proliferação das ocupações de terra em que os alvos eram as falidas Usinas de Açúcar.

“Nos anos 90, o quadro de crise no setor canavieiro agravou-se ainda mais. Foi nesse momento que diversas usinas do Norte Fluminense abriram processo de falência. Essa foi uma estratégia utilizada para contornar o elevado endividamento junto aos setores público e privado, assim como o grande número de processos judiciais movidos pelos trabalhadores por

dívidas e uma série de irregularidades trabalhistas” (LINHARES et al, 2002).

Linhares et al (2002), ainda lembra que os trabalhadores da cana de Campos, vinham desde 1985, realizando campanhas anuais reivindicando melhorias salariais, o que implicou em movimentos grevistas e outras formas de luta, tamanha era a exploração impetrada pelos donos das fazendas e das usinas na região.

Com o fechamento das Usinas não temos somente o impacto da demissão sumária de centenas de trabalhadores das fábricas, temos também a liberação de grande quantidade de trabalhadores temporários do processo de corte da cana. Com o fim das Usinas, diminui também o espaço para a plantação de cana, e com o fim das lavouras a substituição imediata é por atividades poupadoras de mão de obra, nesse caso, quem assume esse papel é a pecuária extensiva.

Neste contexto de crise do setor sucroalcooleiro, fechamento de dezenas de usinas da região, milhares de trabalhadores rurais desempregados e sem-terra, o resultado foi a geração de uma forte demanda pela solução da questão agrária da região. Com isso, vários mecanismos de fixação da mão de obra no campo se sucederam, com o objetivo de converter a mão de obra desempregada das usinas em agricultores familiares, transformando as características produtivas da região, que historicamente estava vinculada ao modelo monocultural da cana, existindo um percentual considerável de pequenos produtores que têm na sua composição de renda a produção de animais. Sendo marcante a pecuária bovina que é produzida tanto pelos grandes proprietários, quanto pelos pequenos com ou sem terra. Estes em geral, utilizam pastos na beira de rodovias (PEIXOTO et al, 2001).

No processo de ocupações das antigas Usinas, participam tanto os trabalhadores que foram demitidos das usinas, quanto os boias-frias que foram dispensados das fazendas canavieiras. Somados a esse contingente temos também os antigos colonos das fazendas que ao permanecerem em suas casas dentro do perímetro da propriedade, apoiaram as ocupações e se mantiveram em seus lotes como ação prioritária do INCRA¹¹, a de privilegiar aqueles trabalhadores oriundos dos empreendimentos desapropriados. O INCRA, por sua vez, foi uma resposta (dentre outras) do golpe de 64 à questão agrária.

Em 1964, os militares brasileiros voltaram sua atenção para uma revisão abrangente das políticas agrárias, destacando-se a reforma prioritária. Em 30 de novembro de 1964, durante o governo de Castelo Branco, foi promulgada a lei nº 4.504, que instituiu o "Estatuto da Terra". Este marco legislativo deu origem ao Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e ao Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), substituindo a antiga Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA) estabelecida em 1962 durante o governo João Goulart. Em 9 de julho de 1970, o Decreto-lei nº 1.110 consolidou o IBRA e o INDA, criando assim o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A partir de 1970, o governo federal implementou diversos programas especiais de desenvolvimento regional. Destacam-se o Programa de Integração Nacional - PIN (1970), o Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste - PROTERRA (1971), o Programa Especial para o Vale do São Francisco - PROVALE (1972), o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA (1974) e o Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE (1974).

Na década de 1980, emergiu o POLONOROESTE, cujo impacto inadvertido contribuiu para o desmatamento significativo na região norte do Brasil. Os conflitos pela posse de terra aumentaram, levando à criação do Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários e dos

¹¹ INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Autarquia federal, vinculada a Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Grupos Executivos de Terras do Araguaia/Tocantins (GETAT) e do Baixo Amazonas (GEBAM).

Em 10 de outubro de 1985, durante a presidência de José Sarney, foi elaborado o "Plano Nacional de Reforma Agrária" (PNRA), conforme previsto no Estatuto da Terra. Para implementar o plano, foi criado o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e a Reforma Agrária (Mirad), cujos resultados, após quatro anos, foram considerados limitados.

Em 1987, o Incra foi extinto, e o Mirad encerrou suas atividades em 1989. A responsabilidade pela reforma agrária foi transferida para o Ministério da Agricultura. Entretanto, em 29 de março de 1989, o Congresso Nacional reverteu a extinção do Incra. Apesar dos desafios financeiros e da falta de apoio político, o Incra passou a ser vinculado diretamente à Presidência da República e, em 29 de abril de 1996, foi incorporado ao recém-criado Ministério Extraordinário de Política Fundiária.

Em 14 de janeiro de 2000, o decreto nº 3.338 estabeleceu o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Em maio de 2016, durante o governo do presidente Michel Temer, o Incra e outras cinco secretarias responsáveis por políticas de reforma agrária foram transferidos do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário para a estrutura da Casa Civil.

Em 2019, no governo do presidente Jair Bolsonaro, a autarquia foi novamente transferida para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Já sobre a criação do estatuto da terra, este foi um marco importante na história das políticas agrárias do país. Este evento teve origem durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, que assumiu a presidência em 1964 após o golpe militar.

O Estatuto da Terra foi promulgado por meio da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Essa legislação foi concebida com o propósito de reformar as estruturas agrárias do Brasil, buscando uma distribuição mais justa e equitativa da terra, bem como o estímulo ao desenvolvimento agrícola.

A lei instituiu diversas medidas, incluindo a criação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), que substituíram a antiga Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), estabelecida em 1962 durante o governo de João Goulart.

Posteriormente, em 9 de julho de 1970, por meio do Decreto-lei nº 1.110, o IBRA e o INDA foram unificados, dando origem ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O Estatuto da Terra estabeleceu diretrizes para a promoção da reforma agrária, regularização fundiária, estímulo à produção agrícola, entre outros aspectos relacionados à posse e uso da terra no Brasil. Vale destacar que ao longo dos anos, a implementação e eficácia das medidas previstas no Estatuto foram objeto de diversos debates e ajustes, refletindo as mudanças políticas e sociais ocorridas no país.

2.3.2 O Sul Fluminense e o Vale do Paraíba

O Vale do Rio Paraíba do Sul, regionalmente conhecido apenas como Vale do Paraíba, é uma região de grande importância no contexto agrário do estado. Compreendendo parte das áreas litorâneas e serranas. Possuindo também, características geográficas e climáticas que moldam suas atividades agrícolas e econômicas. Região de topografia acentuada, característica do Mares de Morro, o Vale do Paraíba, protagonizou um dos eventos mais importantes da economia do estado do Rio de Janeiro o apogeu do ciclo do café e a decadência econômica da região, em prol do processo de industrialização pelo qual passou o estado no início do sec. XX.

Assim como a região Norte do estado, a produção de cana de açúcar teve relativa importância na região sul. Contudo, devido aos aspectos edafoclimáticos e topográficos a região

não alcançou o status econômico protagonizado pela baixada campista. Contudo, com as mudanças político/sociais e econômicas pelas quais passou o sec. XIX, o quadro econômico da região mudou, assumindo a relevância necessária para o enriquecimento da oligarquia rural do sul fluminense. Falemos um pouco mais sobre as características econômicas e produtivas da região.

O Vale do Paraíba é marcado por sua diversidade geográfica, que inclui áreas planas próximas ao litoral, terrenos ondulados e áreas mais elevadas nas serras. Essa variação de altitudes influenciou diretamente não só a forma de ocupação territorial, mas também, os tipos de culturas que poderiam ser cultivadas na região, mas que tivessem importância econômica relevante para os poderes oligárquicos locais. Podendo variar de culturas tropicais nas áreas mais baixas a culturas adaptadas a climas mais amenos nas áreas mais elevadas, o Vale do Paraíba se tornou importante para a implementação da cultura cafeeira na virada do século XIX para o XX. O Clima favorável promoveu o protagonismo necessário para a consolidação da produção de café. Portanto, historicamente a produção de café, começa no Vale do Paraíba Fluminense e vai subindo para São Paulo, mas com outros atores sociais e constituindo outras relações de caráter econômico e social, que não nos cabe a discussão nesse presente momento.

Geograficamente falando, o clima do Vale do Paraíba é influenciado por sua proximidade com o oceano e pela presença das serras. Nas áreas mais próximas ao litoral, o clima é mais quente e úmido, caracterizado pelo clima tropical-úmido, favorecendo o cultivo de frutíferas, como banana, abacaxi, manga e até mesmo da cana-de-açúcar em períodos que atendem ao ciclo do café. À medida que se avança em direção às áreas serranas, as temperaturas diminuem, tornando o clima mais ameno e adequado para olericultura.

Nesse caminho o Vale do Paraíba protagonizou uma tradição histórica no cultivo de café. Nas áreas mais altas das serras, especialmente na região de Vassouras e Barra do Pirai, o clima ameno e as condições de altitude são propícios para o cultivo de café de alta qualidade, o que hoje chamamos de café gourmet, se comparando ao que produzimos na serra do estado do Espírito Santo. Contudo, nem sempre a produção foi voltada para esse tipo de consumo, sendo a economia cafeeira a mola propulsora da industrialização do estado do Rio de Janeiro, o que se observou na região foi uma produção voltada para a o abastecimento do mercado externo, sem preocupação com técnicas elaboradas de cultivo, o que propiciou o esvaziamento nutricional do solo, enfraquecimento e empobrecimento do mesmo, provocando extensas áreas de erosão e de falência econômica, como veremos a seguir.¹²

a) Desenvolvimento do ciclo do café no Vale do Paraíba

Historicamente falando, o cultivo de café foi introduzido no Brasil desde o século XVIII, inicialmente na região Norte do país. No entanto, a cultura do café ganhou destaque no Vale do Paraíba durante o século XIX. A região oferecia condições climáticas e de solo favoráveis para o cultivo desse produto, o que impulsionou seu rápido desenvolvimento, aliado as condições econômicas internacionais, como a falência da produção francesa na colônia do Haiti e os estertores econômicos e de mão de obra resilientes das atividades produtivas da capital do país. Sobre esse elemento segue importante contribuição de Furtado (2007):

¹²Sobre o empobrecimento do solo, vale salientar que as técnicas agrícolas utilizadas favoreciam os processos erosivos e a desagregação de atributos edáficos. O modelo de plantio chamado “Morro Acima”, não respeitava as curvas de nível nas elevações montanhosas, fazendo o plantio em linhas retas de cima para baixo, o que devido ao alto índice pluviométrico da região, ao mesmo tempo que favorecia o crescimento e desenvolvimento da planta, provocava através dos processos de lixiviação, o carreamento da camada superficial, levando consigo, através das enxurradas, nutrientes e componentes aglutinadores do próprio solo. Atingindo assim o componente microbiológico, desagregando partículas e provocando a dissociação do mesmo. Teremos como resultado enormes facões de deslocamento superficial e profundo, que posteriormente formarão o que chamamos em agricultura de “voçoroca”. (SILVA et al, 2012; SILVA et al, 2021).

“... pela metade do século ... (sec. XVIII) ..., entretanto, já se definira a predominância de um produto relativamente novo, cujas características de produção correspondiam exatamente às condições ecológicas do país. O café, se bem que tivesse sido introduzido no Brasil desde o começo do sec. XVIII e se cultivasse por toda parte para fins de consumo local, assume importância comercial no fim desse século.” (FURTADO, 2007).

O Furtado (2007) chega a dizer que o café bancou a unidade nacional financiando o exército brasileiro para resistir aos movimentos nativistas. O café do Vale do Paraíba foi o coração econômico na maior parte do século XIX. A bandeira do Império tinha um ramo de café cruzado com o de fumo.

Com o crescimento do valor internacional do produto e com o aumento da demanda da produção para exportação, principalmente para Europa e Estados Unidos, houve incremento econômico, o que estimulou os fazendeiros a expandirem suas plantações e investirem cada vez mais na cultura do café. A região do Vale do Paraíba tornou-se o principal polo de produção de café no Brasil, rivalizando com outras áreas produtoras. Contudo, a franca expansão da produção cafeeira no Vale do Paraíba, bem como da utilização de técnicas não preservacionistas de produção, promoveu a degradação acelerada do solo e a falência da produção local. Sobre esse ponto, abordaremos mais detalhadamente à frente.

Sobre os aspectos econômicos, passados os primeiros dez anos da independência, o café já contribuía com cerca de dezoito por cento do valor das exportações nacionais, atingindo o patamar de terceiro lugar depois das culturas do açúcar e do algodão maranhense (FURTADO, 2007). Nesse ponto Celso Furtado (2007) salienta que passadas mais duas décadas, o café já atingia o patamar de primeiro lugar na economia exportadora do país, representando mais de quarenta por cento do valor das exportações.

“...Conforme já observamos, todo aumento que se constata no valor das exportações brasileiras, no decorrer da primeira metade do sec. XVIII, deve-se estritamente à contribuição do café.” (FURTADO, 2007).

Com a consolidação do café como principal produto de exportação, o desenvolvimento de sua produção se concentrou, como já foi esclarecido anteriormente, na região sul fluminense, localizada mais próxima da capital do país. Isso se deu, devido a relativa abundância de mão de obra, em consequência, como assevera Furtado (2007), da degradação da economia mineira. Outra questão levantada pelo referido autor é justamente a proximidade do porto, o que favorecia a solução do problema do transporte, lançando mão do veículo que existia na época, como ele mesmo afirma, a mula. Concluindo então, que dessa forma, a primeira fase da expansão cafeeira se realiza com base no aproveitamento dos recursos pré-existentes e subutilizados.

Além dos aspectos econômicos, abordados anteriormente, outro elemento marcante da produção cafeeira no Vale do Paraíba, foi exatamente a questão ambiental. A expansão da produção de café impactou frontalmente a paisagem do Vale do Paraíba. As grandes extensões de terras foram desmatadas para dar lugar às plantações de café. Montanhas e colinas foram modificadas para criar terraços que acomodassem as plantações em encostas íngremes, que para a tecnologia da época, dificultava o respeito às curvas de nível. Sendo assim, o plantio se deu em linhas retas de cima para baixo, o que, associado à introdução das monoculturas de café, promoveu processos erosivos e a diminuição da biodiversidade. Boa parte da paisagem da rodovia Rio – SP é testemunha disso.

O crescimento acelerado da produção de café no Vale do Paraíba gerou uma demanda voraz por mão-de-obra. Devido à intensidade do trabalho nas plantações, muitos fazendeiros

recorreram à escravidão para atender às suas necessidades de trabalho. Isso levou a um aumento significativo no tráfico de escravos para a região, contribuindo para a expansão do sistema escravista e deixando um legado doloroso na região, caracterizada pela concentração de terras e superexploração da mão de obra. Veremos mais a frente que esse modelo agroexportador, ligado diretamente aos preços do mercado externo, oscilará para mais e para menos, levando a economia da região à bancarrota.

Agora, avançado um pouco mais na evolução do ciclo do café, este trouxe um grande acúmulo de capital para a oligarquia rural do Vale do Paraíba. Em que pese as devidas diferenças entre as economias cafeeiras e da cana de açúcar, bem como o valor monetário menor do café, em relação a cana, a cultura cafeeira é perene, demandando baixos influxos de investimento para recompor o plantio, diferentemente da cultura da cana de açúcar, como vimos no Norte/noroeste fluminense. Com os incrementos dos preços internacionais e com baixos custos em mão de obra e plantio, a elite rural do café, tornou-se influente não apenas economicamente, mas também politicamente. Sua prosperidade foi refletida em mansões luxuosas com mobiliário importado da França, infraestrutura e investimentos em educação e cultura. Contudo, essa relativa pujança econômica não se sustentaria por um longo período.

O ciclo do café eventualmente entrou em declínio devido a uma série de fatores, incluindo a exaustão do solo, as crises internacionais de mercado e a abolição gradual da escravidão. Com o passar do tempo, a produção e exportação de café foram gradualmente superadas por outras atividades econômicas, marcando o fim desse período de crescimento acelerado. O ciclo do café deixou um impacto duradouro na região do Vale do Paraíba, com suas marcas visíveis na arquitetura, cultura e economia da área. Mesmo após o declínio do ciclo, a história desse período continua a moldar a identidade e o patrimônio da região até os dias atuais.¹³

2.3.3 Atualidade econômico/produtiva do Vale do Paraíba

Para além das culturas vegetais, que caracterizam a região do Vale do Paraíba, a pecuária também é uma atividade que assume certa relevância na produção e economia local. As condições climáticas e topográficas favorecem a criação de gado bovino leiteiro de alta produtividade. A produção de laticínios desempenha um papel significativo na economia rural da região, sendo marcada por médios e grandes produtores de leite. Isso contribui para o aquecimento da produção animal local.

Além das atividades agropecuárias, outro ramo da economia que se estabeleceu em decorrência do clima ameno, foi o turismo. O Vale do Paraíba tem vivenciado um crescimento no turismo rural e nas práticas de agroecologia. Muitas propriedades rurais abriram suas portas para visitantes interessados em conhecer a vida no campo, participar de atividades agrícolas e adquirir produtos frescos diretamente dos produtores. A agroecologia e a produção orgânica desempenhada pela agricultura familiar e assentados de reforma agrária, ganharam destaque, atendendo à demanda por alimentos mais saudáveis e sustentáveis nos circuitos curtos da cadeia produtiva da região.

Em suma, podemos dizer que o espaço agrário do Vale do Paraíba é caracterizado por sua diversidade de culturas, influenciada pelo relevo, clima e tradições locais. A região desempenha um papel importante na produção de alimentos, na economia rural e na promoção de práticas agrícolas sustentáveis, tendo a agricultura familiar desempenhado um papel central no desenvolvimento econômico da região. Muitas propriedades agrícolas são operadas por famílias que têm se dedicado a essa atividade ao longo de gerações. Essa tradição agrícola não

apenas mantém a cultura rural viva, mas também contribui para a produção local de alimentos e para o fortalecimento da identidade da região.

2.3.4 Caracterização do assentamento Roseli Nunes, Piraí-RJ

O assentamento Roseli Nunes, foi criado em 2006, a partir de um processo demorado de desapropriação da antiga fazenda CESBRA e está situado na região do Médio Vale do Paraíba, no município de Piraí, no estado do Rio de Janeiro. O assentamento foi criado a partir de pressões do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST junto ao INCRA (Instituto Nacional de Colonização e reforma Agrária). O mesmo se deu em decorrência do não cumprimento da função social da terra por parte dos antigos donos da fazenda. (BALTAR & PEREIRA, 2012; TAVARES et al, 2010).

Sobre a caracterização das famílias que foram assentadas no Roseli Nunes, Tavares et al, 2010 aponta as seguintes argumentações:

“... Ao todo foram assentadas 45 famílias, que, em sua maioria, era proveniente do meio urbano, tendo como origem os centros urbanos de Volta Redonda, Barra Mansa e Barra do Piraí, além da baixada fluminense, algumas famílias vieram da zona rural, tendo sua origem no mesmo município do assentamento ou em áreas circunvizinhas...” (TAVARES et al, 2010).

As famílias assentadas se dividem nos trabalhos com as lavouras e com a produção de animais para a produção de leite, carne e ovos. Os produtos são escoados de forma local, nas feiras do próprio município ou em vendas diretas aos consumidores da região. A topografia do assentamento é bastante acidentada, dificultando, em alguns lotes, determinadas variedades produtivas. Nas áreas de baixada, se produz hortaliças e olerícolas, enquanto nas áreas mais montanhosas e íngremes, as famílias aproveitam para a produção de aves e ovos, bem como na criação de pequenos ruminantes.

A rotina do assentamento se divide entre os períodos de plantio e colheita, bem como nas reuniões e oficinas promovidas pelo próprio MST e universidades parceiras. Boa parte dos assentados também trabalham de forma temporária ou permanente em trabalhos no centro urbano da cidade. Medida esta, necessária para a complementação da renda da unidade familiar. Além de ter acesso aos programas sociais oferecidos pelo próprio município e governo federal, como os auxílios e bolsas, característicos dos programas de transferência de renda direta, que também tem grande importância na conformação da renda da unidade familiar.

No assentamento não existe uma escola rural, as crianças e jovens são atendidos pelas escolas que ficam na periferia urbana da cidade. Mas, o assentamento é atendido por linhas de ônibus urbanos, bem como com os ônibus escolares.



Figura 1. Localização do PA Roseli Nunes, com a sede demarcada em vermelho. Possível observar a topografia acidentada do assentamento, bem como as áreas de preservação e áreas de cultivo. Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor.



Figura 2. Localização da sede do PA Roseli Nunes, em comparação com o centro da cidade de Piraí-RJ. Fonte: Google Maps, modificado pelo Autor.

2.3.5 Caracterização da província de Río Cuarto – Argentina

A província de Río Cuarto está localizada na região central da Argentina, ao sul da província de Córdoba (Figura 2). É uma região conhecida por sua diversidade econômica e produtiva, com um destaque especial para a agricultura e pecuária. No setor agrícola, a província de Río Cuarto é reconhecida pela produção de grãos, como soja, trigo, milho e girassol. Além disso, também se destaca na produção de oleaginosas, como o girassol, e na fruticultura, com cultivos de pêssigo, maçã, pera e uva. A pecuária é outro setor importante na região, com a criação de gado bovino e ovino.

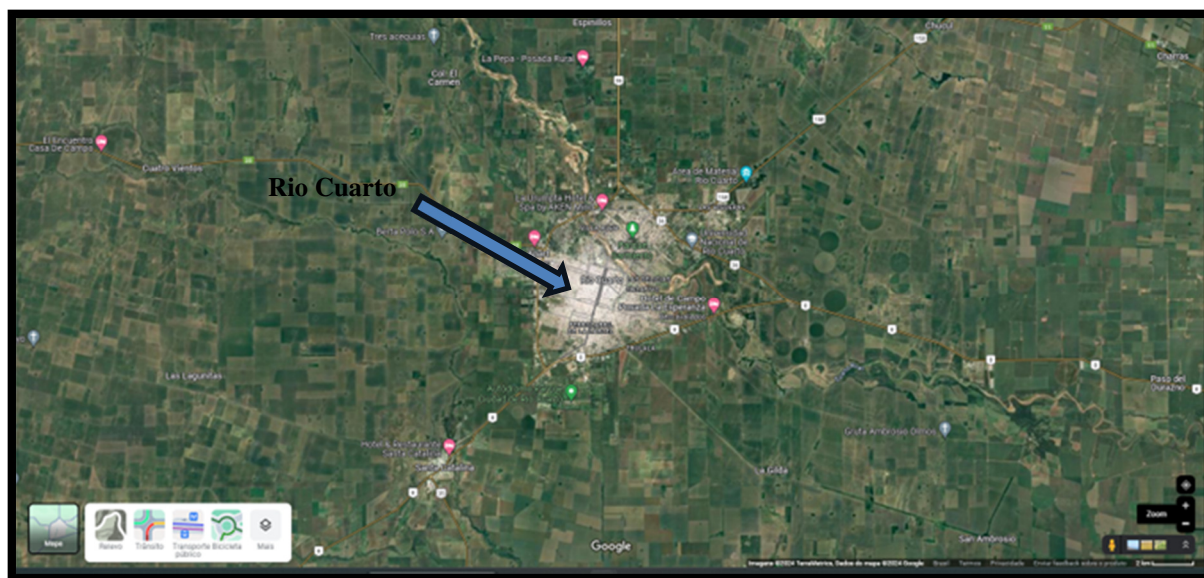


Figura 3. Localização da Província de Río Cuarto – Córdoba – Argentina – com sua área urbana e rural. Fonte: Google Maps, modificada pelo Autor.

Em termos de índices de desenvolvimento humano, a província de Río Cuarto apresenta indicadores socioeconômicos relativamente elevados em comparação com outras áreas da Argentina. A região conta com uma infraestrutura adequada, incluindo boas estradas e acesso a serviços básicos, como saúde e educação.

A economia local de Río Cuarto é diversificada, com destaque para a indústria alimentícia, beneficiamento de grãos, produção de laticínios e fabricação de maquinário agrícola. Além disso, o comércio e os serviços desempenham um papel significativo na economia local. Sendo uma região produtiva e economicamente ativa, com uma base agrícola sólida e uma diversificação crescente em outros setores. Sua localização estratégica no centro do país e sua infraestrutura adequada contribuem para o desenvolvimento e o bem-estar da região.

Quanto às ações de Assessoria técnica e extensão rural, Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), tem forte atuação em Río Cuarto. Como já foi explanado anteriormente, o INTA é uma instituição governamental Argentina, dedicada à pesquisa e desenvolvimento agrícola. Na província de Río Cuarto, O INTA realiza diversas ações, com o objetivo de melhorar a produtividade agrícola e pecuária, impulsionar a sustentabilidade ambiental e promover a inovação tecnológica.

Algumas das ações do INTA na região incluem a Pesquisa agrícola que realiza pesquisas científicas e experimentais para desenvolver novas variedades de cultivos adaptados à região, melhorar as práticas agrícolas e pecuárias, e buscar soluções para desafios enfrentados pelos produtores locais. O INTA oferece também programas de extensão rural, levando conhecimentos e tecnologias aos produtores rurais de Río Cuarto. Esses programas incluem treinamentos, capacitações, dias de campo e assistência técnica para promover boas práticas agrícolas, manejo sustentável dos recursos naturais e diversificação produtiva, promovendo, também, a transferência de tecnologia para os produtores. Isso inclui a disseminação de informações técnicas, o desenvolvimento de materiais didáticos e a organização de eventos para compartilhar conhecimentos.

Quanto ao fomento ao desenvolvimento rural o INTA apoia projetos e iniciativas que visam fortalecer as comunidades rurais de Río Cuarto. Isso inclui a promoção de atividades agroindustriais, a diversificação da produção, a agregação de valor aos produtos e o fortalecimento das organizações locais.

Tem ação também, ações de preservação ambiental, estando envolvido em ações de conservação ambiental, promovendo práticas sustentáveis de uso da terra, manejo da água e conservação da biodiversidade. Isso inclui a implementação de sistemas agroflorestais, manejo integrado de pragas e doenças, e promoção de práticas de produção mais sustentáveis.

Um dos principais programas de desenvolvimento do setor agrícola local é o *Pro Huerta* que como foi apresentado anteriormente, é um programa do Ministério do Desenvolvimento Social da Argentina, implementado em colaboração com o INTA e o SENASA (Serviço Nacional de Saúde e Qualidade Agroalimentar). O programa tem como objetivo promover a segurança alimentar e a agricultura familiar, fornecendo às comunidades rurais e urbanas os recursos e conhecimentos necessários para cultivar seus próprios alimentos.

Na província de Rio Cuarto, o Pro Huerta desenvolve uma série de ações para apoiar as famílias e as comunidades locais. O programa oferece treinamentos e capacitações para famílias e grupos comunitários interessados em cultivar seus próprios alimentos. Essas capacitações abrangem temas como horticultura orgânica, compostagem, manejo de pragas e doenças, criação de animais de pequeno porte e boas práticas agrícolas.

Ocorre ainda a distribuição de sementes e mudas. O programa fornece sementes, mudas e materiais necessários para iniciar os cultivos. As famílias participantes recebem variedades de sementes adaptadas à região, incluindo hortaliças, ervas aromáticas e medicinais, cereais e leguminosas. Ação esta, observada *in loco*. Importante salientar, que o serviço é prestado totalmente sem custo para a família rural e é seguido de acompanhamento contínuo por parte dos agentes de extensão do INTA. Sendo assim, o Pro Huerta oferece assistência técnica aos participantes, orientando sobre o manejo dos cultivos, fornecendo recomendações para maximizar a produção e auxilia na solução de problemas relacionados à agricultura.

O programa, ainda promove a troca de experiências entre os participantes, facilitando a criação de redes de apoio e a colaboração entre as famílias. Isso permite que eles compartilhem conhecimentos, experiências e boas práticas agrícolas, fortalecendo o vínculo comunitário e promovendo a aprendizagem coletiva.

Além do cultivo de alimentos, o Pro Huerta enfatiza a importância da educação alimentar e nutricional. O programa promove o consumo de alimentos saudáveis, a diversificação da dieta, a valorização dos alimentos locais e a conscientização sobre a importância de uma alimentação equilibrada.

3. METODOLOGIA

Para que possamos compreender a nuances que envolvem o contexto da pesquisa, fizeram-se necessárias as seguintes perguntas geradoras: Como e quando a extensão rural foi efetivamente implementada pelos governos tanto da Argentina, quanto do Brasil? Em que ponto esse processo foi afetado pelas políticas externas de expansão do capitalismo no pós-segunda grande guerra? E, por fim, como essas mudanças impactaram nas políticas de extensão rural em ambos os países, tanto na esfera do poder público quanto na dimensão das famílias camponesas. Sendo assim, para responder essas perguntas geradoras construímos um aparato metodológico, baseado em atributos qualito-quantitativos. Explorando as interfaces intercambiáveis do objeto em questão.

No início da nossa investigação, consideramos relevante o pressuposto de que a intervenção do Estado nas políticas públicas para o meio rural está diretamente ligada ao desenvolvimento do capital internacional, sendo balizada pelos acordos comerciais externos e pela valorização e intensificação cada vez maior de commodities para abastecimento dos países centrais (União Europeia e Estados Unidos) e periféricos em franca expansão econômica (China). Desta forma, a importância da Extensão Rural estaria diretamente ligada à transferência de tecnologia para a intensificação e aumento produtivo em escala para o abastecimento do mercado externo. Com isso, mesmo com o PRONAF, a agricultura familiar de bases camponesas fica à margem do processo de desenvolvimento rural, sendo afogada apenas por políticas locais e pontuais de seguridade social.

Para uma análise processual dos acontecimentos, buscou-se a comparação dos mecanismos que modelaram a extensão e o desenvolvimento rural tanto da Argentina, como do Brasil. Sendo países que compõe o cone sul, e politicamente o MERCOSUL (Acordo de Complementação Econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai)¹⁴, foi possível a aproximação econômica e histórica dos acontecimentos que marcaram a evolução da extensão rural nesses Estados Nação. Apesar do processo de colonização portuguesa e espanhola, guardarem determinismos e idiosincrasias, o meio rural de ambos os países em questão, foram impactados pelas políticas externas incorporadas pelos seus respectivos governos. Contudo, as respostas às influências externas se deram de forma temporal e econômica, distintas. Possibilitando assim, uma perspectiva dos fatos enriquecedora para o presente estudo.

Sendo assim, a abordagem qualito-quantitativa, nos possibilitou, um vislumbre dos meandros das políticas rurais de cada país estudado. Aproximando, então, os dados daquilo que se buscava entender. Ou seja, o desmonte neoliberal das políticas de desenvolvimento e extensão rural para a agricultura familiar de bases camponesas.

Ainda em tempo, sobre a análise qualitativa e o uso dos dados quantitativos na construção dos fatos abordados, vale salientar, como apontado por Vasilachis (1992) que:

“La práctica de la investigación sociológica nos muestra la presencia simultánea de una pluralidad de métodos cuya aplicación es posible con el fin de conocer un determinado objeto o fenómeno social.” (VASILACHIS, 1992).

Entendemos que, a metodologia proposta de natureza qualito-quantitativa, é necessária para compreender os processos e similaridades entre o desenvolvimento rural de ambos os

¹⁴Acordo de Complementação Econômica entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (MERCOSUL). O Acordo de Complementação Econômica nº 18, que estabeleceu o MERCOSUL, foi internalizado no ordenamento jurídico brasileiro pelo [Decreto nº 550, de 27 de maio de 1992](#). O Regime de Origem desse Acordo encontra-se no [77º Protocolo Adicional ao ACE 18](#) e foi internalizado pelo [Decreto nº 8.454, de 20 de maio de 2015](#). (Para mais informações, consultar o site do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO – GOVERNO FEDERAL BRASILEIRO).

países e localidades estudadas. Isso nos possibilita trafegar pelas diferentes dimensões do objeto, tangenciando o olhar dos técnicos de campo e das famílias camponesas. Enriquecendo assim, a triangulação dos dados coletados.

Além disso, a metodologia foi construída com base no estudo de caso do assentamento de reforma agrária Roseli Nunes, localizado no município de Piraí, estado do Rio de Janeiro. Objetivando identificar o grau de percepção dos assentados, referentes às políticas públicas de extensão rural desenvolvidas pelo governo federal brasileiro através do INCRA.

Ainda em tempo, esclarecemos que o acompanhamento das famílias assentadas se deu por meio da metodologia de observação participante, possibilitando sentir, viver e observar as questões do assentamento e de suas famílias assentadas. Entendemos que a observação participante, consiste num excelente recurso metodológico para pesquisa social, pelo fato de possibilitar inserção mais profunda nas práticas e representações vivenciadas pelas famílias camponesas assentadas. Por esse método o pesquisador acompanha, de modo mais próximo, o evento de sua investigação, permitindo-lhe maior decodificação dos imaginários, vocabulário, símbolos e ritos válidos e coerentes, com maior correspondência ao modo como os próprios assentados vivenciam sua prática agrícola. (PROENÇA, 2007; QUEIROS et al, 2007).

Importante salientar que, a análise comparativa entre os dois países se deu pela visão dos técnicos de extensão rural, que atuam nos diferentes programas ofertados pelos governos argentino e brasileiro. Podendo assim, identificar nas relações socio-organizacionais e institucionais, similaridades e diferenças, na dinâmica das políticas públicas para o desenvolvimento rural. Para tanto, foram aplicadas entrevistas com um questionário semi-estruturado, composto de perguntas abertas que buscaram expressar a compreensão dos técnicos e técnicas de campo e das famílias assentadas no Projeto de Assentamento Roseli Nunes, sobre o alcance das políticas públicas de extensão rural, bem como os impactos sofridos, ao longo dos anos de desmonte do aparato estatal sob as políticas neoliberais.

Sendo assim, os aspectos metodológicos da pesquisa foram distribuídos em três etapas. Como etapa número um, estabeleceu-se a coleta de dados secundários, objetivando a busca pela atualização do estado da ciência sobre o tema em voga. Em um segundo momento, lançamos mão da Observação Participante dos eventos estudados e, por fim, aplicamos entrevistas pelo uso de um questionário semiestruturado. Com isso, buscou-se respeitar, ao longo do trabalho de pesquisa, a multidimensionalidade da questão agrária no Brasil e na Argentina, dialogando com as interfases do desenvolvimento rural, políticas públicas de extensão rural e reforma agrária. Nesse sentido, as observações e anotações de campo, se constituíram como um importante material de análise, o que facilitou a triangulação dos dados colhidos durante todo o período pesquisado.

Para a coleta de informações, os métodos utilizados foram observação participante e a aplicação de questionário semiestruturado, com perguntas separadas pelas esferas: social, ambiental, econômica e institucional. As entrevistas foram aplicadas a nove famílias representantes da comunidade. No caráter de informantes privilegiados, suas percepções serviram como instrumento de fundamental importância para o recorte da realidade do assentamento. A análise de dados baseou-se nas reflexões do pesquisador, ora em voga, triangulando com as anotações de campo e as observações colhidas durante o trabalho de pesquisa.

Como foi apontado anteriormente, o assentamento Roseli Nunes, tem uma produção diversificada de olerícolas e pequena produção de animais, sendo seus produtos como ovos e queijos, além das hortaliças, vendidos nas feiras da região. O fato das famílias assentadas terem recebido assistência técnica pelo programa ATES/INCRA, que foi encerrado no ano de 2014 e de que, os próprios técnicos do MST terem dado continuidade nas assessorias após esse período, foi um dos principais motivos para a escolha desse assentamento, como foco de análise do resultado do programa ATES.

Para o início dos trabalhos, foi pedida a devida autorização aos dirigentes do assentamento, que é organizado pelo próprio MST. As visitas às famílias se deram sob o acompanhamento dos dirigentes, bem como, as famílias entrevistadas, também foram indicadas pela direção do MST. Além das entrevistas, foram feitas visitas de reconhecimento no assentamento, como parte das atividades do Observatório de Sociologia e Extensão Rural, fundado e dirigido pelo presente autor, estando vinculado institucionalmente ao Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Achados de Pesquisa

Vimos nos capítulos anteriores a evolução histórica da legislação brasileira sobre a extensão rural. Foi possível perceber que mesmo antes da promulgação das primeiras leis que regulavam o trabalho extensionista, já se praticava a extensão rural nos primórdios do desenvolvimento agrícola colonial. Acompanhamos também a formação das primeiras escolas agrotécnicas e das primeiras leis que regulamentavam as ações de assistência técnica e financiamento agrícolas.

Vimos também, a evolução da conjuntura econômica através dos diferentes governos que se sucederam em território brasileiro, organizando e reorganizando e, por vezes, desestruturando o sistema de assistência técnica e extensão rural. Que ao longo de sua conformação sofreu ou foi beneficiado segundo as intenções econômicas do governo ventão vigente. Com isso, foi possível perceber que mesmo com aparatos legais estabelecidos, sempre existiu a possibilidade da mudança de rumos, esta, por sua vez, ligada aos interesses daqueles que desde o princípio da exploração das terras brasileiras se perpetuaram no poder, criando condicionantes que os beneficiassem e que por assim dizer, controlavam a construção das políticas públicas para a extensão rural. O Agronegócio sempre esteve ligado às esferas de poder tanto nos governos nacionais, quanto nos governos locais (estaduais e municipais) o que afetara frontalmente as políticas de extensão.

Na Argentina, também podemos entender a evolução das políticas de extensão rural, passando principalmente pela estruturação do *Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária*, o INTA. Foi possível observar ao longo do debate que as mudanças na conjuntura nacional e internacional passando pelas alternâncias de governo, imprimiram mudanças na visão da atuação da extensão rural argentina. Sendo assim, para se falar de estrutura agrária argentina é importante conhecer a história do próprio INTA, que diferentemente da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), que se preocupa basicamente com a produção de novas tecnologias para o meio rural, o INTA, para além da inovação tecnologia, atua fortemente na extensão rural. O que por um momento nos parece um caminho mais promissor para o desenvolvimento do setor agropecuário nacional.

Contudo, assim como no Brasil e em toda a América Latina, a Argentina passou por números governos tanto democráticos, quanto ditatoriais, o que imprimiu diferentes mudanças e, por que não dizer, guinadas na política agrícola do país. E, o INTA, foi o instrumento de implementação dessas diferentes visões de construção das políticas agrícolas. Desde seu início visando uma extensão mais dialógicas, passando pela transferência de tecnologia e aplicação de pacotes tecnológicos até a mudança de rota visando o crescimento do modelo agroexportador.

Diante dessa gama diversa de acontecimentos que por um momento se pareciam com o que acontecia no Brasil e por outro se diferenciava de acordo com suas próprias diferenças estruturais e de ocupação territorial, o presente autor foi à campo para aplicação de questionários juntos aos agentes de extensão rural da Argentina, buscando entender como essas mudanças se processaram por dentro do próprio INTA e de que forma estratégias foram sendo elaboradas e reestruturadas pelos próprios extensionistas durante o período em que atuaram dentro do instituto.

A pesquisa se constituiu em três etapas. Considerando a primeira como a coleta de dados secundários consultando buscadores na rede mundial de computadores, além de documentários audiovisuais. A segunda etapa foi constituída de observação direta no campo e a terceira etapa das entrevistas propriamente ditas. Tanto no Brasil, quanto na Argentina, buscou-se entrevistar os principais agentes que, de acordo com critérios que englobavam o envolvimento destes com

as organizações locais e seu histórico na atividade extensionista. Possibilitando assim, um apanhado de informações que representassem o conjunto dos técnicos de campo, já que os entrevistados também foram caracterizados como informantes privilegiados em decorrência de sua inserção em suas próprias instituições.

4.2 A Visão dos Agentes de Extensão do INTA em Río Cuarto, Argentina:

O trabalho de campo na Argentina, ocorreu no período de 03 a 15 de agosto de 2018, na província de Córdoba no município de Río Cuarto. Foram ao todo cinco entrevistas com técnicos de campo e extensionistas rurais que atuam tanto no INTA como em parceria com a *Universidad Nacional de Río Cuarto*. Além das entrevistas, o trabalho de campo se deu através do conhecimento da rotina de atuação do INTA no município de Río Cuarto, além do acompanhamento do dia a dia do escritório (Agência – Oficina) do INTA no município.

O questionário se baseou em oito perguntas que desmembradas se conectavam, com o objetivo de perceber o grau de inserção do entrevistado/a em sua instituição, bem como sua percepção sobre as políticas gerais do governo nacional e as relações entre as mudanças de governo e sua influência nas ações do próprio INTA e da extensão rural na província de Córdoba.

Por motivos de privacidade e idoneidade da pesquisa, os nomes serão preservados, bem como não será determinado o gênero de quem concedeu a entrevista e, apesar de perguntarmos o cargo e função exercidos, não iremos expor no presente texto para que a identidade seja preservada.

A primeira pessoa entrevistada atua em diferentes projetos de extensão rural, bem como está há muito tempo dentro das instituições, nos expressando uma visão mais abrangente das mudanças políticas pelas quais a instituição passou. Sendo assim, suas respostas foram de importante contribuição para a percepção mais geral da evolução das políticas nacionais agrícolas e de extensão rural.

A segunda entrevista, foi com uma pessoa que está há pouco tempo na instituição, mas também atua em diferentes projetos de extensão, o que nos ofereceu uma visão com maior frescor das mudanças ocorridas nos últimos governos argentinos, bem como uma diferencia temporal no que diz respeito ao entendimento das mudanças gerais sofridas ao longo de toda a trajetória do INTA.

A terceira pessoa entrevistada, também nos mostrou uma visão mais ancorada a evolução da instituição, por estar inserida há bastante tempo em inúmeros projetos de extensão, foi possível a partir da conversa, entender os diferentes períodos por que passou o INTA, bem como as novas diretrizes que estavam se desenhando durante o governo Macri¹⁵.

A quarta entrevista, também foi com uma pessoa que atuava há pouco tempo dentro da instituição, mas que por sua vez também estava inserida em inúmeros projetos de extensão nos proporcionando uma visão mais recente das ações do INTA, contudo demonstrou diferenças de compreensão das mudanças estruturais pelas quais passou o INTA, se comparada com as respostas das entrevistas anteriores.

A quinta entrevista nos apresentou um apanhado geral das mudanças estruturais que passaram as políticas públicas para o meio rural argentino. Foi concedida por duas pessoas que estavam inseridas há longa data nos processos de assessoria técnica e extensão rural, possibilitando com sua riqueza de detalhes, o entendimento de como os sucessivos governos influenciaram diretamente nas ações institucionais do INTA.

¹⁵Maurício Macri foi presidente da Argentina de 2015 a 2019. Assumiu em 10 de dezembro de 2015, encerrando doze anos de governos kirchneristas (de Nestor Kirchner e Cristina Kirchner). Macri foi o primeiro presidente não-peronista em mais de 70 anos a concluir o seu mandato.

Com a análise dos dados coletados durante o trabalho de campo, foi possível perceber que apesar das diferenças de tempo de atuação no setor de extensão rural, bem como guardadas as diferenças dos trabalhos executados e do grau de inserção em suas instituições, foi possível perceber que as respostas estavam amarradas ao sentimento de que as mudanças ocorridas impactaram decisivamente no trabalho dos extensionistas. Tanto no que diz respeito ao repasse de financiamento como no enxugamento do quantitativo de mão de obra disponível para atuação em campo.

De certo que o INTA é uma instituição de abrangência nacional e que seus escritórios são distribuídos regionalmente e sendo assim, cada uma de suas agências atendem determinado tipo e número de público condizente com a aptidão produtiva da região. Mas, vale ressaltar que a província Córdoba abriga as duas maiores agências do INTA, sendo a de Córdoba (capital) a maior delas e a de Río Cuarto a segunda maior. E mesmo com essa estrutura e com a importância em decorrência das produções locais, no escritório de Río Cuarto emprega apenas nove funcionários, sendo que cinco são de nível superior, entre agrônomos e veterinários e quatro de nível técnico e de escritório.

Essa defasagem técnica foi observada no acompanhamento do escritório de Río Cuarto, configurando um quadro de constante crescimento da demanda, mas ao mesmo tempo um cenário de esvaziamento do quadro funcional da instituição. Lembremos que as entrevistas foram feitas no auge do governo de Mauricio Macri. Governo este, pró neoliberal e alinhado com a onda conservadora que abateu o mundo e a América Latina. Sendo assim, era de se esperar, que a política do estado mínimo também atingisse a Argentina e o INTA, voltando as políticas para o meio rural para o fortalecimento do agronegócio exportador, em detrimento do acompanhamento e promoção do desenvolvimento dos pequenos e médios agricultores rurais e urbanos que atendia o INTA.

Isso ficou evidente na entrevista de número três, quando feita a última pergunta, em que se pretendia compreender a visão que cada técnico teria sobre as mudanças de governo e sua influência nas ações do INTA, a resposta foi contundente em afirmar que naquele momento, se desenhava um rearranjo da estrutura do INTA, isso obviamente por dentro do governo Macri, e que pretendia o desmembramento da ação de pesquisa e inovação, do trabalho de extensão. Lembremos que, como foi abordado anteriormente, movimento similar fez o Brasil desde o início da estruturação da extensão rural se consolidando dessa forma com a formação da EMBRAPA (pesquisa) e da EMBRATER (Extensão Rural). Ou seja, duas instituições separadas em sua gênese e por assim dizer, por seu financiamento, que atuariam no mesmo setor e subjugadas pelo mesmo ministério, o da agricultura.

Mas, depois dessa importante consideração, voltemos para a evolução das entrevistas. As seis primeiras perguntas foram elaboradas com o objetivo de entender qual era o grau de envolvimento da pessoa entrevistada com a instituição em que atuava bem como sua função e seu grau de influência nas ações tomadas pelo escritório regional do INTA.

As respostas à essas perguntas, como se esperava, se detiveram ao caráter institucional, com cada pessoa entrevistada descrevendo o seu cargo e função, bem como as ações que faziam dentro da extensão rural. Contudo, essas perguntas nos possibilitaram separar *o lugar de fala* de cada um e assim, nos foi possível analisar os *por menores* das respostas. Como ficou clara a interpretação de que quanto mais tempo dentro da instituição, mais abrangente é sua visão sobre o processo como um todo e melhor é sua compreensão sobre as mudanças passadas pelo INTA ao longo dos anos.

Nesse sentido, nos pareceu clara a distinção entre os atores, onde os mais jovens ou aqueles que estão recentemente dentro do órgão, têm uma visão com mais frescor e com mais esperança, se comparadas às respostas dos mais velhos, formados há mais tempo, ou que estão no órgão há mais décadas. Estes, nos apresentaram certo pessimismo após anos de batalha contra as mudanças dentro do INTA e que naquele momento se mostravam sem perspectivas

de melhora substancial no atendimento das necessidades do setor atendido. Muito pelo contrário, o que se desenhava no período das entrevistas era um cenário de esvaziamento do financiamento e das ações de extensão rural.

Interessante ressaltar que na terceira entrevista a pessoa se mostrou muito apreensiva com as respostas que estava dando e falava expressando certo temor de pudesse sofrer alguma retaliação em decorrência das informações que estavam nos sendo passadas. Durante toda a entrevista falou em tom de voz baixo e com expressão facial de preocupação, o que caracterizava o medo de que algo pudesse acontecer. Na tentativa de entender melhor o que estava acontecendo, foi feita a última pergunta e a resposta foi contundente sobre o medo que todos tinham de serem demitidos em decorrência das novas diretrizes do governo nacional.

Ainda nessa entrevista, nos foi deixado claro que todas as mudanças recentes feitas pelo governo Macri estavam sendo implementadas de forma gradativa e escamoteadas por outras ações, como a redução dos repasses para o financiamento dos projetos para pequenos e médio agricultores e que assim, se enxergava de forma evidente a intenção do governo, de gradativamente desmontar a extensão rural no país em benefício dos grandes produtores agroindustriais. E com isso, se justificava o medo de demissão que nos apresentava a pessoa entrevistada.

Ainda sobre esse assunto é deveras importante ressaltar a nossa observação de que é interessante a diferença de visão entre os que têm mais tempo de atuação dentro do órgão, para aqueles que têm menos tempo e isso fica caracterizado na compreensão das mudanças por que passava o INTA durante o governo Macri. Aqueles que estavam há menos de dez anos no INTA, vivenciaram em sua trajetória, dois governos nacionais, o de Cristina Kirchner¹⁶ e o governo de Mauricio Macri. O primeiro com forte influência peronista e de ação do estado e o segundo seguindo a cartilha do estado mínimo. Nesse sentido, as mudanças implementadas por Macri eram vistas como o rompimento com os governos peronistas e de “libertação” do aparato público das mãos do Estado. No entanto, cabe aqui ponderar que, como a própria história nos provou, a política de estado mínimo teve consequências desastrosa para as economias periféricas da América Latina.

Voltando para o questionário, a pergunta sete, que se desmembra em letra A e letra B, bem como a pergunta oito, são perguntas mais gerais e que buscaram nos mostrar a percepção de cada entrevistado sobre as relações institucionais entre o governo nacional, as instituições de extensão rural, o INTA, os governos provinciais e o governo municipal. Além, de na oitava pergunta, fechamos a entrevista indagando sobre a opinião da pessoa entrevistada sobre a política agrícola do governo argentino.

Nessa parte a primeira entrevista nos apresentou muitos detalhes interessantes, além de demonstrar um profundo conhecimento sobre a evolução do próprio INTA, nos apresentou uma série de questionamentos que nos aproximam dos argumentos utilizados anteriormente e da literatura consultada para a construção do presente texto.

As respostas começam com a seguinte afirmação: *“o maior problema desse modelo organizacional é o trabalho individual”*, se referindo às ações do INTA voltadas para os pequenos e médios agricultores. Essa afirmação representa a grande preocupação com a falta do trabalho na coletividade, a falta de pensamento estratégico para emancipação do pequeno produtor, do agricultor familiar durante os anos que antecederam as mudanças dentro do INTA. Desta forma, ainda durante a entrevista, deixa claro que o foco na unidade individualizada, seja uma pessoa, seja uma unidade familiar, sem a compreensão da inserção autônoma e regional no mercado, só favorece aos grandes conglomerados agroindustriais. Essa afirmação corrobora

¹⁶Cristina Kirchner, foi presidenta da Argentina de 2007 a 2015. Foi a primeira mulher eleita presidenta do país em 28 de outubro de 2007, sendo que de 2003 a 2007, esteve na condição de Primeira-Dama, como esposa do falecido presidente Nestor Kirchner. Desde 2019, ocupa a vice-presidência da Argentina.

com o exposto no capítulo dois do presente texto, quando se caracteriza a fase agroexportadora (*agribusiness*) das ações do INTA.

Ainda nessa entrevista, mais a frente nos aponta a mudança de visão estratégica em 2003, exatamente quando assume o presidente Néstor Kirchner¹⁷. Nos descreve a “*mirada más social y territorial*” do governo alinhada às diferenças territoriais e a realidade social da agricultura familiar argentina. Historicamente os agricultores trabalhavam individualmente e as ações do INTA priorizavam os grupos e associações de produtores. Ainda nesta linha, aponta que em 2018 (governo Macri), além do esvaziamento das ações de extensão rural, houve aumento nos processos de concentração de capital, de terras e da produção, caracterizando a intensificação da agricultura empresarial, em detrimento dos arranjos locais de produção e da agricultura familiar.

Essa declaração contrasta frontalmente com o que foi apresentado pela entrevista de número cinco, que não declara o desconhecimento do processo que estava em curso, mas ainda assim, não aponta nenhum descontentamento ou problema observado com as ações do governo nacional sobre o INTA. Esse caso nos remete à nossa observação feita anteriormente neste tópico, já que o tempo de atuação no setor está diretamente relacionada à percepção da mudança e de suas consequências no trabalho junto às famílias dos agricultores. A pessoa entrevistada na quinta oportunidade tem cerca de 10 anos de atuação, enquanto a pessoa entrevistada de número um, tem mais de duas décadas de atuação. Por isso é importante identificar de que lugar nessa conjuntura, a pessoa está falando e, nesse caso, isso foi fundamental para o entendimento das respostas.

Ainda sobre as mudanças implementadas pelo governo Macri, a terceira pessoa entrevistada, ainda com muito medo em suas palavras, nos diz que as agências locais do INTA estão funcionando com menos recursos devido aos cortes do governo nacional. Nos mostrando grande insatisfação com as políticas implementadas à época, nos afirma que atua há mais de duas décadas com extensão rural, o que nos possibilita inferir que o sentimento de exaustão e de frustração com as políticas nacionais é real e inserido em seu espaço e tempo, fortalecido pelos anos de experiência e vivência com a extensão rural.

Do que foi descrito até aqui, foi possível perceber o quão inserido nas mudanças políticas nacionais está o INTA, que de acordo com as pretensões de cada governo assume uma conformação diferente, atuando ora em benefício de um público, ora em benefício de outro. Contudo, isso contrasta com o princípio maior da extensão rural que é o atendimento dos pequenos produtores, que historicamente ficam à margem do desenvolvimento econômico e social.

Por fim, é interessante ressaltar que todas as entrevistas nos apresentaram em maior ou menor grau, uma riqueza de informações que nos possibilitou a construção dos argumentos em torno das ações do INTA em Río Cuarto. Para além dos programas institucionais e do público atingido, as respostas às perguntas nos mostraram um quadro geral que apontava para o desmonte e separação da extensão rural de dentro do INTA. Gradativamente o governo àquele momento esvaziava o financiamento e colocava em xeque a existência das estruturas e a continuidade dos programas. Isso nos ajuda a entender quão nefasta é a política do estado mínimo e nos aproxima politicamente da realidade brasileira que também se desenha há décadas, com o desmanche das estruturas de extensão rural.

¹⁷governou de 2003 a 2007, quando abriu mão de sua candidatura em apoio à candidatura da primeira-dama Cristina Kirchner.

4.3 A Visão dos Extensionistas que Atuaram no Programa ATES/INCRA, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Com o desenvolvimento dos trabalhos de campo e acompanhamento das famílias assentadas concluído, partimos para mais uma etapa da pesquisa, as entrevistas com os técnicos que atuaram durante o programa ATES. Contudo, com o surgimento da pandemia de covid 19, as entrevistas que foram programadas para o primeiro trimestre de 2020, não puderam ser executadas. Entretanto, ainda em 2020, no segundo semestre, foram feitas as entrevistas de forma remota. Foi elaborado um questionário semiestruturado, composto de perguntas fechadas e abertas, dando a possibilidade dos entrevistados expressarem suas opiniões por escrito. Foram disponibilizados dois dias para o preenchimento do questionário, com o intuito de preservar a veracidade das informações coletadas e proteger a coleta de dados de possíveis interferências conjunturais político/econômica/social.

Foram elaboradas 12 questões que tentaram abordar os temas discutidos ao longo do texto e buscar informações relevantes para construção da narrativa dos extensionistas brasileiros. As três primeiras perguntas dizem respeito a coleta de dados profissionais, para que pudéssemos entender o lugar de fala de cada um dos entrevistados. Já as demais perguntas versam sobre o entendimento do papel extensionista, dificuldades e desafio na execução das atividades, relacionamento com poderes institucionais e sobre o papel do Estado como principal agente de fomento das atividades de extensão rural no Brasil.

Por motivos de privacidade e idoneidade da pesquisa, os nomes serão preservados, bem como não será determinado o gênero de quem concedeu a entrevista e, apesar de perguntarmos o cargo e função exercidos, não iremos expor no presente texto para que a identidade seja preservada. Além de não indicarmos de qual cooperativa estamos falando, por motivos de preservação dos direitos de dados privados.

Ao todo, obtivemos 18 questionários respondidos, o que nos propiciou uma boa margem para a análise, já que a diversidade de respostas favoreceu a interpretação dos dados obtidos, bem como a possibilidade de triangular as informações com os outros achados da pesquisa.

Para facilitar o entendimento do argumento a ser construído, apresentaremos as perguntas, seguida das respostas e da interlocução com as mesmas.

A primeira pergunta era apenas para caracterizar o quadro profissional que estava atuando no programa ATES, perguntando para os entrevistados qual era a sua profissão. Obtivemos uma distribuição equilibrada entre profissionais das ciências agrárias (Agrônomos, Eng. Florestais, gestores ambientais, tecnólogos em horticultura, profissionais do Direito), mas tivemos uma predominância de Médicos Veterinários, totalizando assim, 11% dos entrevistados. Mas, essa diferença não é relevante para os méritos da pesquisa, já que houve uma distribuição bem equilibra entre as demais áreas de formação, demonstrando o equilíbrio do corpo técnico, sendo uma das premissas do programa ATES, a ação multidisciplinar dos técnicos de campo.

A segunda pergunta versa sobre o tempo de atuação na cooperativa. O intuito deste questionamento era que pudesse nos apresentar o grau de maturidade nas respostas, já que a atuação na cooperativa em tempos mais largos, é determinante para que o entrevistado possa nos fornecer uma resposta mais alicerçada nos problemas e dificuldades enfrentados ao longo dos anos.

Nesse sentido houve uma predominância entre 5 e 10 anos de atividade (38%), seguidos de menos de 20 anos de atuação (22,2%) e de menos de 5 anos de atuação (16%). Como pode ser visto na Figura 4.

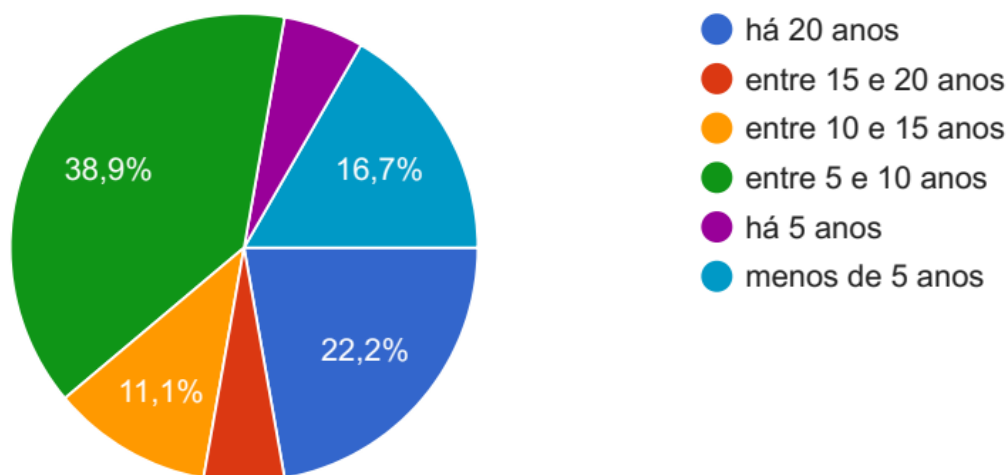


Figura 4. Gráfico das respostas da pergunta de número 2: “Há quanto tempo você trabalha na cooperativa?” Fonte: elaborada pelo Autor.

O que aparentemente pode ser um desequilíbrio nas respostas, nos possibilitou entender mais profundamente a experiência e a vivência dos entrevistados junto ao programa ATES. Como este foi fundado em 2014 e a entrevista foi feita em 2020, significa dizer que os 16%, não tiveram oportunidade de trabalhar neste programa. Contudo, vale ressaltar que as respostas destes entrevistados tiveram outro valor e significado, já que, os mesmos, experienciaram um período de profundo declínio das atividades de extensão rural no estado do Rio de Janeiro.

A terceira pergunta versava sobre os programas em que cada entrevistado trabalhou com extensão rural pela sua cooperativa e em qual período/ano executou os serviços. Assim, obtivemos uma diversidade de respostas, caracterizando o que foi apresentado na pergunta anterior. Há uma mescla de profissionais entre os mais experientes e os mais novatos. Essa diferença será discutida mais a frente, quando concluirmos o debate. Já que o número considerável de profissionais novos no mercado, também é um sintoma da fragilidade financeira dos programas governamentais de extensão rural.

Mas, ainda assim, é relevante a transcrição de algumas respostas que nos ajudaram a entender a distribuição de profissionais dentro da cooperativa.

Um dos entrevistados respondeu o seguinte:

“Projeto ATES - 2010/2011 - Participei da elaboração do Projeto para participação da licitação junto ao INCRA. Posteriormente, participei Coordenando a Equipe Técnica responsável pela elaboração de 5 PDAs e 3 PRAs, respectivamente Planos de Desenvolvimento e de Recuperação dos Assentamentos; simultaneamente, a mesma equipe atuava na ATER ao P. A. Santa Rosa, Magé/RJ.”

Outro também descreveu a sua vasta experiência de atuação:

“Ater creditícia INCRA em 2000/2001, Educação Ambiental MST em 2001, Planejamento Participativo em Conceição do Imbé PESAGRO em 2002, Maricultura complementar a pesca, IHAP Paraty em 2003, Elaboração do PEATER RJ em 2004/2006, ATES INCRA em 2005/2009, ATES INCRA em 2010, NUTRE Rio em 2011/2012, ATER Serrana em 2014 e ATER Noroeste em 2015.”

Além disso, obtivemos uma variedade de respostas que incluíam esses profissionais nas mais diferentes atuações no estado do Rio de Janeiro. Todos envolvidos com programas governamentais de extensão rural como ATE/INCRA, ATER/MDA (Assistência Técnica e Extensão Rural, financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário), dentre outras. Mas, o que mais nos impressionou nestas respostas foi a alternância de programas aos quais esses técnicos estavam vinculados. O que pode nos sugerir uma fragilidade e inconsistência nos próprios programas, o que leva os profissionais a buscarem dupla atividade ou outra colocação que seja mais segura política e financeiramente.

Isso fica notório quando observamos as respostas da próxima pergunta, que versa sobre problemas financeiros no projeto em que esses técnicos trabalharam. As respostas não foram unânimes, mas aqueles que responderam que sim, encontraram problemas financeiros na execução do seu projeto alcançou 88,9%. Ou seja, quase 90% dos entrevistados observaram problemas financeiros relacionados à execução de suas atividades nos programas governamentais de extensão rural, como pode ser observado na Figura 5.

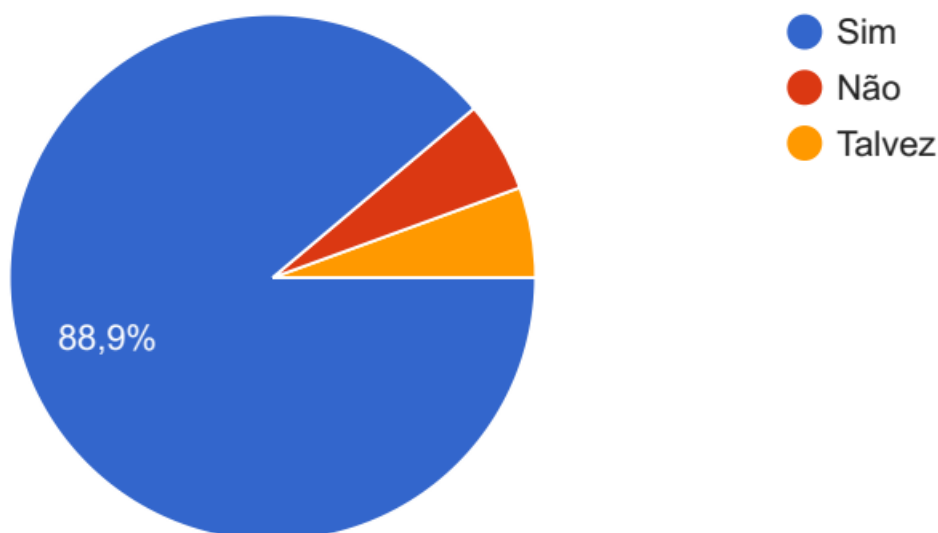


Figura 5. Gráfico das respostas à pergunta: “Você observou problemas financeiros no projeto em que trabalhou/trabalha?”. Fonte: Elaborado pelo Autor.

A próxima pergunta é condicionada à pergunta anterior, onde questionamos os entrevistados que responderam que sim, haviam observados problemas financeiros. Assim, perguntamos para estes se sabiam o motivo de tal situação financeira. Ao todo obtivemos 16 respostas nesse quesito, das quais 93,8% apontavam que os problemas financeiros eram devido aos atrasos nos repasses financeiros por parte da contratante/governo. E os demais 6,2%, responderam que os problemas eram causados pela modalidade de repasse de recursos por parte do governo, que por sua vez, é inadequado para o modelo de cooperativas prestadoras de serviço. Ou seja, ambas as respostas versam sobre a gestão e repasse de recursos pelo governo em seus programas de atuação de ATER. Isso de fato inviabilizaria uma austeridade financeira por parte das cooperativas, o que fragiliza o serviço e promove o esvaziamento de profissionais mais calibrados e com maior experiência na atuação em extenso rural. E para confirmar isso, uma das alternativas era *Devido à má gestão dos recursos por parte da cooperativa*, essa por sua vez não recebeu nenhum voto. Ou seja, é unânime a impressão por parte dos cooperados, que o problema não está na cooperativa e sim atrelados ao modelo de negócio adotado pelo

governo federal com os constantes atrasos nos repasses financeiros, que impactaram profundamente as finanças das cooperativas.

A próxima pergunta tem por objetivo identificar a percepção dos entrevistados sobre qual organização deve executar os serviços de ATER. Obtivemos 18 respostas, das quais 94,4% apontaram que os serviços de ATER deveriam ser executados tanto pelos governos, quanto pelas cooperativas e ONG (Organizações Não Governamentais), como pode ser visto na Figura 6:

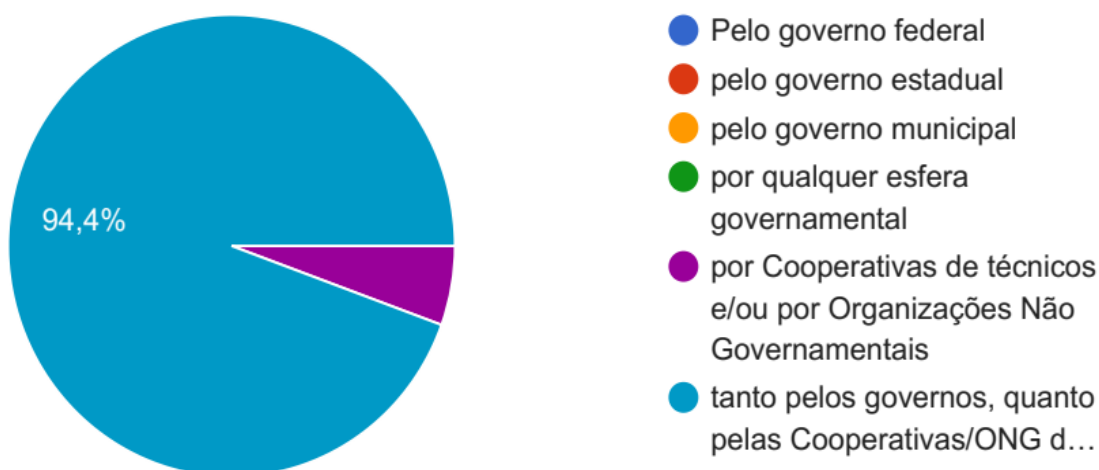


Figura 6. Gráfico com as respostas à pergunta: “Na sua opinião, a Extensão Rural deveria ser executada por:” Fonte: Elaborado pelo Autor.

Percebe-se que foi ofertada diversidade de alternativas a serem marcadas, contudo a maioria foi sobre um trabalho mesclado e equilibrado entre o ente público e as organizações da sociedade civil. No entanto, tivemos 5,6% dos entrevistados que responderam que os serviços deveriam ser executados somente pelas Cooperativas de Técnicos e ONGs, o que nos leva a entender que existe uma insatisfação relevante com a relação entre a cooperativa e o governo, isso pode estar atrelado aos problemas de repasse financeiro que foram abordados nas perguntas anteriores.

E nesse momento, perguntamos se na opinião do entrevistado, o trabalho de extensão rural exercido pela cooperativa era bem executado. Obtivemos uma predominância do SIM, alcançando 50%, contudo observamos algum grau de inconformidade sobre o trabalho executado, sendo que o TALVEZ, recebeu 33,3% e a resposta NÃO, obteve 16,7%. Isso acaba corroborando com o exposto anteriormente, podemos então interpretar essas respostas como estando relacionadas à insatisfação com a execução dos serviços devido aos problemas financeiros enfrentados pelas cooperativas e ao modelo de negócio do governo federal, que acaba enfatizando a fragilidade dos serviços.

Dando vazão as respostas da pergunta anterior, questionamos se o profissional, enfrentou ou enfrenta algum obstáculo ou resistência no trabalho de Extensão Rural. As respostas podem ser observadas na Figura 7:

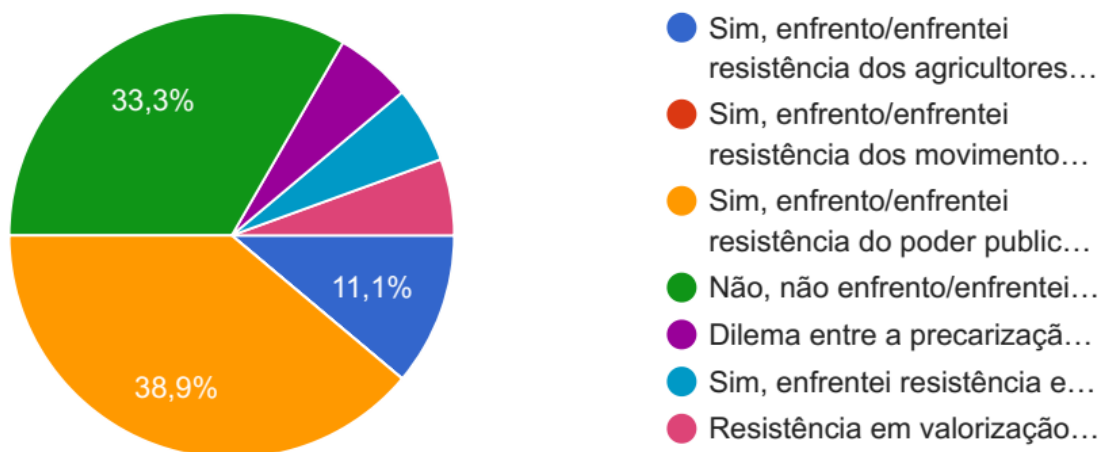


Figura 7. Gráfico com as respostas à pergunta: “Você enfrentou ou enfrenta algum obstáculo ou resistência no trabalho de Extensão Rural?”. Fonte: Elaborado pelo Autor.

Obtivemos então, 33,9% dos entrevistados respondendo que enfrentou ou enfrenta resistência na execução de seus serviços por parte do poder público e 33,3%, responderam que não enfrentaram nenhum problema ou resistência na execução de suas atividades. Além disso, o que é uma afirmativa muito importante, 11,1% responderam que enfrentam ou enfrentaram resistência por parte dos agricultores. Essas respostas temos que analisar com a devida precaução.

Tivemos 33,3% afirmando que não tiveram nenhuma espécie de problema, isso pode nos apontar para aqueles profissionais que tiveram uma pequena experiência com as atividades junto aos programas governamentais, já que, como analisado anteriormente, 16% dos entrevistados estão a menos de 5 anos na cooperativa e 38,9% estão de 5 a 10 anos na cooperativa. Como os programas de ATER estavam sendo finalizados em meados dos anos 2010, isso pode nos apontar para uma pequena vivência no programa ATES e no programa ATER. O que pode coincidir com a finalização dos empenhos governamentais às cooperativas, ou a um pequeno período de trabalho nestes projetos. De qualquer forma a prevalência é dos que enfrentam algum problema na execução das suas atividades, totalizando 50% das respostas.

Outro ponto importante a ser analisado, é o fato de 11, 1% respondem que enfrentaram resistência por parte dos agricultores. Isso pode ser explicado pela fragilidade dos programas, bem como pela falta de expectativas das famílias de agricultores em receber de fato, apoio governamental. Isso pode ser observado pelo interlocutor que vos escreve, em seus tempos de extensionista de campo.

A próxima pergunta, versa sobre a percepção dos profissionais sobre a política agrícola do governo federal. As respostas foram bem diversificadas, mas nos ajudaram a entender que existe um entendimento entre os entrevistados no sentido de que o governo federal foi insuficiente no atendimento da agricultura familiar, direcionando seu esforço para o fomento de produção de commodities, em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. Ainda assim, vale a transcrição de algumas respostas obtidas

Um dos entrevistados ofereceu a seguinte declaração:

“Instável, oscilante. A Política Agrícola, assim como outras, de caráter essencial, deveria ser uma política de Estado; portanto, estável, com percentuais de aplicação de recursos definidos e respeitados. No caso brasileiro, tal política é de governo; ou seja, sujeita ao governo de plantão. Assim, ainda que já tenhamos vivido períodos de bonança no período recente, atualmente nossa política agrícola vive um de seus piores momentos, com a total inversão de prioridades. Os agricultores familiares de menor porte

econômico (tradicionais ou assentados) viram escapar nos últimos 3 a 4 anos conquistas fundamentais como foram o Pronaf, PAA, Pnae, reduzidos em seus aportes financeiros. Aliás, o próprio MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário foi extinto, demonstrando claramente a inversão de prioridades, mencionada anteriormente.”

Outra resposta recebida foi a seguinte:

“A política agrícola do governo se dá por uma agência reguladora que no momento está priorizando as empresas governamentais e excluindo de forma abrupta as cooperativas e organizações sociais da colaboração. Torna-se no país uma assistência pronta sem a participação e construção coletiva da sociedade civil e entes governamentais.”

E segue abaixo as demais afirmativas que corroboram com o que foi exposto até aqui:

“...Política voltada para grandes e médios produtores e fatia muito pequena para os pequenos...”;

“...Equivocada...”;

“...Majoritariamente para o agronegócio e agricultura convencional...”;

“...Não é cumprida. A lei. Desde o Estatuto da terra até a lei de ATER, passando pela não atuação dos Conselhos e o fiasco do Crédito Rural...”;

“...Seletiva e excludente...”;

“...Péssima...”;

“...No momento, inexistente...”;

“...Prioriza agronegócio e não a agricultura familiar...”;

“...Governo hoje não uma política que contemple AF. Defensor do agronegócio...”;

“...Falta de investimento aos pequenos agricultores...”;

“...Está centrada no agronegócio e a agricultura familiar tem papel periférico...”;

“...Setor que deveria ter um olhar mais cauteloso com providências imediatista. Muito fraca para a Agricultura Familiar e com muitos recursos para o agronegócio Ruim...”;

“...Perfeita no papel, difícil de executar. Os atrasos no repasse por parte do governo dificultam a assistência técnica continuada...”.

Nesse sentido é possível perceber a insatisfação relevante apontada pelos entrevistados, o que nos ajuda a entender o que foi exposto anteriormente e mesmo que alguns entendam que não enfrentaram dificuldades, as respostas referentes a política agrícola formaram em uníssono, uma veemente insatisfação com a ação do governo federal no meio rural.

A próxima pergunta aborda a percepção dos entrevistados sobre se há diferença relevante entre os apoios institucionais para a produção de *comandities* e os incentivos governamentais para a agricultura familiar. Pergunta: *Para você, existe diferença relevante entre os apoios institucionais para a produção de comandities e os incentivos governamentais para a agricultura familiar?* Nesse caso a resposta foi unânime, todos os entrevistados responderam que: SIM.

A próxima pergunta foi a seguinte: Em relação à produção de tecnologia para o meio rural, como você enxerga a relação entre a difusão de pacotes tecnológicos e a ação dos técnicos de extensão. Existe alguma diferença entre Difusão tecnológica e Extensão Rural? O maior número de respostas afirmou que SIM, contabilizando 88,8% e 11,1% responderam talvez. Apesar dessa aparente divergência na concepção da extensão rural, nenhum entrevistado respondeu que: NÃO. O que nos leva a acreditar que a percepção de que a grande maioria dos entrevistados entende a extensão rural como um processo dialógico de construção do conhecimento em pé de igualdade com a família rural. No entanto, os 11,1% representam um relativo de conhecimento dos princípios da extensão rural. Isso pode estar relacionado com a baixa idade dos entrevistados e com a pouca experiência de atuação no campo.

A pergunta seguinte versa sobre a compreensão dos profissionais sobre o papel das políticas para o setor rural brasileiro. Nesse quesito, obtivemos as seguintes respostas que podem ser observadas na Figura 8.

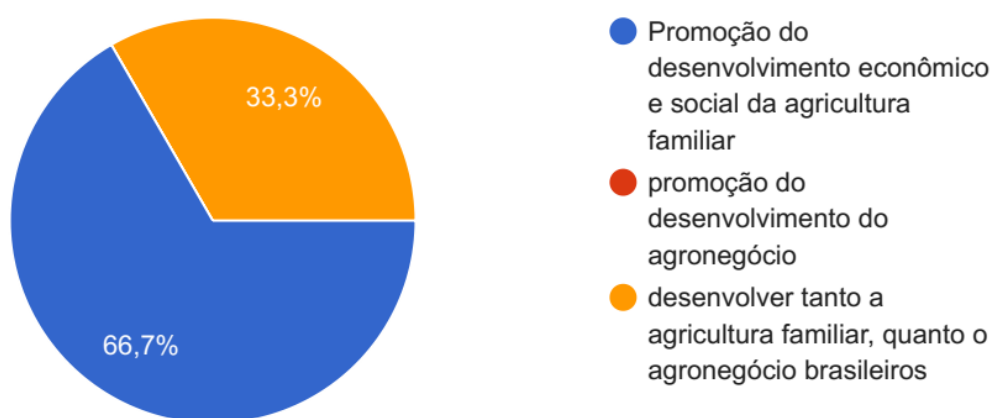


Figura 8. Gráfico com as respostas à pergunta: “Em sua opinião, qual deveria ser o papel das políticas públicas para o setor rural brasileiro? Fonte: Elaborado pelo Autor.

As respostas obtidas nos apontam para a percepção de que as políticas públicas para o setor rural brasileiro devem apoiar o desenvolvimento da agricultura familiar (66,7%), mas também apontam que deve existir um equilíbrio no direcionamento das políticas públicas, que devem atingir tanto a agricultura familiar, quanto o agronegócio. Isso nos aponta que existe o entendimento de o governo federal deve priorizar a agricultura familiar, mas sem deixar de apoiar o agronegócio brasileiro, isso pode estar relacionado com o entendimento de a agricultura familiar deve se desenvolver para que possa se tornar competitiva no mercado capitalista brasileiro.

E a próxima e última pergunta, versa sobre o que os entrevistados acham sobre o papel e a função social da extensão rural. Para que possamos seguir com a argumentação é importante que possamos colocar a transcrição das respostas a seguir:

Contribuir para o desenvolvimento rural.

A Extensão Rural tem papel fundamental no processo de troca de conhecimentos entre Técnicos/as e Agricultores/as, numa perspectiva de uma verdadeira comunicação, cujos saberes empíricos e científicos tenham igual reconhecimento por parte de ambos os interlocutores. Tem que prevalecer nesse diálogo a compreensão de que ao se reconhecerem e se somarem, esses distintos saberes produzem resultados que atendem ao verdadeiro objetivo da Extensão Rural: produzir desenvolvimento social no campo.

Fortalecer as características da agricultura camponesa agroecológica; contribuir com a reforma agrária, educação no campo e também contribuir para reduzir os problemas de "envelhecimento do campo" e promover o protagonismo feminino.

Mediadora a favor dos interesses da agricultura familiar.

Desenvolvimento

desenvolver social, economicamente e ambientalmente sistemas agroecológicos de base familiar, subsidiar os agricultores, propiciando o acesso e a adesão a agroecologia.

Processo participativo para auxílio no desenvolvimento sustentável no meio rural, prioritariamente a agricultura familiar.

Acompanhar, orientar os agricultores e agricultoras familiar respeitando o conhecimento e animando as experiências

Colaborar com os agricultores para aumentar a produção, e melhorar a qualidade de vida.

A agricultura familiar tem papel relevante na economia local e regional. Cumprindo assim, uma função econômica e social de destaque no cenário nacional. Dessa forma, a função social da extensão rural seria de executar abordagens junto às famílias com ênfase em políticas públicas, arranjos produtivos locais, função ambiental da propriedade, gênero e sucessão geracional na propriedade, dentre outros temas que fazem parte da trama social que envolve o meio rural.

Levantamento socioeconômico e apoio técnico/financeiro, gerando um nivelamento para que a agricultura familiar integre efetivamente o agronegócio brasileiro.

Construção de conhecimento, Educação Ambiental e Inclusão social do/a trabalhador/a rural, com garantia de ampliação e acesso às políticas públicas

Apoio e desenvolvimento sustentável do campo

Promover autonomia do agricultor, onde após determinado período de assistência o agricultor assistido caminhará sozinho, buscando apoio pontual.

Favorecer o empoderamento das comunidades rurais no que tange tanto o acesso as políticas públicas assim como a organização das comunidades/famílias dialogando tanto nas esferas sociais/tecnológicas/econômicas/ambientais.

Na extensão rural poucos tem a percepção de que estão assessorando famílias que necessariamente precisam de auxílio nas questões sociais e técnicas.

Analisando o conjunto de respostas obtidas, é possível entender que apesar da diversidade de argumentos, há uma tendência a entender a extensão rural com uma importância fundamental na construção de novas relações no meio rural brasileiro, sendo a mediadora de conflitos e interlocutora das famílias rurais, exercendo os eu papel de diálogo e de construção equilibrada do conhecimento, sempre com o objetivo de respeitar as tradições, os modos e a cultura do agricultor e agricultora.

No entanto, salta aos olhos a última resposta obtida, que relata que “Na extensão rural poucos tem a percepção de que estão assessorando famílias que necessariamente precisam de auxílio nas questões sociais e técnicas”, o que nos apresenta um quadro em que os atores e

atoras do processo ainda não têm a consciência de que a transformação social e econômica depende da compreensão da realidade social em que atuam e de que o equilíbrio entre técnica e atuação social, tem que existir, para que assim possamos construir uma extensão rural realmente comprometida com os interesses da família rural.

4.4 A Visão das Famílias Assentadas no Roseli Nunes – Pirai - RJ

No assentamento Roseli Nunes, como foi abordado anteriormente, lançamos uso da observação participante para obtermos a percepção dos próprios assentados sobre os anos de atividade da ATES, bem como sobre o que mudou com a finalização do contrato. Além disso aplicamos um questionário semiestruturado abordando as dimensões social, econômica e produtiva da família, para que pudéssemos entender qual era a inserção das famílias nos programas públicos de assistência médica e social, e qual era o desempenho econômico de suas atividades agropecuárias. Foram ao todo nove famílias entrevistadas, que nos forneceram dados importantes para que pudéssemos caracterizar não só o assentamento, mas também as famílias e o grau de perenidade das ações que foram implementadas pelas ações do programa ATES.

As entrevistas foram acompanhadas da metodologia de caminhada transversal nos lotes das famílias que nos receberam, assim pudemos compartilhar relatos e situações vivenciadas pelos próprios assentados ao longo dos anos de instalação do assentamento.

Como foi apresentado anteriormente, o assentamento Roseli Nunes foi acompanhado desde a sua instalação pelo programa ATES/INCRA, passando pela elaboração do PDA (Projeto de Desenvolvimento do Assentamento) até o PRA (Programa de Recuperação do Assentamento). Sendo assim, de 2006 a 2014, o assentamento foi assessorado por técnicos de extensão rural que foram contratados pelas cooperativas de serviço de extensão rural pelo programa ATES/INCRA.

A caracterização produtiva mostrou-se de enorme valia, já que, mesmo na adversidade das descontinuidades de assessoria técnica no assentamento, as familiares mostraram alto grau de organização de suas receitas e de sua produção. Foi possível constatar *in loco* e pelos dados obtidos durante as entrevistas, que a produção é bem diversificada, proporcionando não só a autossustentância, mas também a venda dos excedentes produtivos nas feiras locais da região.

Os assentados também se mostram bem relacionados com o poder público local, tendo recebido ao longo dos anos visitas de equipes de assistência social e de saúde, bem como tem fácil acesso ao centro do município, onde se encontram as escolas e os estabelecimentos hospitalares. Sobre educação, todas as crianças estavam matriculadas tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio e em uma das reuniões coletivas que participamos, nos foi informado que o ônibus escolar estava sendo direcionado para rota dentro do assentamento, bem como foi possível observar a passagem de ônibus urbanos pelas vias do assentamento. Isso demonstra que o assentamento é bem estruturado e bem relacionado com o poder público local, tendo acesso às políticas de seguridade social, de educação e de saúde.

Quanto a produção agropecuária, foi possível identificar a diversidade produtiva e a replicação por parte dos assentados das técnicas de produção agroecológicas que foram passadas durante o período de assessoria técnica executada pela equipe de ATES. Isso é muito valioso, demonstrando que as ações das equipes de campo, por mais que tenham sido descontinuadas, se perpetuaram com o passar dos anos, possibilitando autônoma produtiva para as famílias assentadas.

Quanto ao tratamento das pragas da lavoura, fazem uso de soluções alternativas baseadas em tecnologias agroecológicas, que respeitam o equilíbrio e a diversidade biológica da região. Fazem uso de medicamento industrializados sob orientação técnica, quando é necessário. E, em se falando das atividades da produção animal, só fazem uso de medicamentos industrializados de acordo com as instruções dos órgãos sanitários competentes e sob orientação

dos veterinários da própria prefeitura do município de Pirai. O que denota alto grau de responsabilidade sanitária e ambiental. Pode se dizer que isso também é fruto das ações da equipe de extensionistas que atuam no programa ATES/INCRA.

Em uma das visitas às famílias assentadas, quando as mesmas foram perguntadas sobre a eficácia do programa ATES, as respostas foram muito parecidas, denotando satisfação com o referido programa e relatando a ausência que o mesmo faz no acompanhamento diário das famílias. Vale ressaltar que o assentamento Roseli Nunes também recebe acompanhamento das equipes da EMATER-RJ e algumas vezes dos técnicos da prefeitura municipal. No entanto, relatam que esses atendimentos não são suficientes e deixam a desejar no que diz respeito a continuidade da assessoria técnica. Sobre a EMATER-RJ, falaremos quando abordarmos os itens conclusivos deste trabalho.

No próximo tópico, concluiremos o trabalho em tela, lançando mão das observações obtidas no trabalho de campo tanto na Argentina, como no Brasil, levando-se em consideração o acompanhamento do cotidiano das famílias assentadas de nove assentamentos rurais e as ações dos extensionistas que as atendiam, quando do trabalho do pesquisador enquanto extensionista rural. Além disso, a análise dos textos e documentos, além da legislação que discorre sobre extensão rural, foi de grande valia para caracterizar qualitativamente a evolução das políticas públicas de extensão rural no Brasil e na Argentina.

5. CONCLUSÕES

Ao longo do trabalho foram expostos diferentes argumentos acerca das contradições apresentadas pelos governos, argentino e brasileiro, ao longo de décadas de atuação no meio rural. Encontramos algumas similaridades e convergências entre os dois processos, caracterizando que as políticas públicas para o meio rural no cone sul, foram influenciadas pelos mesmos fatores. Contudo, também foi possível observar que a resposta dada pelos governos de ambos os países fora diferente. Onde um teve uma dinâmica de integrar em uma mesma agência o desenvolvimento de tecnologias e as ações de extensão rural (Argentina), o outro resolveu separar desde o início essas duas funções (Brasil) e, além disso, de acordo com as cartilhas neoliberais depositadas sobre o mundo periférico, o governo brasileiro resolveu esvaziar as políticas de extensão rural no início da década dos anos 1990 do século passado, acirrando ainda mais os conflitos de terra no país e culminado com a chacina de Corumbiara e de Eldorado dos Carajás, cujo memorial o presente pesquisador teve a oportunidade de visitar durante as execuções deste trabalho de pesquisa.

Analizando as entrevistas e respostas, tanto dos técnicos do INTA (Argentina), quanto dos técnicos que atuaram no programa ATES (Brasil), foi possível compreender o quão distantes estão esses dois países do entendimento da necessidade de fortalecimento das agências de extensão rural. O INTA tem atuação importante no fomento das atividades agropecuárias na província de Rio Cuarto. Enquanto que no caso brasileiro, as políticas de atendimento e assistência técnica foram deixadas de lado e sucateadas, tanto o modelo quanto as próprias agências de extensão rural.

Sobre esse ponto cabe aqui uma menção honrosa à EMATER-RJ, visto que nas tentativas de entrevistas com os agentes de extensão dessa empresa, não obtivemos respostas. Quando alguns técnicos foram procurados para as entrevistas, os mesmos ou não responderam ao questionário, ou simplesmente ignoraram os nossos convites. Apenas um se dispôs a conversar e me relatou o já perceptível a olho nu, que a agência está completamente sucateada, que não há incentivo aos seus trabalhadores, que os mesmos têm que custear o próprio combustível para a execução das tarefas e que qualquer infortúnio que ocorresse com o veículo, era de inteira responsabilidade do técnico condutor em promover o conserto do mesmo. Isso apenas afirma o que já foi apontado anteriormente no presente texto, de que não só o governo federal, mas também o governo estadual, não desempenha o real papel de fomentar o desenvolvimento de tecnologias e fortalecimento das agências de extensão rural. Sendo assim, fica notório o descaso com as agências de pesquisa e de extensão rural do estado do Rio de Janeiro, tanto a EMATER quanto a PESAGRO (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária) estão sendo esvaziadas e sucateadas.

Ainda falando sobre as entrevistas, foi possível identificar a importância dos programas de extensão rural tanto na Argentina, quanto no Brasil. Na Argentina, por mais que tenham passado por inúmeros constrangimentos econômicos, o INTA ainda segue firme em seu propósito. O programa Pro Huerta é um caso de sucesso e que deve servir de referência para os demais países latino-americanos. E no caso brasileiro, foi possível identificar tanto pelas entrevistas com os técnicos de campo, quanto nas entrevistas com assentados, que o programa ATES exerceu real importância na construção da emancipação das famílias assentadas, objetivo este, desejado em todo assentamento de reforma agrária. Contudo, com a extinção do programa, as cooperativas não só sofreram com a falta de repasses financeiros durante a execução dos serviços, como também passaram a ter dificuldades em se manterem, devido à ausência de políticas públicas para o meio rural.

Sendo assim podemos concluir que tanto Argentina, quanto o Brasil, passaram pelo mesmo processo de reestruturação produtiva, pelas mesmas políticas de austeridade financeira

dos projetos neoliberais e chegaram à virada do século ainda sofrendo com as marcas do passado e das respostas desiguais e combinadas do capitalismo periférico, devido às crises do mercado internacional. Apontamos então, que Argentina e Brasil, são *faces de uma mesma moeda*, sendo o reflexo das políticas públicas desiguais que favorecem os grandes empreendimentos agroexportadores, em detrimento do apoio à pequena produção familiar camponesa. Apesar de termos processos diferenciados e temporalmente espaçados em ambos os países, foi possível demarcar as similitudes em meio à essas diferenças. E que a extensão rural e o desenvolvimento rural foram tratados de forma desequilibrada comparando os dois países. Onde um resolveu fortalecer e potencializar as políticas de desenvolvimento rural, o outro resolveu tomar o caminho inverso, enfraquecendo o apoio à agricultura familiar no âmbito da extensão e potencializando o agronegócio.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEMANY, C. Apuntes para la construcción de los períodos históricos de la Extensión Rural del INTA. In: **La Extensión Rural en Debate**. Instituto Nacional de Tecnología Agropecuária. Buenos Aires, 2003.

ALENTEJANO, P. R. R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, ano 7, nº 73. Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

ALENTEJANO, P. R. R. A evolução do espaço agrário fluminense. **GEOgraphia**, ano 5, nº 13, 2005.

ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000.

BALTAR, M. D.; PEREIRA, T. C. G. Breves comentários sobre o processo de regularização do assentamento Roseli Nunes: divagando sobre algumas questões jurídicas. In: CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI 21. UFF/Niterói, **Anais...** 2012. Niterói – RJ. 2012.

BARBOSA, A. G. Encontros e Desencontros da Extensão Rural Brasileira na Construção Coletiva de Conhecimentos e Saberes. In: THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. (orgs.). **Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond. 2009.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, B. **Em Defesa do Interesse Nacional: Desinformação e Alienação do Patrimônio Público**, São Paulo: Paz e Terra, 1994. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/sitedocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Consenso%20de%20Washington.pdf>. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 2.607, de 30 de Junho de 1860**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-2607-30-junho-1860-556569-publicacaooriginal-76632-pe.html>. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.067, de 28 de julho de 1860**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1067-28-julho-1860-546420-publicacaooriginal-60429-pl.html>. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-1606-29-dezembro-1906-582057-publicacaooriginal-104760-pl.html>. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei Nº 3.089, de 8 de Janeiro de 1916**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-3089-8-janeiro-1916-573286-norma-pl.html>. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Presidência da República – Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 7.449, de 9 de abril de 1945**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del7449.htm. Acessado em 04/06/2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio. **Dados sobre comércio exterior e negociações internacionais – Mercosul.** Disponível em: <http://mdic.gov.br/comercio-exterior/negociacoes-internacionais/206-assuntos/categ-comercio-exterior/sgp-sistema-geral-de-preferencias/1805-sgp-regime-de-origem-do-mercoul>. (visitado em 04/06/2023).

CARVALHO, H. M. **Chayanov e o Campesinato.** -1. Ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2014. 304p.

CEPAL. **América Latina y el Caribe. 15 años de desempeño económico.** Santiago de Chile. 1996.

CIMADEVILLA, G. La naturaleza no natural de la extensión rural. In: THORNTON, R.; CIMADEVILLA, G. (Orgs). **La Extension Rural en Debate - concepciones, retrospectivas, cambios y estrategias para el Mercosur.** Buenos Aires: Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria. 2003.

DA ROS, A. C. Gênese, Desenvolvimento, Crise e Reformas nos Serviços Públicos de Extensão Rural durante a Década de 1990. **Mundo Agrário**, vol. 13, nº 25, 2012.

CUNHA, E. **Os Sertões.** São Paulo: Três, 1984.

DEMIER, F. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado de León Trotsky e a intelectualidade brasileira:** breves comentários sobre uma relação pouco conhecida- Outubro, 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/gt3/sessa03/Felipe_Demier.pdf. Acessado em 19/05/2023.

FERNANDES, F. Anotações sobre o capitalismo agrário e a mudança social no Brasil. In: SZMRECSANYI, T.; QUEDA, O. (Orgs.). **Vida rural e mudança social:** leituras básicas de sociologia rural. São Paulo: Nacional. p. 105-120. 1972.

FERRER, A. **La economía argentina. Desde sus orígenes hasta principios del siglo XXI.** 3ª ed. Buenos Aires: Fundo de Cultura Econômica de Argentina, S.A. 2004.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Tradução Rosiska Darcy Oliveira. 1ª. Ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FONSECA, M. T. L. **A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Edições Loyola, 1985.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil.** 34ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

IANNI, O. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1984.

JONES, A. S. **A política fundiária do regime militar:** legitimação privilegiada e grilagem especializada: do Instituto de Sesmarias ao Estatuto da Terra. São Paulo: USP. 1997.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária.** 3ª. Ed. São Paulo: Proposta Editorial Ltda. 1980.

LINHARES, E. **Conhecendo os Assentamentos Rurais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, 2002.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. (tradução de Maria José da Silveira Lindoso). Biblioteca de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1978.

MIRANDA, J. R. S. Perspectivas sobre a questão agrária no Brasil: da apropriação privada da terra aos desafios da sustentabilidade no século XXI. In: SARTÓRIO, L. A. V. (Org.). **Sustentabilidade: qualidade de vida, economia alternativa e educação**. Nova Iguaçu, RJ: Entorno, 2018.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar: processos sociais e competitividade**. Rio de Janeiro: Mauad; Seropédica, RJ: UFRRJ, Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. 204p. 1999.

OLINGER, G. **Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

PEIXOTO, M. **Extensão Rural no Brasil – Uma abordagem Histórica da Legislação. Textos Para Discussão**. Brasília, DF: Senado Federal – Centro de Estudos. 2008.

PEIXOTO, M. **Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Che Guevara/Campos dos Goytacazes/RJ**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – SR 07. FAPUR-UFRRJ. Rio de Janeiro, mai.,2001.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrobel. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2008.

PROENÇA, W. L. O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro. **Revista Aulas: Dossiê Religião**, nº. 4, 2007.

QUEDA, O. **A Extensão Rural no Brasil: da anunciação ao milagre da modernização agrícola**. Tese de Livre Docência. 1987. Piracicaba: ESALQ/USP, , março de 1987.

QUEIROZ D. T.; VALL, J.; SOUZA, A. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem, UERJ**, Rio de Janeiro, abr/jun; 15(2):276-83. 2007.

RIBEIRO, D. **América Latina: A Pátria Grande**. Rio de janeiro: Editora Guanabara, 1986.

RIBEIRO, J. P. **A Saga da Extensão Rural em Minas Gerais**. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000.

RODRIGUES, C. M. A pesquisa Agropecuária no período do pós-guerra. **Cad. Dif. Tecnol.**, Brasília, 4(3):205-254, set./dez. 1987.

SILA, C. F.; PEREIRA, M. G.; RODRIGUES, L. A. S.; TEODORO, S. A.; FONTES, M. A.; GAIA-GOMES, J. H.; SILVA, E. M. R. Soil attributes as indicators of the stabilization process of erosion in gullies at different formation stages in the south east region of Brazil. **Rev. Ambient. Água** 16 (4); 2021. Acessado em 30/07/2023: <https://doi.org/10.4136/ambi-agua.2632>.

SILA, C. F. PEREIRA, M. G.; MIGUEL, D. L.; FEITOSA, J. C. F.; LOSS, A.; MENEZES, C. E. G.; SILVA, E. M. R. Carbono orgânico total, biomassa microbiana e atividade enzimática do solo de áreas agrícolas, florestais e pastagem no médio Vale do Paraíba do Sul (RJ). Processos e Propriedades do Solo. **Rev. Bras. Ciênc. Solo** 36 (6), dez. 2012. Acessado em: 30/07/2023: <https://doi.org/10.1590/S0100-06832012000600002>

SOUZA, P. M.; PONCIANO, N. J.; MATA, H. T. C. Estrutura Fundiária das regiões Norte e Noroeste do estado do Rio de Janeiro: 1972 a 1998. **RER**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 01, p. 071-091, jan/mar 2007 – impressa em março de 2007.

TAVARES, P. D.; MATHEUS. A. C.; SILVA. I. Mutirões de planejamento e organização de assentamentos: a experiência do Assentamento Roseli Nunes - Pirai, RJ. **Cadernos de Agroecologia**, Vol. 5, N. 1, 2010.

TORRADO, J. J. **Aportes a la comprensión de los procesos de innovación y cambio técnico en la actividad ganadera extensiva y su relación con las redes y el capital social, Casos de Argentina y Brasil en diálogo**. 2020. Tesis Doctorado en Ciencia, Tecnología e Innovación Agropecuaria. Universidad Nacional de Río Cuarto. Río Cuarto, Argentina. 2020.

VASILACHIS, G. I. **Métodos cualitativos - los problemas teóricos epistemológicos**. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1992.

7. APÊNDICES

7.1 Questionário Argentina:

- 1 – Há quanto tempo trabalha no INTA?
- 2 – Qual função exerce?
- 3 – Quantos e quais são os programas de Extensão Rural do INTA? O que desenvolve essa agência/escritório?
- 4 – Qual é o público atendido? Quantas Famílias? (produtores)
- 5 – Que tipo de trabalho é feito? Qual é o propósito? O resultado é satisfatório?
- 6 – Quantos técnicos estão envolvidos?
- 7 – Em relação às instituições e esferas de poder:
 - a) Como é a relação do INTA com o Governo Federal? Com o atual governo e com os anteriores?
 - b) Desde que você está no INTA, quantos governos se sucederam e quantos você percebeu que as diferentes políticas modificaram as tarefas da instituição?
 - c) Como é a relação com os poderes/instituições Estaduais (províncias) e municipais? Existem trabalhos conjuntos? Quais e para que público?
- 8 – Em sua opinião, como você enxerga a política agrícola do governo argentino?